

1080.01.0020529/2020-09

Gerar Arquivo PDF do Processo

Gerar

Fechar

Lista de documentos disponíveis para geração (13 registros):

<input checked="" type="checkbox"/>	Nº SEI	Documento	Data
<input type="checkbox"/>	13647463	Anexo 5159084-76.2019.8.13.0024	23/04/2020
<input type="checkbox"/>	13647528	Ofício 12309	23/04/2020
<input type="checkbox"/>	13697280	Memorando 2162	24/04/2020
<input type="checkbox"/>	13713336	Anexo (4) Caixa de Entrada _ ExpressoMG	27/04/2020
<input type="checkbox"/>	13713290	Anexo Indicação de Perito e Quê@sites	27/04/2020
<input type="checkbox"/>	13713425	Ofício 12553	27/04/2020
<input type="checkbox"/>	13740568	Memorando 1255	27/04/2020
<input type="checkbox"/>	13742885	Despacho 193	27/04/2020
<input type="checkbox"/>	13763948	Memorando 2211	28/04/2020
<input type="checkbox"/>	13813278	Despacho 45	29/04/2020
<input type="checkbox"/>	13943823	Memorando 18	04/05/2020
<input type="checkbox"/>	13987623	Ofício 533	05/05/2020
<input type="checkbox"/>	14025116	Memorando 555	06/05/2020

Consultar Andamento

Processos Relacionados:
Pedidos, Oferecimentos e InfoProcesso Judicial
SEJUSP/AJ

PE - 46/201

Deferiu a lin



23/04/2020

Número: **5159084-76.2019.8.13.0024**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**

Órgão julgador: **5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **14/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 10.000,00**

Assuntos: **Provas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA (REQUERENTE)		CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
APARECIDA REGINA CASSAROTTI (REQUERIDO)			
Estado de Minas Gerais (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11178 5284	15/04/2020 11:44	Despacho	Despacho
10680 9905	03/03/2020 17:26	Manifestação	Manifestação
10454 3868	14/02/2020 13:19	Justificativa de honorários	Manifestação
10454 3873	14/02/2020 13:19	20200214 - Reavaliando Proposta de Honorários I II	Manifestação
10454 3877	14/02/2020 13:19	Planilha_honorarios	Manifestação
10447 1218	14/02/2020 07:50	Certidão	Certidão
10433 5446	13/02/2020 14:07	Despacho	Intimação
10433 4162	13/02/2020 14:06	Certidão	Certidão
10368 2431	11/02/2020 15:21	Despacho	Despacho
10177 4539	29/01/2020 10:05	Manifestação	Manifestação
10109 2640	23/01/2020 20:04	Despacho	Intimação
10058 6678	21/01/2020 19:32	Despacho	Despacho
10002 6642	16/01/2020 13:16	Certidão	Certidão
99995 810	16/01/2020 10:23	Manifestação	Manifestação
99995 816	16/01/2020 10:23	Pedido de Esclarecimentos	Petição
97088 312	11/12/2019 15:28	Proposta de honorário	Manifestação
97088 324	11/12/2019 15:28	2019-12-10 - Proposta de Honorarios	Manifestação
95933 505	04/12/2019 11:52	Intimação	Intimação
95920 876	04/12/2019 11:03	Certidão	Certidão

95819 277	03/12/2019 16:41	Manifestação	Manifestação
95820 195	03/12/2019 16:41	Indicação de Perito e Quésitos	Petição
94755 366	26/11/2019 18:12	Decisão	Intimação
93942 809	21/11/2019 11:58	Decisão	Decisão
93679 408	20/11/2019 08:06	Manifestação	Manifestação
92995 347	14/11/2019 08:16	Decisão	Intimação
90702 592	30/10/2019 08:49	Decisão	Decisão
90529 591	29/10/2019 11:34	Certidão de Triagem	Certidão de Triagem
89095 538	17/10/2019 17:15	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
89097 323	17/10/2019 17:15	Comprovante de Pagamento de Custas	Comprovante de pagamento de custas
89097 326	17/10/2019 17:15	Custas TJMG	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
88368 344	14/10/2019 11:04	Petição Inicial	Petição Inicial
88368 374	14/10/2019 11:04	Petição Inicial	Petição
88368 377	14/10/2019 11:04	1- RG E CPF representante legal	Documento de Identificação
88368 389	14/10/2019 11:04	2- Procuração	Procuração
88369 122	14/10/2019 11:04	6- LAUDO TÉCNICO PERICIAL 2-compactado-páginas-1-12	Documento de Comprovação
88369 126	14/10/2019 11:04	6- LAUDO TÉCNICO PERICIAL 2-compactado-páginas-13-24	Documento de Comprovação
88369 097	14/10/2019 11:04	6.1 Currículo do Sistema de Currículos Lattes Perito (Alex Vitorino)	Documento de Comprovação
88369 100	14/10/2019 11:04	8- Decisão TCEMG Concessão Liminar e Revogação de Liminar	Documento de Comprovação
88369 103	14/10/2019 11:04	9-Edital_Do_Certame	Documento de Comprovação
88369 105	14/10/2019 11:04	10 Email Empresa Vendedora de SoftwaresS - SERVIÇOS DE DISPUTA EM PREGÃO ELETRÔNICO	Documento de Comprovação
88369 107	14/10/2019 11:04	10.1 Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral Empresa Vendedora de Softwares (1)	Documento de Comprovação
88369 110	14/10/2019 11:04	10.1 Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral Empresa Vendedora de Softwares	Documento de Comprovação
88370 318	14/10/2019 11:04	8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL AC BATISTA-compactado	Documento de Identificação
88370 336	14/10/2019 11:04	ATA NOTARIAL-compactado	Documento de Comprovação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte

PROCESSO Nº 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

ASSUNTO: [Provas]

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: APARECIDA REGINA CASSAROTTI, ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO

- Vistos, etc.

1 - Considerando a manifestação do i. perito em Id. 104543873, bem como a proposta de redução apresentada pela requerente em Id. 106809905, entendo que o valor ora apresentado neste é satisfatório. Portanto, fixo os honorários periciais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

2 - Intime-se o perito nomeado nestes autos para informar se concorda com o *munus* atribuído, que deverá se manifestar, no prazo de 05 dias.

3 - Concordando com o valor aqui fixado, intime-se a parte autora para o depósito deste valor, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de restar prejudicada a prova requerida.

3.1 - Havendo discordância, venham os autos conclusos para nomeação de perito em substituição.

4 – Cumprida a determinação supra, item 3, intime-se o expert para dar início aos trabalhos . O prazo para entrega do laudo será de 20 (vinte) dias, conforme despacho de Id. 93942809.

Cumpra-se. Intimem-se.

BELO HORIZONTE, 14 de abril de 2020

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS

AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA, já devidamente qualificada nos autos da ação em epigrafe, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu procurador que essa subscreve em atendimento ao despacho proferido por essa serventia ID. (15865016), se manifestar nos seguintes termos:

Frente as manifestações do nobre expert, com enorme respeito ao trabalho e competência do mesmo frente a consultas ao mercado a Autora ainda assim entende ser um tanto elevado o valor sugerido pelo nobre expert, sugerido com todo o respeito que o valor seja arbitrado por esse juízo, sugerindo o valor de R\$5.000,00 pelos trabalhos a serem prestados.

A Autora esclarece que é empresa prestadora de serviço com margem de lucro muito baixa e que portanto qualquer valor se torna muito significativo em seu fechamento final de caixa.

Termos em que,
Pede Deferimento

São João Del Rei, 03 de março de 2020.

Claudinei Luiz do Nascimento
OAB/MG159.010



Segue anexo a justificativa dos honorários e planilha de tempo x horas trabalhadas.



Assinado eletronicamente por: Marcos Rodrigues Borges - 14/02/2020 13:19:50

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021413195053500000103215387>

Número do documento: 20021413195053500000103215387

Num. 104543868 - Pág. 1

Anexo SET Anexo 01.000023/2020.01.00243 (3647463) (2035SE91080.016020529/20206094pg.059-90 / pg. 6

Marcos Rodrigues Borges
Perito em Tecnologia da Informação e Comunicação

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE
BELO HORIZONTE - MG.

Processo n.º: **5159084-76.2019.8.13.0024**

Requerente – **A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA.**

Requerida - **APARECIDA REGINA CASSAROTTI, ESTADO DE MINAS GERAIS.**

Marcos Rodrigues Borges, Perito Judicial de processo em tela, vem respeitosamente, em atenção à intimação oriunda da secretaria da 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, manifestar acerca das alegações da parte Autora.

A Requerente, através do documento ID 99995816, por não concordar com o valor dos honorários, solicita que esclareça "o tempo de horas e valor cobrado por hora que serão desprendidos para a realização dos referidos trabalho.

Inicialmente cumpre esclarecer que a finalidade da perícia técnica é fornecer elementos ao juízo, de forma a auxiliá-lo em seu livre convencimento e levar ao processo documentação técnica do fato, o qual é realizado através de documentos legais apurados pela perícia.

Importante ressaltar que em um impasse judicial cujos direitos de uma parte são passíveis de reparação, muitas vezes se faz essencial que a autoridade judiciária lance mão do auxílio técnico a fim de que este realize

Rua Jornalista Jair Silva, 278/401 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - 3281-2151 / 99956-2151



Muito se discute acerca dos honorários de um Expert, muitas das vezes se ouve que se trata “apenas” de determinadas horas ou quesitos. Ora, não se pode olvidar que um profissional gabaritado percorre um longo e tortuoso caminho até ser merecedor da confiança do Magistrado para analisar, executar e elaborar um Laudo Pericial capaz de auxiliar efetivamente o Magistrado. Outra questão a ser abordada se refere às dificuldades enfrentadas no cotidiano dos peritos, pela carência de conhecimento em outras áreas específicas como a jurídica.

A realidade de um perito não se afasta da acima descrita. Para se realizar um trabalho de excelência se faz necessário o conhecimento técnico, advindo de amplo estudo acadêmico que amparam os resultados de experiências vividas no cotidiano e refletem diretamente no resultado da realidade do Expert a disposição do Juízo.

Rua Jornalista Jair Silva, 278/401 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - 3281-2151 / 99956-2151



Planilha

Planilha Demonstrativa de Cálculos Periciais

Vara: 5ª Vara Fazenda Pública e Autarquias
Autor/Recte: AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA.
Réu/Recda: APARECIDA REGINA CASSAROTTI, ESTADO DE MINAS

Processo nº: 5159084-76.2019.8.13.0024
Ação: Ordinária
Comarca: Belo Horizonte - MG

1- Remuneração do perito:

Horas de trabalho Estipulado	
Programação da Perícia (Contatos, convocações e agendamento de diligências)	8,0 horas
Diligências / entrevistas com as partes envolvidas	32,0 horas
Estudo da documentação (Artefatos, contratos, e-mails, etc.)	16,0 horas
Análise do Sistema segurança, falhas, vulnerabilidade, inconsistências, etc.)	32,0 horas
Análise dos Ambientes Tecnológicos (Data Center, Banco de Dados, Rede)	32,0 horas
Análise nos dados coletados	16,0 horas
Resposta aos Quesitos	8,0 horas
Elaboração do Laudo / Revisão	8,0 horas
TOTAL	152,0 horas

Vr. hora adotado (*): R\$ 160,00 = R\$ 24.320,00 A

(*) A profissão de Tecnólogo da Informação não é uma profissão regulamentada, logo, não possuem um órgão que os oriente e que lhes ofereça uma tabela de honorários como parâmetro

2- Despesas variáveis:

Material escritório, deslocamento, estacionamento, telefonia, outros \$80,00 B

3- Honorários periciais

\$24.400,00 A+B



Planilha

Page 2



Assinado eletronicamente por: Marcos Rodrigues Borges - 14/02/2020 13:19:51

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021413195131100000103215396>

Número do documento: 20021413195131100000103215396

Num. 104543877 - Pág. 2

Planilha

Perito		Registro
Marcos Rodrigues Borges		CRA TPD 22131
Equipe de Apoio		
Qtde	Profissional	Função
01 (um)	Analista de Requisitos	Levantamentos dos requisitos através dos documentos e reuniões com as partes envolvidas.
02 (dois)	Analistas de Sistema	Levantamento das customizações realizadas; Avaliação das funcionalidades do sistema; Levantamento das intervenções realizadas;
01 (um)	Engenheiro Economista	Levantamentos dos possíveis prejuízos patrimoniais e financeiros. Validação dos cálculos de impostos das faturas emitidas pelo sistema.
01 (um)	Estagiário de Direito	Avaliação dos contratados, objetos, termos contratados e entregues
01 (um)	Redator	Correção final do laudo pericial.
01 (um)	Secretária	Redação de ofício, termos de diligências e laudo pericial. Contatos e controle das agendas.





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

COMARCA DE BELO HORIZONTE/5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte/MG

PROCESSO Nº: 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: APARECIDA REGINA CASSAROTTI, ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei o l. perito por telefone, conforme determinado no despacho retro.

BELO HORIZONTE, 14 de fevereiro de 2020.

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900



Assinado eletronicamente por: ROSELY ALVES PINTO - 14/02/2020 07:50:19

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021407501905100000103142737>

Número do documento: 20021407501905100000103142737

Num. 104471218 - Pág. 1



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

ASSUNTO: [Provas]

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES,
PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SR. PABLO HENRIQUE
DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, SR. MARCELO
GONÇALVES DA COSTA, COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE SR. ALANJOHNY
FRANCISCO DA SILVA, APARECIDA REGINA CASSAROTTI

Vistos etc.

Defiro a emenda à inicial de ID 101774539 para incluir o ESTADO DE MINAS GERAIS como réu na presente ação, na condição de litisconsorte passivo em relação a outra ré, APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI, excluindo-se os demais.

Ademais, **intime-se o perito para manifestar-se acerca da petição de ID 99995816.**

Após, voltem os autos conclusos.

I. C.

BELO HORIZONTE, 10 de fevereiro de 2020

JN





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

CERTIDÃO

PROCESSO Nº 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: APARECIDA REGINA CASSAROTTI, ESTADO DE MINAS GERAIS

Certifico e dou fé que foi retificado o polo passivo, conforme determinado.

BELO HORIZONTE, 13 de fevereiro de 2020.



Assinado eletronicamente por: LUCIANA VIEIRA LEAL - 13/02/2020 14:06:17

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021314061708200000103005731>

Número do documento: 20021314061708200000103005731

Num. 104334162 - Pág. 1



Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES, PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SR. PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, SR. MARCELO GONÇALVES DA COSTA, COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE SR. ALANJOHNY FRANCISCO DA SILVA. APARECIDA REGINA CASSAROTTI

Vistos etc.

Defiro a emenda à inicial de ID 101774539 para incluir o ESTADO DE MINAS GERAIS como réu na presente ação, na condição de litisconsorte passivo em relação a outra ré, APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI, excluindo-se os demais.

Ademais, **intime-se o perito para manifestar-se acerca da petição de ID 99995816.**

Após, voltem os autos conclusos.

I. C.

BELO HORIZONTE, 10 de fevereiro de 2020

JN



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA
PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS**

AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA, já devidamente qualificada nos autos da ação em epigrafe, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu procurador que essa subscreve em atendimento ao despacho proferido por essa serventia ID. 100586678, retificar o polo passivo da presente ação para fazer o mesmo contar como:

**TUTELA CAUTELAR DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL EM CARÁTER
ANTECEDENTE**

em face de ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia Prédio Minas - 5º andar - Belo Horizonte/MG, CEP: 31630-900, e para figurar como Litisconsorte passivo a APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI, CNPJ nº 02.102.125/0001-58, com sede a Avenida da Saudade, nº 175, Centro, Cornélio Procópio, Paraná, CEP 86.300-000

Termos em que,
Pede Deferimento

São João Del Rei, 29 de janeiro de 2020.

Claudinei Luiz do Nascimento
OAB/MG159.010





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte
Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

ASSUNTO: [Provas]

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES, PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SR. PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, SR. MARCELO GONÇALVES DA COSTA, COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE SR. ALANJOHNY FRANCISCO DA SILVA, APARECIDA REGINA CASSAROTTI

Vistos etc.

Verifica-se que a parte autora indicou para figurar no polo passivo o Exmo. SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, o Ilmo. PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, o Ilmo. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, e o Ilmo. COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE.

Entretanto, sabe-se que os mesmos não têm personalidade jurídica própria para figurarem como Réus no tipo de ação escolhida, uma vez que, conforme dispõe a Teoria do Órgão, tratam-se de servidores públicos (pessoas físicas), os quais, através de seus atos, agem como mera manifestação do órgão público ao qual encontram-se vinculados, no caso, o **Estado de Minas Gerais**.

Sendo assim, **intime-se a parte autora para alterar o polo passivo apenas em relação aos servidores públicos indicados**, indicando corretamente o órgão público a configurar como réu.

Posteriormente, voltem os autos conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

JN

BELO HORIZONTE, 21 de janeiro de 2020





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

ASSUNTO: [Provas]

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES, PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SR. PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, SR. MARCELO GONÇALVES DA COSTA, COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE SR. ALANJOHNY FRANCISCO DA SILVA, APARECIDA REGINA CASSAROTTI

Vistos etc.

Verifica-se que a parte autora indicou para figurar no polo passivo o Exmo. SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, o Ilmo. PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, o Ilmo. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, e o Ilmo. COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE.

Entretanto, sabe-se que os mesmos não têm personalidade jurídica própria para figurarem como Réus no tipo de ação escolhida, uma vez que, conforme dispõe a Teoria do Órgão, tratam-se de servidores públicos (pessoas físicas), os quais, através de seus atos, agem como mera manifestação do órgão público ao qual encontram-se vinculados, no caso, o **Estado de Minas Gerais**.

Sendo assim, **intime-se a parte autora para alterar o polo passivo apenas em relação aos servidores públicos indicados, indicando corretamente o órgão público a configurar como réu.**

Posteriormente, voltem os autos conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

JN

BELO HORIZONTE, 21 de janeiro de 2020





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº: 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES e
outros (4)

CERTIDÃO DE PROMOÇÃO

Meritíssimo Juiz,

Considerando que figuram no polo passivo desta medida cautelar as partes a seguir indicadas, quais sejam SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – SERGIO BARBOSA MENEZES, Ilmo. PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - Sr. PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, pelo Ilmo. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, Sr. MARCELO GONÇALVES DA COSTA, Ilmo. COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE Sr. ALAN JOHNY FRANCISCO DA SILVA, que não tem personalidade jurídica própria para figurarem como parte ré no tipo de ação escolhida, promovo os autos a V. Exa. para o que de direito.

BHTE, 16/01/20.

A ESCRIVÃ



Pedido de Esclarecimentos em PDF



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 16/01/2020 10:23:10
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011610231017200000098670329>
Número do documento: 20011610231017200000098670329

Num. 99995810 - Pág. 1

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO - MINAS
GERAIS.**

PROCESSO Nº: 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL -
SERGIO BARBOSA MENEZES e outros (4)

A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, vem tempestiva e respeitosamente à presença de Vossa Excelência, se manifestar quanto proposta de honorários do nobre expert Id. 97088312, nos seguintes termos:

Queira o nobre expert esclarecer o tempo de horas e valor cobrado por hora que serão desprendidos para a realização dos referidos trabalho, haja vista o valor relativamente arbitrado.

Destarte O perito judicial é remunerado pelo trabalho que realiza, ou melhor, pelo laudo que entrega no processo. A atividade é semelhante a de um profissional liberal, porém não o sendo. A base de cálculos da remuneração do perito é a tabela de honorários de associação ou instituto de peritos, ou a de uma simples tabela de honorários do conselho de classe, sindicato ou associação profissional.

No cálculo da proposta de honorários, o perito deve levar em consideração o número de horas a serem trabalhadas e o número de horas gastos na burocracia do



desempenho da função. O número de horas total multiplicado pelo valor mínimo da hora técnica, obtido de uma tabela ou regulamento de honorários de perito, é a maneira mais comum de proposição de honorários.

Ademais a própria associação de peritos de minas gerais ASPEDIJUDI traz como valor sugestivo de referência da hora de trabalho para perícias judiciais é, atualmente, de R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) conforme se pode aferir na página da associação pelo link: <https://www.aspejudi.com.br/honorarios.php>

Dessa forma a Autora postula respeitosamente que o nobre Expert traga elementos contábeis que justifique valores e horas que serão desprendidos para a realização da perícia.

Nestes termos,
pede deferimento.

São João Del Rei, 16 de janeiro de 2020.

CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO
OAB/MG 159.010



Segue em anexo a proposta de honorário.



Assinado eletronicamente por: Marcos Rodrigues Borges - 11/12/2019 15:28:12

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121115281261900000095764827>

Número do documento: 19121115281261900000095764827

Num. 97088312 - Pág. 1

Marcos Rodrigues Borges
Perito em Tecnologia da Informação e Comunicação

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIA DA COMARCA DE
BELO HORIZONTE - MG.**

Processo n.º: **5159084-76.2019.8.13.0024**

Requerente – **AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA.**

Requerido – **SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL -
SERGIO BARBOSA MENEZES e Outros.**

Marcos Rodrigues Borges, Bacharel em Ciência da Computação com especialidade em Governança de TI e Segurança da Informação, CRA-TPD 22.131, nomeado Perito Judicial por este Juízo, nos autos da Ação de Tutela Cautelar de Produção de Prova Pericial em Carácter Antecedente, vem respeitosamente, submeter à apreciação de V.Exa., em atendimento ao determinado ao ID nº 93942809, a proposta de honorários periciais.

O valor estimado para execução dos trabalhos é de R\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais). Este valor poderá ser pago em 04 (quatro) parcelas iguais e consecutivas, sendo a primeira no aceite desta proposta e a última atrelada a entrega do laudo.

Rua Jornalista Jair Silva, 278/401 – Cruzeiro – Belo Horizonte – MG - 3281-2151 / 99956-2151



Assinado eletronicamente por: Marcos Rodrigues Borges - 11/12/2019 15:28:13

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121115281293700000095764839>

Número do documento: 19121115281293700000095764839

Num. 97088324 - Pág. 1

Arquivo: SEF-ARQUIV-01-0000023-2020-0019-0028-336474631 (2035SEF1080.0 SE020529/202000994/pg.024-90 / pg. 25

Os seguintes procedimentos técnicos foram considerados ao estabelecer o valor da verba honorária:

1 – Procedeu-se a leitura e exame dos autos, bem como da documentação juntada, no sentido de buscar elementos que permitissem identificar o que demandam as partes;

2 – Realizou contato telefônico com o Assistente Técnico da Requerente objetivando sanar dúvidas técnicas sobre as solicitações contidas nos quesitos periciais;

3 – Para responder parte dos quesitos em questão haverá necessidade de vistoria no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais objetivando identificar a presença e níveis de segurança deste portal;

4 – Parte dos quesitos demandará estudos e levantamentos na solução sistêmica como um todo, que envolve análise da aplicação, banco de dados e infraestrutura para posterior elaboração de parecer conciso sobre as funcionalidades do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais, possíveis vulnerabilidades e problemas de segurança, suas causas, soluções e apontar possíveis e eventuais prejuízos. Tais atividades envolvem testes, entrevistas, visitas que demandarão longo tempo e vasto conhecimento tecnológico;

5 – Alguns quesitos necessitarão de diligências junto à sede da Requerida, visando realizar complexa análise nos equipamentos utilizado no certamente. O cumprimento de tais análises demandará vasto conhecimento tecnológico, bem como longo tempo, tendo em vista as solicitações dos quesitos;



Perito em Tecnologia da Informação e Comunicação

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2019.

Lucas R. Beyer

Marcos Rodrigues Borges

Perito Oficial

Rua Jornalista Jair Silva, 278/401 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - 3281-2151 / 99956-2151





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº: 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES e outros (4)

Intime-se a parte autora para recolher a verba para expedir os quatro mandados, tendo em vista que a verba recolhida é para citação postal. Prazo legal.

BELO HORIZONTE, 4 de dezembro de 2019.



Assinado eletronicamente por: ROSELY ALVES PINTO - 04/12/2019 11:52:32

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19120411505671100000094610974>

Número do documento: 19120411505671100000094610974

Num. 95933505 - Pág. 1

Anexo SEP Arquivo: 5159084-76.2019.8.13.0024 (3647463) (20353591) 080.01502052920206094 / pg. 27-90 / pg. 28



COMARCA DE BELO HORIZONTE

5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte
Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

CERTIDÃO

PROCESSO N° 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES, PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SR. PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, SR. MARCELO GONÇALVES DA COSTA, COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE SR. ALANJOHNY FRANCISCO DA SILVA, APARECIDA REGINA CASSAROTTI

Certifico e dou fé que intimei por telefone o i. perito, conforme determinado no ID: 94755366

BELO HORIZONTE, 4 de dezembro de 2019.



Indicação de Perito e Quésitos em anexo



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 03/12/2019 16:41:33

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19120316413246100000094496846>

Num. 95819277 - Pág. 1

Número do documento: 191209316413246100000094496846

Número do documento: 1912023164132461000000944268346

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE
- MG**

AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA, já devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu procurador que essa subscrive em atendimento ao despacho proferido por essa serventia apresentar assistente técnico para acompanhamento de perícia qual seja:

ALEX VITORINO, Estado Civil: Casado, Nacionalidade: Brasileiro, Naturalidade: Mendes/RJ CPF. 053.993.346-58 RG: MG-12026559 SSP/MG, Filiação: Pai não declarado e Maria Aparecida de Figueiredo Vitorino, Endereço : Rua Delegado José Lima 90, apto 302 - Guarda-Mor São João del-Rei/MG CEP 36309-022, Formação Graduado em Sistemas de Informação Especialista em Segurança da Informação Mestrando em Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica.

Na oportunidade Apresenta também quesitos periciais, quais sejam:

Queira o nobre perito esclarecer os seguintes pontos:

Quesitos Periciais

- **Portal de Compras MG**
 - É possível validar os recursos antirobô do Portal de Compras MG?
 - Caso existam mecanismos antirobô, esses estão de acordo com as recomendações de políticas de segurança da informação do governo estadual/federal?
 - É possível validar em frações de milésimos de segundo, a nível de banco de dados, os lances realizados pelos participantes do referido pregão?
 - É possível identificar quais IP's públicos foram utilizados por cada participante por meio de logs de sistema?
 - É possível validar se um mesmo participante utilizou mais de um IP para realização dos lances?
- **Provedores de internet (ISP)**
 - É possível identificar qual usuário/cliente está vinculado aos IP público utilizados no referido certame (provedor utilizado por cada participante)?



- Termos em que,
Pede Deferimento

Claudinei Luiz do Nascimento
OAB/MG159.010





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

ASSUNTO: [Provas]

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES, PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SR. PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, SR. MARCELO GONÇALVES DA COSTA, COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE SR. ALANJOHNY FRANCISCO DA SILVA, APARECIDA REGINA CASSAROTTI

DECISÃO TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE.

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Produção Antecipada de Prova Pericial, ajuizada por **AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA** em face de **SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – SERGIO BARBOSA MENEZES**, Ilmo. **PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - Sr. PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA**, pelo Ilmo. **SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, Sr. MARCELO GONÇALVES DA COSTA**, Ilmo. **COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE Sr. ALAN JOHNY FRANCISCO DA SILVA**, todas autoridades integrantes do ESTADO DE MINAS GERAIS, noticiando, em resumo, que a Secretária de Administração Prisional do Estado de Minas Gerais publicou edital do Pregão Eletrônico 046/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa; que a fase da Sessão Pública ocorreu em 09/05/2019 e iniciou-se às 11:04:43, com início do tempo randômico/aleatório às 11:26:15 e findado às 11:50:21, obtendo o menor lance a empresa Aparecida Regina Cassarotti (participante 177) qualificada devidamente alhures, após simultâneos lances automáticos dados por sua empresa, imediatamente após os lances da segunda colocada Impetrante do Presente (participante 185), todos com diferença de tempo de 01 (um) e 2 (dois) segundos, e lances de valores inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais) com relação aos lances da segunda colocada (participante 185); que após análise pela área técnica da documentação de habilitação enviada pela empresa convocada, no dia 12/06/2019 às 15:05:05 via chat “O fornecedor 02.102.125/0001-58 - Aparecida Regina Cassarotti, cuja proposta foi aceita, foi habilitado para esse lote”. Momento em que a recorrente manifestou sua intenção



Assinado eletronicamente por: TATHIANA MARCOS KALLAS - 26/11/2019 18:12:34

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112618123495900000093433535>

Número do documento: 19112618123495900000093433535

Num. 94755366 - Pág. 1

Arquivo: SEP-ANEXO-01-00000235-2020-00100026-306474631 (20355E911080.056020529220200093433535) / pg. 33

em interpor recurso da referida decisão tendo em vista que ficou clara a fraude ao certamente praticada pelo claro uso de robôs para oferta de lances por parte do usuário 177. Sendo assim, a Impetrante opôs recurso administrativo, em 18/07/2019 questionando o uso de robôs, todavia apesar das diversas irregularidades apontadas no recurso administrativo o mesmo foi indeferido; que impetrou MS nº 0943654-14.2019.8.13.0000.

Tendo em vista que em tese de defesa de mandado de segurança a Requerida fundamentou sua defesa única e exclusivamente no fato de supostamente não ter se utilizado de robôs e tendo em vista ainda que as informações da licitante contrariam todas as provas acostadas aos autos, visto que claramente é humanamente impossível que os lances tenham sido realizados por operador humano é de salutar importância a produção da prova pericial pretendida, uma vez que nos autos do mandado de segurança a mesma não poderá ser efetuada de modo que caso o tribunal não reconheça a pretensão aduzida em mandado de segurança de posse da prova pré-constituída nos presentes autos a Autora poderá de pronto ingressar com a ação ordinária pretendida.

Diante disso, ajuizou a presente ação para produzir prova pericial de engenharia em informática com conhecimentos suficientes para a análise do certame e constatação se houve ou não a utilização de softwares de robôs pela Licitante APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI inscrita no CNPJ nº 02.102.125/0001-58 no Pregão Eletrônico 046/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa, em caráter antecedente para que possa ajuizar ação principal.

Junta documentos.

Vieram os autos conclusos.

DECIDO

Entendo demonstradas as exigências dos arts. 381, II e III do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, **DEFIRO** o requerimento, determinando a realização de prova pericial.

Para realização de tal perícia nomeio o o perito **Dr. Marcos R. Borges**, com escritório na Rua Jornalista Jair Silva, nº 278/401, Bairro Cruzeiro – CEP 30.310-290 - Belo Horizonte – MG – TEL.: (31) 3281-2151 e 9956-2151, e-mail: mrb.borges@uol.com.br, para realizar a perícia de informática.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar quesitos e nomear assistente técnico, caso queira.

Em seguida, intime-se o expert para apresentar proposta de honorários, em 05 (cinco) dias.

O perito deverá indicar a este juízo a data e local para início da produção de prova, dando-se ciência às partes (art. 474 do NCPC).

Com a proposta nos autos, **intime-se** o requerente para manifestar concordância com os valores apresentados, depositando o valor apresentado.

Conforme jurisprudência abaixo transcrita, a requerida deverá ser citada para acompanhar a realização da perícia:

“Quando o juiz acolhe a necessidade de antecipação de prova pericial, deve ordenar a citação do requerido para acompanhar a diligência, designando desde logo o perito e propiciando a indicação de assistentes técnicos” (JTJ 203/213).

Assim, **cite-se** o requerido para apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos, no prazo de 05 (cinco) dias.

Tendo em vista a natureza da ação, o laudo deverá ser elaborado no prazo máximo de **20 (vinte) dias**.

Com a juntada do laudo, digam as partes no prazo comum de 10 (dez) dias.

Após, cumpra-se o que está disposto no art. 383 do Código de Processo Civil.

Providencie-se e intime-se



BELO HORIZONTE, 21 de novembro de 2019



Assinado eletronicamente por: TATHIANA MARCOS KALLAS - 26/11/2019 18:12:34

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112618123495900000093433535>

Num. 94755366 - Pág. 3

Número do documento: 1911261812349590000093433535

Número do documento: 19112018123445900000093433535



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

ASSUNTO: [Provas]

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES, PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SR. PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, SR. MARCELO GONÇALVES DA COSTA, COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE SR. ALANJOHNY FRANCISCO DA SILVA, APARECIDA REGINA CASSAROTTI

DECISÃO TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE.

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Produção Antecipada de Prova Pericial, ajuizada por **AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA** em face de **SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – SERGIO BARBOSA MENEZES**, Ilmo. **PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - Sr. PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA**, pelo Ilmo. **SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, Sr. MARCELO GONÇALVES DA COSTA**, Ilmo. **COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE Sr. ALAN JOHNY FRANCISCO DA SILVA**, todas autoridades integrantes do ESTADO DE MINAS GERAIS, noticiando, em resumo, que a Secretária de Administração Prisional do Estado de Minas Gerais publicou edital do Pregão Eletrônico 046/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa; que a fase da Sessão Pública ocorreu em 09/05/2019 e iniciou-se às 11:04:43, com início do tempo randômico/aleatório às 11:26:15 e findado às 11:50:21, obtendo o menor lance a empresa Aparecida Regina Cassarotti (participante 177) qualificada devidamente alhures, após simultâneos lances automáticos dados por sua empresa, imediatamente após os lances da segunda colocada Impetrante do Presente (participante 185), todos com diferença de tempo de 01 (um) e 2 (dois) segundos, e lances de valores inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais) com relação aos lances da segunda colocada (participante 185); que após análise pela área técnica da documentação de habilitação enviada pela empresa convocada, no dia 12/06/2019 às 15:05:05 via chat “O fornecedor 02.102.125/0001-58 - Aparecida Regina Cassarotti, cuja proposta foi aceita, foi habilitado para esse lote”. Momento em que a recorrente manifestou sua intenção



Assinado eletronicamente por: ROGERIO SANTOS ARAUJO ABREU - 21/11/2019 11:58:13

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112111581339500000092621476>

Número do documento: 19112111581339500000092621476

Num. 93942809 - Pág. 1

Arquivo: SEP-ARAUJO-01-00000000-2020-0010-0026-306474631 (2035SE11080.05020529202000934pg.035-90 / pg. 36

em interpor recurso da referida decisão tendo em vista que ficou clara a fraude ao certamente praticada pelo claro uso de robôs para oferta de lances por parte do usuário 177. Sendo assim, a Impetrante opôs recurso administrativo, em 18/07/2019 questionando o uso de robôs, todavia apesar das diversas irregularidades apontadas no recurso administrativo o mesmo foi indeferido; que impetrou MS nº 0943654-14.2019.8.13.0000.

Tendo em vista que em tese de defesa de mandado de segurança a Requerida fundamentou sua defesa única e exclusivamente no fato de supostamente não ter se utilizado de robôs e tendo em vista ainda que as informações da licitante contrariam todas as provas acostadas aos autos, visto que claramente é humanamente impossível que os lances tenham sido realizados por operador humano é de salutar importância a produção da prova pericial pretendida, uma vez que nos autos do mandado de segurança a mesma não poderá ser efetuada de modo que caso o tribunal não reconheça a pretensão aduzida em mandado de segurança de posse da prova pré-constituída nos presentes autos a Autora poderá de pronto ingressar com a ação ordinária pretendida.

Diante disso, ajuizou a presente ação para produzir prova pericial de engenharia em informática com conhecimentos suficientes para a análise do certame e constatação se houve ou não a utilização de softwares de robôs pela Licitante APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI inscrita no CNPJ nº 02.102.125/0001-58 no Pregão Eletrônico 046/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa, em caráter antecedente para que possa ajuizar ação principal.

Junta documentos.

Vieram os autos conclusos.

DECIDO

Entendo demonstradas as exigências dos arts. 381, II e III do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, **DEFIRO** o requerimento, determinando a realização de prova pericial.

Para realização de tal perícia nomeio o o perito **Dr. Marcos R. Borges**, com escritório na Rua Jornalista Jair Silva, nº 278/401, Bairro Cruzeiro – CEP 30.310-290 - Belo Horizonte – MG – TEL.: (31) 3281-2151 e 9956-2151, e-mail: mrb.borges@uol.com.br, para realizar a perícia de informática.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar quesitos e nomear assistente técnico, caso queira.

Em seguida, intime-se o expert para apresentar proposta de honorários, em 05 (cinco) dias.

O perito deverá indicar a este juízo a data e local para início da produção de prova, dando-se ciência às partes (art. 474 do NCPC).

Com a proposta nos autos, **intime-se** o requerente para manifestar concordância com os valores apresentados, depositando o valor apresentado.

Conforme jurisprudência abaixo transcrita, a requerida deverá ser citada para acompanhar a realização da perícia:

“Quando o juiz acolhe a necessidade de antecipação de prova pericial, deve ordenar a citação do requerido para acompanhar a diligência, designando desde logo o perito e propiciando a indicação de assistentes técnicos” (JTJ 203/213).

Assim, **cite-se** o requerido para apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos, no prazo de 05 (cinco) dias.

Tendo em vista a natureza da ação, o laudo deverá ser elaborado no prazo máximo de **20 (vinte) dias**.

Com a juntada do laudo, digam as partes no prazo comum de 10 (dez) dias.

Após, cumpra-se o que está disposto no art. 383 do Código de Processo Civil.

Providencie-se e intime-se



BELO HORIZONTE, 21 de novembro de 2019



Assinado eletronicamente por: ROGERIO SANTOS ARAUJO ABREU - 21/11/2019 11:58:13

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112111581339500000092621476>

Número do documento: 19112111581339500000092621476

Num. 93942809 - Pág. 3

Ciente em 20/11/2019



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 20/11/2019 08:06:38

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112008063819400000092357977>

Número do documento: 19112008063819400000092357977

Num. 93679408 - Pág. 1



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

28ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

ASSUNTO: [Provas]

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES,
PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SR. PABLO HENRIQUE
DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, SR. MARCELO
GONÇALVES DA COSTA, COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE SR. ALANJOHNY
FRANCISCO DA SILVA, APARECIDA REGINA CASSAROTTI

Vistos etc.

Considerando os cargos/funções dos requeridos (Secretário, Secretário Adjunto, entre outros) e que os efeitos da sentença serão suportados pelo Estado de Minas Gerais, declino da competência para uma das Varas da Fazenda Pública Estadual de BH-MG. Assim, sem delongas e sem prejuízo de melhor entendimento, remeta-se o processo, com homenagens e cautelas de estilo.

P.I.C.

BELO HORIZONTE, 30 de outubro de 2019





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE BELO HORIZONTE

28ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº 5159084-76.2019.8.13.0024

CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

ASSUNTO: [Provas]

REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA MENEZES,
PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SR. PABLO HENRIQUE
DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, SR. MARCELO
GONÇALVES DA COSTA, COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE SR. ALANJOHNY
FRANCISCO DA SILVA, APARECIDA REGINA CASSAROTTI

Vistos etc.

Considerando os cargos/funções dos requeridos (Secretário, Secretário Adjunto, entre outros) e que os efeitos da sentença serão suportados pelo Estado de Minas Gerais, declino da competência para uma das Varas da Fazenda Pública Estadual de BH-MG. Assim, sem delongas e sem prejuízo de melhor entendimento, remeta-se o processo, com homenagens e cautelas de estilo.

P.I.C.

BELO HORIZONTE, 30 de outubro de 2019



Assinado eletronicamente por: BRUNO TEIXEIRA LINO - 30/10/2019 08:49:39

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19103008493957300000089382461>

Número do documento: 19103008493957300000089382461

Num. 90702592 - Pág. 1

Anexo SEP Arquivo: 01.000023.2019.0010.0028 (3047463) (20355891) 080.016020529220200994 / pg. 40-90 / pg. 41



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS
PODER JUDICIÁRIO
BELO HORIZONTE
28ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte
Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP:
30380-900



CERTIDÃO DE TRIAGEM

PROCESSO Nº: 5159084-76.2019.8.13.0024
CLASSE: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)
REQUERENTE: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA
REQUERIDO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SERGIO BARBOSA
MENEZES e outros (4)

Certifico que:

houve juntada de comprovante de recolhimento das custas, estando a guia vinculada ao processo.

a parte autora está regularmente representada;

houve marcação no sistema do pedido de liminar ou de antecipação de tutela, constante na petição inicial;

não há outro processo envolvendo mesmas partes, objeto e causa de pedir, nesta comarca, conforme pesquisa no SISCOM/PJE

BELO HORIZONTE, 29 de outubro de 2019

ANA CAROLINA ALMEIDA GAZOLA
Escrivão Judicial
Documento assinado eletronicamente



Em Anexo, comprovantes de custas.



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 17/10/2019 17:15:02

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101717150184800000087776257>

Número do documento: 19101717150184800000087776257

Num. 89095538 - Pág. 1

← Comprovante de Pagamento de Boleto

Operação realizada com sucesso conforme as informações fornecidas pelo cliente.

Banco Recebedor: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Representação numérica do código de barras: 10495.62059
89002.141946
08675.036167 9
80630000035839

Instituição Emissora - Nome do Banco: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Código do Banco: 104

Código do ISPB: 00360305

Beneficiário original / Cedente

Nome Fantasia: TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS G

Nome/Razão Social: TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS G

CPF/CNPJ: 21.154.554/0001-13

Pagador Sacado

Nome/Razão Social: A.C BATISTA ALIMENTOS LTDA

CPF/CNPJ: 06.121.429/0001-13

Pagador Final - Correntista

Nome/Razão Social: RAISSA NIKELE BATISTA

CPF/CNPJ: 107.206.146-51

Data do Vencimento: 04/11/2019

Data de Efetivação do Pagamento / Agendamento: 14/10/2019

Valor Nominal do Boleto: 358,39

Juros (R\$): 0,00

IOF (R\$): 0,00

Multa (R\$): 0,00

Desconto (R\$): 0,00

Abatimento (R\$): 0,00




Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 17/10/2019 17:15:03


<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101717150246100000087778092>

Número do documento: 19101717150246100000087778092

Num. 89097323 - Pág. 1

 Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de 1ª e 2ª Instâncias		Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias - GRCTJ - WEB Número da Guia: 0024.19.08675036-1													
Beneficiário Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais		CNPJ 21.154.554/0001-13	Agência / Cód. Beneficiário 0085 / 562058-9												
Endereço do Beneficiário Av. Afonso Pena, 4001 - Serra - Belo Horizonte	UF MG	CEP 30.130-911	Nosso Número 14002419086750361-9												
Identificação do Pagador A.C BATISTA ALIMENTOS LTDA			CPF/ CNPJ do Pagador 06121429000113												
Referência do Recolhimento Tutela Cautelar Antecedente/Cível (PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS/CAUTELAR ART. 846 CPC) Comarca/Vara: Belo Horizonte/28ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte Valor da Causa: R\$ 10.000,00 Número do Processo: (5159084-76.2019.8.13/0024)															
Discriminação dos valores a recolher guia: Custas iniciais <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 60%;">Custas de 1ª instância</td> <td style="width: 20%; text-align: center;">...</td> <td style="width: 20%; text-align: right;">R\$ 143,73</td> </tr> <tr> <td>Taxa Judiciária</td> <td style="text-align: center;">...</td> <td style="text-align: right;">R\$ 71,86</td> </tr> <tr> <td>Citação Postal</td> <td style="text-align: center;">... 6</td> <td style="text-align: right;">R\$ 142,80</td> </tr> <tr> <td>VALOR TOTAL</td> <td></td> <td style="text-align: right;">R\$ 358,39</td> </tr> </table>				Custas de 1ª instância	R\$ 143,73	Taxa Judiciária	R\$ 71,86	Citação Postal 6	R\$ 142,80	VALOR TOTAL		R\$ 358,39
Custas de 1ª instância	R\$ 143,73													
Taxa Judiciária	R\$ 71,86													
Citação Postal 6	R\$ 142,80													
VALOR TOTAL		R\$ 358,39													
Informações Complementares: ATENÇÃO: . Não pagar após o vencimento - 04/11/2019; . Proibido cobrar multas/mora/acréscimos ou conceder descontos/abatimentos/deduções; . O prazo de validade da guia não se sobrepõe, derroga ou modifica o prazo processual a que está vinculado o recolhimento; . A prova do recolhimento se fará pela própria guia autenticada mecanicamente ou pela guia acompanhada do comprovante definitivo do efetivo pagamento. A autenticação na guia ou o comprovante emitido pelo guichê de caixa deverão ser originais. Não fará prova do recolhimento o comprovante emitido por canais eletrônicos relativo ao serviço de agendamento ou outro similar que possa vir a ser cancelado, por iniciativa do Banco ou do correntista.															
Data de Emissão 14/10/2019	Data de Validade 04/11/2019	Valor do Documento R\$ 358,39	AUTENTICAÇÃO MECÂNICA - RECIBO DO PAGADOR												

1ª Via - Autos

 104-0		10495.62059 89002.141946 08675.036167 9 80630000035839	
Local de Pagamento PAGAR PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE		Vencimento 04/11/2019	
Beneficiário: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Endereço: Av. Afonso Pena, 4001 - Serra - Belo Horizonte		CNPJ: 21.154.554/0001-13 CEP: 30.130-911	
Data do Documento 14/10/2019	Nº do Documento 0024.19.08675036-1	Espécie DOC OU	Acerte N
Uso do Banco		Data process. 14/10/2019	Nosso Número 14002419086750361-9
Carteira RG	Espécie Moeda R\$	Quantidade Moeda	(=) Valor Documento R\$ 358,39
Instruções (Texto de Responsabilidade do Beneficiário) ATENÇÃO: . Não pagar após o vencimento; . Proibido cobrar multas/mora/acréscimos ou conceder descontos/abatimentos/deduções; . O prazo de validade da guia não se sobrepõe, derroga ou modifica o prazo processual a que está vinculado o recolhimento; . A prova do recolhimento se fará pela própria guia autenticada mecanicamente ou pela guia acompanhada do comprovante definitivo do efetivo pagamento. A autenticação na guia ou o comprovante emitido pelo guichê de caixa deverão ser originais. Não fará prova do recolhimento o comprovante emitido por canais eletrônicos relativo ao serviço de agendamento ou outro similar que possa vir a ser cancelado, por iniciativa do Banco ou do correntista.		(-) Desconto / Abatimento (-) Outras Deduções (+) Mora / Multa (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado R\$ 358,39	
Pagador A.C BATISTA ALIMENTOS LTDA		CPF / CNPJ: 06121429000113	
Sacador / Avalista		Cód Baixa.	
Autenticação mecânica - Ficha de Compensação			

2ª Via



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 17/10/2019 17:15:03

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101717150319300000087778095>

Número do documento: 19101717150319300000087778095

Num. 89097326 - Pág. 1

Anexo SEF Anexo 01.00004250-2020-00100226 (3647463) (2035SE11080.0 SE02052920200039463.044-90 / pg. 45

Em PDF



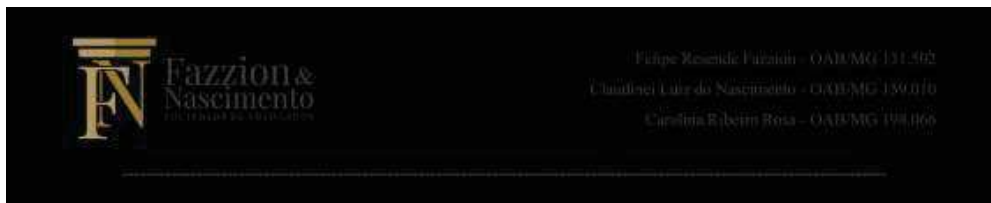
Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:24

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042401800000087049713>

Número do documento: 19101411042401800000087049713

Num. 88368344 - Pág. 1

Número do documento: 19101411042401800000087049743

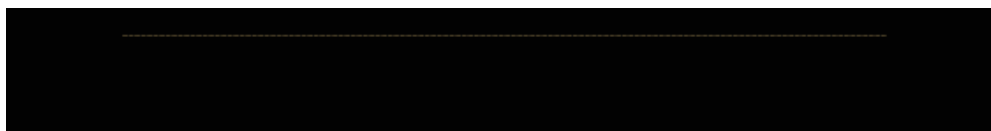


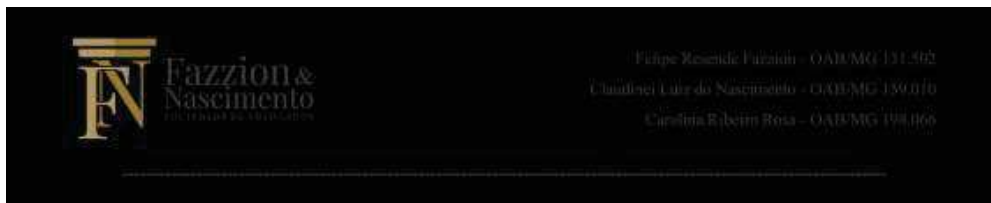
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE - MG**

AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.121.429/0001-13, com sede à Avenida Josué de Queiroz, 1995, Pío XII, São João del-Rei, Minas Gerais CEP 36305-144, neste ato representada por seu sócio Antonio Carlos Batista, brasileiro, divorciado, empresário, RG M4.156.458, CPF 546.245.416-34, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 65, Aguas Santas, Tiradentes – MG conforme contrato social anexo (doc. 1), vem, mui respeitosamente, através de seu advogado, instrumento de mandato anexo (doc. 2), endereço eletrônico claudineinl@yahoo.com.br, vem, perante Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 303 e seguintes do CPC e demais dispositivo aplicáveis à espécie, requerer a presente

**TUTELA CAUTELAR DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL EM
CARÁTER ANTECEDENTE**

em face de Exmo. SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – SERGIO BARBOSA MENEZES, Ilmo. PREGOEIRO OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - Sr. PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, pelo Ilmo. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, Sr. MARCELO GONÇALVES DA COSTA, Ilmo. COMPONENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE Sr. ALAN





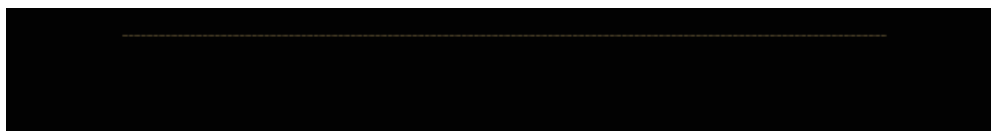
JOHNY FRANCISCO DA SILVA todas autoridades integrantes do ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia Prédio Minas - 5º andar - Belo Horizonte/MG, CEP: 31630-900, e para figurar como Litisconsorte passivo a APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI, CNPJ nº 02.102.125/0001-58, com sede a Avenida da Saudade, nº 175, Centro, Cornélio Procópio, Paraná, CEP 86.300-000.

1. DOS FATOS

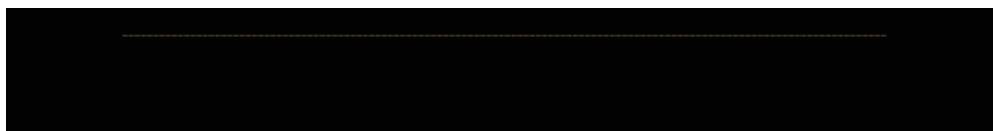
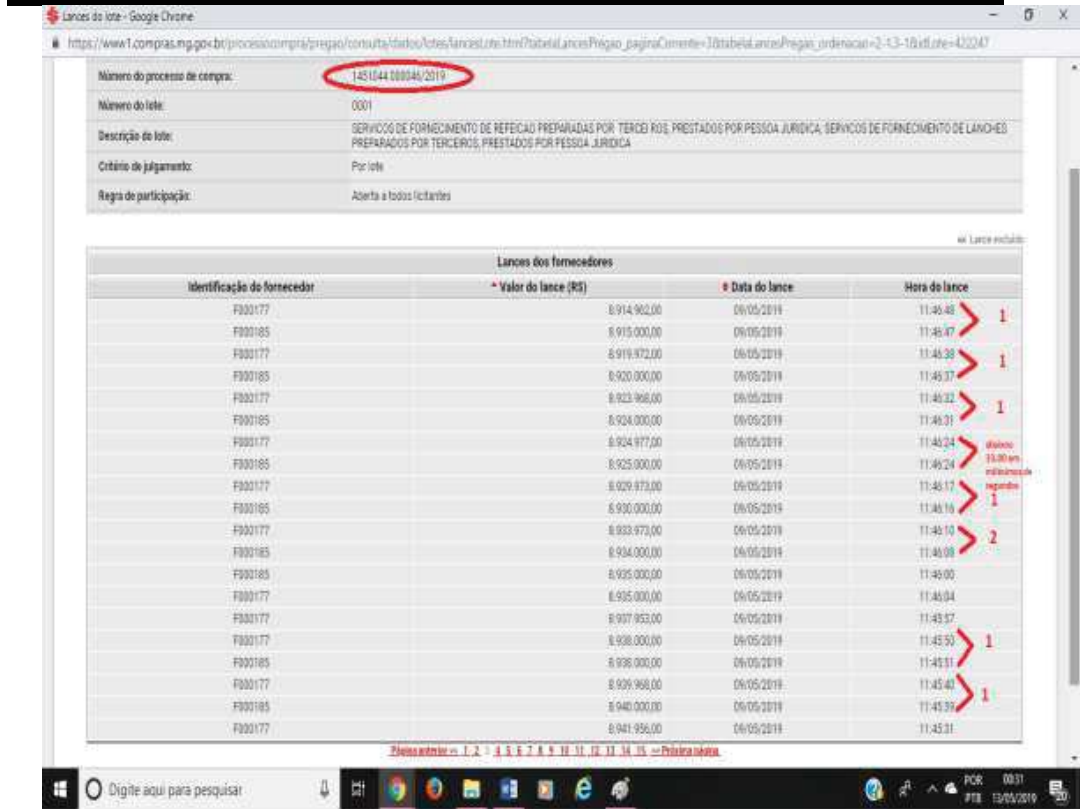
A Secretária de Administração Prisional do Estado de Minas Gerais publicou edital do Pregão Eletrônico 046/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João del Rei e Presídio de Resende Costa.

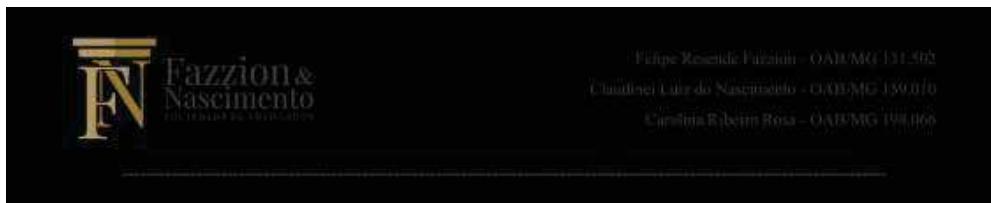
A fase da Sessão Pública ocorreu em 09/05/2019 e iniciou-se às 11:04:43, com início do tempo randômico/aleatório às 11:26:15 e findado às 11:50:21, obtendo o menor lance a empresa Aparecida Regina Cassarotti (participante 177) qualificada devidamente alhures, após simultâneos lances automáticos dados por sua empresa, imediatamente após os lances da segunda colocada Impetrante do Presente (participante 185), todos com diferença de tempo de 01 (um) e 2 (dois) segundos, e lances de valores inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais) com relação aos lances da segunda colocada (participante 185), conforme se observa na relação de lances anexo com informações públicas extraídas do lote do pregão, disponíveis no site <https://www1.compras.mg.gov.br/processocompra/pregao/consulta/dados/abaLotesPregao.html?aba=abaLotesCadastrados&idPregao=135387>.

Após análise pela área técnica da documentação de habilitação enviada pela empresa convocada, no dia 12/06/2019 às 15:05:05 via chat “O fornecedor 02.102.125/0001-58 - Aparecida Regina Cassarotti, cuja proposta foi aceita, foi habilitado para esse lote”. Momento em que a recorrente manifestou sua intenção em interpor recurso da referida decisão tendo em vista que ficou clara a fraude ao certamente praticada pelo claro uso de robôs para oferta de lances por parte do usuário 177.



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042426500000087049743>
 Num. 88368374 - Pág. 4





Nota-se que houve uma redução de R\$ 40,00 (quarenta reais) em apenas 1 (um) segundo. Todos os fatos comprovados via Ata Notarial que segue a presente.

Como fato didático para a análise do presente, vale trazer a informação do guiness book onde o detentor do recorde mundial de digitação, inclusive um brasileiro, conseguiu tal façanha ao digitar 160 caracteres em 18 segundos ou seja, uma média de 8,88 caracteres por segundo, vejamos:

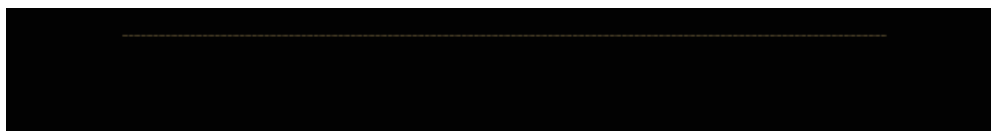
“Nove letras por segundo. Essa é a taxa de digitação de Marcel Fernandes Filho. O adolescente brasileiro entrou para o Guinness World Records, o livro dos recordes, como o digitador mais veloz do mundo em tela sensível ao toque. (Informação colhida em 31/07/2019 às 19:13 no site <https://exame.abril.com.br/tecnologia/adolescente-brasileiro-quebra-recorde-de-digitacao/>)”

Portanto ainda que o Recordista mundial trabalhasse na empresa Impetrada não seria possível realizar o lances em apenas 1 segundo visto que além da digitação do lance seria necessário calcular a proposta, digitar o CAPTCHA, enviar digitar o enter para envio da proposta, portanto é incontestável a utilização de softwares “robôs” pela impetrada.

Como forma de esclarecer a real utilização de robôs a Autora **solicitou a realização de laudo técnico onde ficou constatada a real utilização de robôs**. Sendo que na ocasião inclusive fora elaborada petição de denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado, onde em liminar fora suspenso o certame, todavia em decisão final os conselheiros optaram por aceitar a utilização dos robôs no certame não referendaram a liminar concedida em total afronta aos princípios que norteiam a administração pública e em especial o regime licitatório.

Após a decisão do TCE, o certame foi homologado sem abertura de prazos recursais em via administrativa para a Impetrante, decisão esta que foi retificada após questionamento do representante da impetrante junto às autoridades coatoras.

Sendo assim, a Impetrante opôs recurso administrativo, em 18/07/2019 questionando o uso de robôs, todavia apesar das diversas irregularidades apontadas no recurso administrativo o mesmo foi indeferido nos seguintes termos:



Assim, não merecem prosperar as alegações da Recorrente, não havendo que se falar em ilegalidade no Processo Licitatório 1451044/00046/2019, haja vista que a empresa Aparecida Regina Cassarotti afirma que não fez uso de robôs no presente certame, que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais confirma que em sua análise, não foram constatados indícios de irregularidades na seção de lances do processo, nem situação que caracterizaria provável uso de "robô" que teria sido utilizado ilegalmente para cobrir lances, e que o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, quando do julgamento do caso concreto é no sentido de que não há nenhum impedimento legal para utilização de robótica em procedimentos da Administração Pública, especialmente na realização de lances em Pregão Eletrônico. 2. Tratando a questão de processos licitatórios, a otimização trazida pelo uso da robótica favorece a celeridade e eficiência, princípios caros à Administração Pública. 2. O uso de robô por si só não determina a vitória do licitante.

Desta feita, a Comissão entende infundado o apelo administrativo porque a decisão habilitadora tem apoio no edital e na lei, não tendo a Recorrente trazido fato ou direito novo que a elidisse.

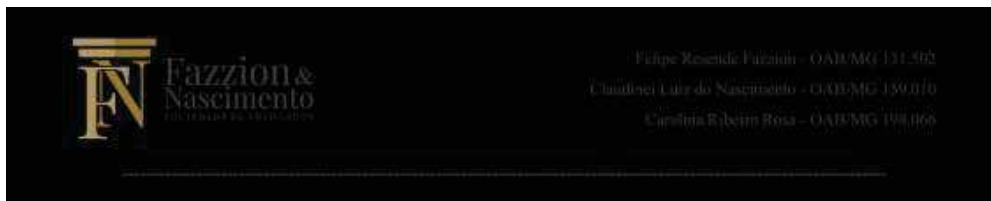
Além disso em paralelo ao processo recurso administrativo a Autora acionou o Tribunal de Contas do Estado quanto a ilegalidade, sendo que, o próprio TCE reconheceu o uso de robô no parecer da denúncia feita pela Impetrante *in litteris*:

Compulsando os autos, às fls. 290/297, constatei que a empresa declarada vencedora do certame (F000177) apresentou inúmeros lances, conforme registrado na ata da sessão do pregão, em um lapso temporal de um segundo após a oferta da segunda colocada (F000185), cobrindo regularmente o preço da proposta anterior em uma faixa aproximada de valores entre R\$ 30,00 (trinta reais) a R\$ 50,00 (cinquenta reais), ou seja, valores irrisórios se comparados ao montante total previsto para a contratação (sem ICMS1) de R\$ 10.181.643,06 (dez milhões, cento e oitenta e um mil, seiscentos e quarenta e três reais e seis centavos), à fl. 95

Assim, em juízo de cognição sumária, entendo que a apresentação de diversos lances com redução irrisória dos preços, em tempo igual ou inferior a um segundo, indica, de fato, que a primeira colocada (F000177) utilizou-se de software de remessa automática de propostas ao longo da sessão eletrônica.

Todavia, apesar da liminar ter sido revogada posteriormente o referido processo ainda tramita junto ao tribunal de Contas do Estado sendo que a prova que se pretende produzir será ainda muito útil também naquele feito.





Nobre julgador, tão logo recebida a resposta do recurso e esgotada as vias administrativa a Autora impetrou mandado de segurança, processo que foi autuado junto ao Tribunal de Justiça do Estado com o nº 0943654-14.2019.8.13.0000 , cuja a petição interposição segue anexo a presente.

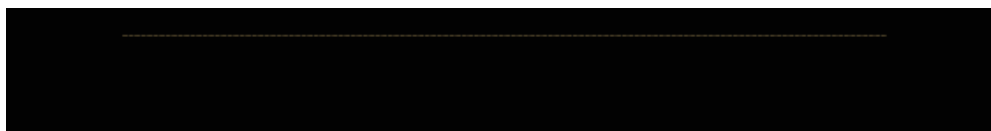
Em manifestação ao Mandado de Segurança Interposto a Licitante e Litisconsorte passiva na APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI, argumentou: “não ter se utilizado de Softwares de Robôs, sob o argumento que contra cm equipe especializada e com pratica de mercado bem como vária máquinas ligadas ao mesmo tempo”. Todavia, nobre julgador tal argumento claramente tem como intuito simplesmente ludibriar e trazer dúvidas que não devem ser aceitas, Primeiro que independentemente do número de computador ligados junto ao certame, cada concorrente consegue dar seu através de apenas uma máquina e segundo pelo fato que conforme alhures exposto é humanamente impossível que uma pessoa consiga digitar tantos caracteres por diversas vezes, como o ocorrido em apenas um ou dois segundos.

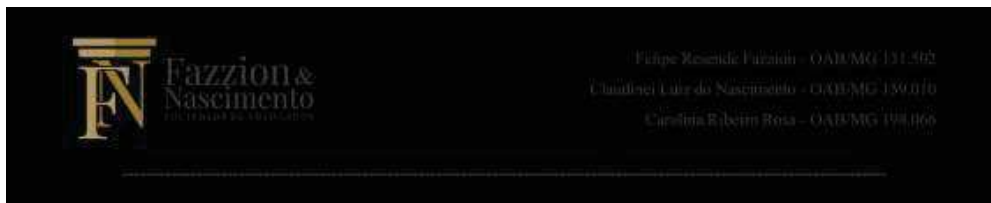
Todavia excelência, devido as limitação do rito do mandado de segurança, onde não se possibilita a produção de provas periciais, afim de se esclarecer os fatos narrados, através de uma prova pericial produzida junto ao judiciário é o fim para o qual se propõe a presente em caráter antecedente.

2. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

As Partes que compõem o polo passivo da presente encontram-se vinculadas ao Processo Licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2019, cujo objeto era a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João del Rei e Presídio de Resende Costa, da seguinte forma:

A 1ª Autoridade Requerida é responsável pela apreciação e julgamento do RECURSO HIERÁRQUICO, na forma do § 4o, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, OMITINDO-SE, até a presente data, de adotar as medidas urgentes consignadas no Recurso Administrativo, necessárias a preservação da legalidade do certame (doc. 3).





A 2ª Autoridade Requerida juntamente com a 3ª e 4ª autoridades Coatoras são signatários do Edital Pregão Eletrônico nº 046/2019, cumprindo ao primeiro a operacionalização do Pregão e ao segundo, o julgamento de recursos e homologação do resultado (Item 1.1, do Edital), no que veio, em declarar a Interveniente APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI vencedora do certame.

A Autora é participante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2019, em condições de vencer o certame (caso acolhido o Recurso manejado), empresa especializada na prestação de serviços de refeição coletiva, com mais de 8 anos de atuação, prestando serviços em diversos Unidades Prisionais da própria Secretaria de Estado de Administração Prisional – SEAP, sendo, inclusive, A ATUAL PRESTADORA DE SERVIÇO LICITADO, com reconhecida competência, conforme contrato de prestação de serviços Presídio de São João del Rei (doc. 4) e Presídio de Resende Costa anexo (doc. 5).

3. DO DIREITO

3.1. Da Competência para apreciação da Tutela

Nos termos do art. 299 do CPC, a tutela provisória requerida em caráter antecedente será pleiteada ao juiz competente para conhecer do pedido principal. Vejamos:

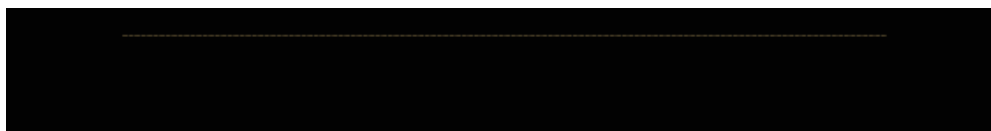
Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

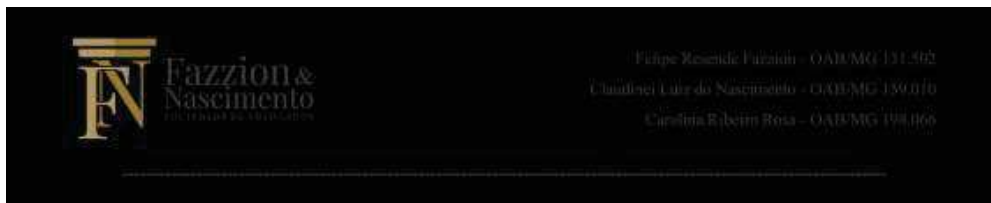
Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

Tendo em vista que a prova deve ser produzida junto a secretaria SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, a comarca competente para a análise da presente é a da capital do estado.

3.2. Da Produção de Prova Pericial

3.2.1- DO DIREITO





A presente ação tem o objetivo de constituir provas pericial, por meio da qual obterá documentação que comprovará o direito perseguido pela autora, a qual busca comprovar que houve o uso ilegal de softwares de robôs em certame licitatório, no qual em igualdade de condições teria a mesma condições de ganhar.

Conforme o disposto no inciso III, do art. 381 do CPC, admite-se a antecipação da prova como forma da parte em obter prévio conhecimento dos fatos. O objetivo é obter um lastro probatório mínimo. Trata-se de hipótese em que, a partir da prova, as partes poderão avaliar suas chances de êxito em futura demanda judicial. Vejamos:

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação;

II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.

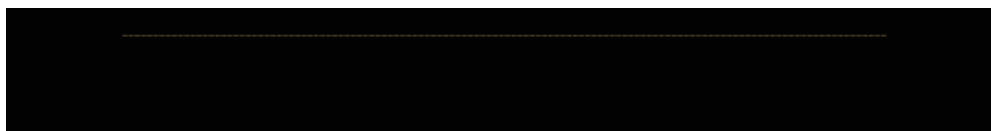
§ 1º O arrolamento de bens observará o disposto nesta Seção quando tiver por finalidade apenas a realização de documentação e não a prática de atos de apreensão.

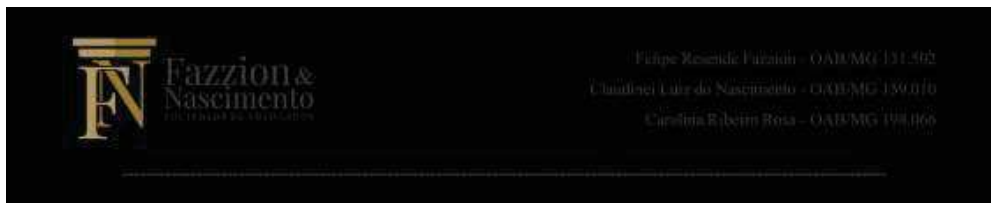
§ 2º A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.

§ 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

§ 4º O juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal se, na localidade, não houver vara federal.

§ 5º Aplica-se o disposto nesta Seção àquele que pretender justificar a existência de algum fato ou relação jurídica para simples documento e sem caráter contencioso, que exporá, em petição circunstanciada, a sua intenção.





Também é patente, no caso em comento o risco de não se poder comprovar o alegado, em uma ação de conhecimento, sem o lastro probatório mínimo (Art. 381, I, NCPC), ressalte-se que com o passar do tempo maior é o risco de não se conseguir a produção da prova pretendida tendo em vista que as informações necessárias para a perícia encontram armazenadas em computadores das partes requeridas. Assim a presente ação de produção antecipadas de provas é necessária e urgente para que o Autor possa buscar judicialmente um direito seu usurpado pelos réus.

Nessa toada, Excelência, na forma disposta no Art. 382, § 1º, a parte Autora vai requer ao final, que V. Exª não venha designar audiência de conciliação no CEJUCS, nesse momento (art. 334. § 4º, I, NCPC), em vista da necessidade de produzir as provas requeridas, antes de buscar uma possível composição amigável (Art. 381, II do novo CPC).

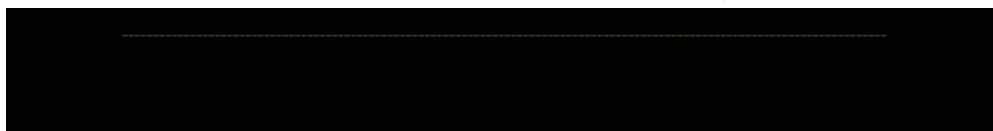
3.2.2 - DA JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA

Conforme o disposto no art. 382, caput do CPC, a petição inicial deverá expor o motivo que justifica a antecipação e indicar precisamente os fatos que se pretende provar. Isso será fundamental para se demonstrar que a antecipação da prova será útil (interesse) ao requerente (legitimidade).

O juiz determinará a citação dos interessados na produção da prova ou no fato a ser provado. Se não houver caráter contencioso, dispensa-se tal citação (CPC, art. 382, § 1º). Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, desde que relacionada ao mesmo fato (CPC, art. 382, § 3º). Em qualquer caso, pretendeu-se inadmitir o oferecimento de defesa e de recurso (CPC/15, art. 382, § 4º), salvo no caso de indeferimento total da "produção da prova pleiteada pelo requerente originário".

Diversos são os julgados que reconhecem a ação de produção antecipada de provas como importante medida de justiça. Destacamos um dos julgados do STJ a seguir:

"TJ-DF - Peticao PET 20130020151713 DF 0016022-16.2013.8.07.0000 (TJ-DF) -Data: 03/09/20 - Ementa: DIREITO PROCESSUAL PENAL. RECLAMAÇÃO. TRIBUNAL DO

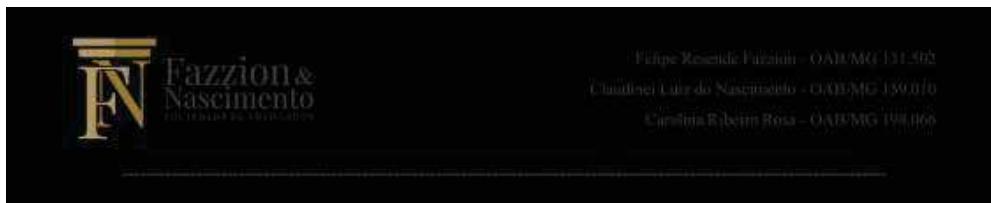


JURI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ACUSADO FORAGIDO. CITAÇÃO POR EDITAL. REVEL. GRAVIDADE DO CRIME. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 455/STJ. OFENSA. INOCORRÊNCIA. 1 - A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS É INSTITUTO DE EXCEÇÃO PROCEDIMENTAL, DE MODO QUE SUA APLICAÇÃO DEVE-SE RESTRINGIR A CASOS EM QUE EXCEPCIONALIDADE CIRCUNSTANCIAL A JUSTIFIQUE. 2 - NÃO OFENDE O DISPOSTO NO ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 455 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA A DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS JUSTIFICADA EM SITUAÇÃO PECULIAR. PRECEDENTES DOS E. STF, STJ E TJDF. 3 - RECLAMAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA PARA DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO COM OITIVA DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DENÚNCIA.”

O CPC de 2015 não trouxe semelhante limitação ao procedimento sumário. A produção antecipada de prova teve o seu espectro de incidência ampliado com o CPC, de modo a permitir a antecipação de qualquer meio de prova. Ressalve-se que objetivo da antecipação é garantir a regular produção da prova, em momento anterior ao previsto na lei. Todavia, não se antecipa a valoração da prova. Tal juízo somente será feito em futura e eventual demanda judicial, em que se pleiteie a declaração do direito material.

Tendo em vista que em tese de defesa de mandado de segurança a Requerida fundamentou sua defesa única e exclusivamente no fato de supostamente não ter se utilizado de robôs e tendo em vista ainda que as informações da licitantes contrariam todas as provas acostadas aos autos visto que claramente é humanamente impossível que os lances tenham sido realizados por operador humano é de salutar importância a produção da prova pericial pretendida uma vez que nos autos do mandado de segurança a mesma não poderá



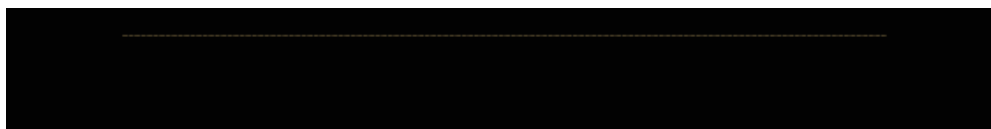


Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, em especial pelas provas documentais juntadas e outras que vierem a ser produzidas no curso processual, provas testemunhais, pelo depoimento pessoal dos representantes do réu, sob pena de confissão e demais provas que vierem a ser produzidas durante a instrução processual.

Dá a presente causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) puramente para fins fiscais.

São João Del Rei, 10 de outubro de 2019.

Claudinei Luiz do Nascimento
OAB/MG159.010



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: A. C. BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob CNPJ nº 06.121.429/0001-13, com sede na Avenida Josué de Queiroz, 1995, Matosinhos, São João del-Rei-MG, CEP 36.305.144, neste ato representada por **ANTÔNIO CARLOS BATISTA**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF: 546.245.416-34.

OUTORGADO: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 159.010 com escritório na Rua Quintino Bocaiuva, nº 192, Centro, São João Del Rei- MG;

PODERES: Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO**, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Novo Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, desistir, receber alvará, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, firmar compromisso, substabelecer, receber intimações, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, incluindo bancos públicos ou privados, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, dando tudo por bom, firme e valioso, defender sua posição jurídica.

São João Del Rei, 01 de Agosto de 2019.

A.C. BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ nº 06.121.429/0001-13

Rua Quintino Bocaiuva, 192 - Centro - São João del-Rei / MG
Tel.: (32) 3371 8856 E-mail: fazzionepossa@gmail.com @fazzionepossa



A Idoos Consultoria em TI é uma *startup* mineira, sediada em São João del-Rei com sólida experiência em consultoria nas áreas de Gestão de TI, Governança de TI, Infraestrutura de TI, Segurança da Informação, Desenvolvimento de Sistemas e Soluções de TI, Gestão de Contratos, Mapeamento de Fluxos e Processos, Inovação Tecnológica, entre outros.

Nosso nicho de mercado está fundamentado em interiorizar no estado de Minas Gerais tecnologias e inovações com qualidade internacional a preços compatíveis com os mais diversos portes de organizações.

O Analista de Sistemas responsável por esse projeto de consultoria, o Sr. Alex Vitorino, CPF 053.993.346-58, residente e domiciliado na cidade de São João del-Rei/MG, possui graduação em Sistemas de informação, especialização em Gestão da Segurança da informação e mestrado em andamento em Sistemas Complexos. Possui ampla experiência profissional e acadêmica na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Essas informações podem ser comprovadas por meio do link <<http://lattes.cnpq.br/3967229202960623>>.

Essa consultoria tem por objetivo analisar indícios de utilização de software de automatização de lances, conhecido como programa "Robô", no pregão eletrônico 46/2019 realizado em 09/05/2019 no Portal de Compras do Governo de Minas Gerais.

O processo licitatório deve perseguir e preservar o tratamento isonômico, possibilitando que todos os participantes tenham condições iguais para competir no certame.

Entretanto observa-se nos últimos anos, a crescente utilização de *softwares* que inserem seus lances de forma automática nos pregões eletrônicos realizados por meio dos Portais de Compras Governamentais. De acordo com as características apresentadas por essas ferramentas de automatização, basta que o usuário defina qual seu percentual, ou valor, de desconto em relação ao menor lance e este o fará em fração de segundos, superando a agilidade humana e potencializando as chances de seu utilizador lograr-se vencedor com o melhor preço.

As inovações tecnológicas devem propiciar ambientes e aplicações seguras de forma a garantir o tratamento isonômico, possibilitando que todos os participantes tenham condições iguais para competir nos certames.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 CONCEITO DE ROBÔS

Robôs são programas utilizados em pregões eletrônicos para fazer lances para o licitante. Por meio da utilização desses programas, a empresa pode fazer lances em frações de segundo, com um valor infinitamente inferior, inviabilizando a participação dos demais licitantes. O uso de um robô no pregão eletrônico, para fazer os lances *online*, impede a participação igualitária e fere o princípio da isonomia, também conhecido como princípio da igualdade. Ícone da democracia, representa o tratamento justo e faz-se presente nas Constituições de vários países que afirmam: "todos são iguais perante a lei".

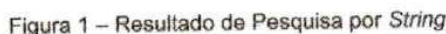
Esses softwares permitem que o participante faça lances automáticos e simultâneos. Muito mais rápidos do que qualquer ser humano, no tempo mínimo possível. Essa característica potencial, é capaz de bloquear a participação dos demais participantes do pregão eletrônico.

Durante a sessão, quando se inicia o tempo randômico ou aleatório é quando o uso do robô se demonstra como um diferencial, uma vez que no tempo randômico, que pode durar de 1 segundo até 30 minutos, o robô pode inserir o lance em frações de segundo, muito mais rápido do que qualquer ser humano, portanto é quase certo que sempre o seu lance terá a melhor colocação.



Uma vez que os demais participantes não conseguem, de fato, participar de forma justa, trata-se de violação aos princípios da licitação.

É notória a existência de *softwares* capazes de automatizar o envio de lances em pregões eletrônicos, comercializados de maneira explícita na internet. Por meio de pesquisa superficial, em um portal de busca, com a utilização da *string* "software robo licitação" obtêm-se como retorno aproximadamente 59.900 (cinquenta e nove mil e novecentos) registros, conforme pode ser comprovado, por exemplo, nas figuras a seguir:



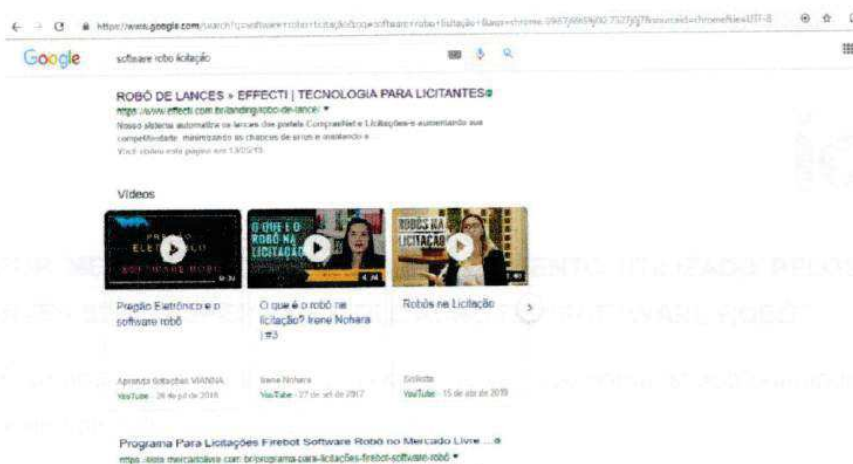


Figura 2 – Resultado de Pesquisa por *String* (continuação)

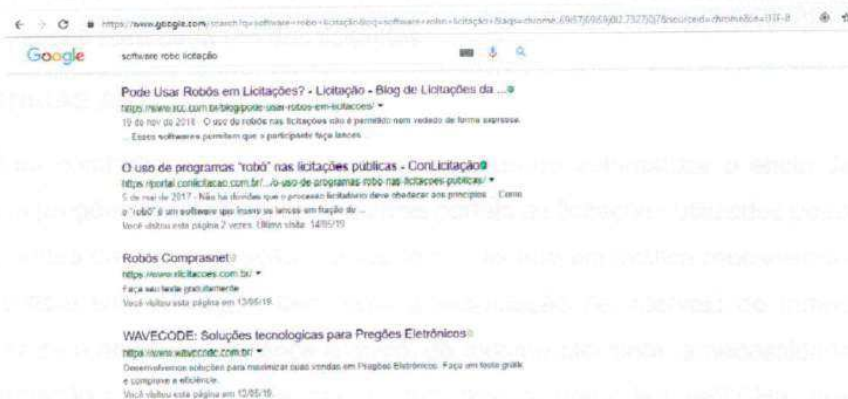


Figura 3 – Resultado de Pesquisa por *String* (continuação)

4.3 IDENTIFICAÇÃO DE USO DE ROBÔS

4.3.1 POR MEIO DE AUDITORIA DA APLICAÇÃO

Para realização desse tipo de análise seria necessário que a Secretaria de Planejamento e Gestão permitisse uma auditoria na aplicação por meio de testes de segurança da informação.



Entretanto em 2013, A Vicarious AI, uma empresa dedicada a investigação na área da Inteligência Artificial, descobriu uma forma de resolver CAPTCHA. Os envolvidos no projeto afirmam ter conseguido resolver as imagens CAPTCHA de serviços como Google, Yahoo e Paypal, com taxas de sucesso superiores a 90%.

Diante desse cenário, a Google lançou em 2014 um mecanismo baseado em uma nova API conhecida como "reCAPTCHA", em que substitui a digitação numérica ou de letras por um apenas um botão de "I'm not a robot" ("Eu não sou um robô", na tradução livre). Tudo o que o usuário precisa fazer é marcar a caixa de diálogo com um clique para finalizar a autenticação e, assim, liberar a entrada ao site ou serviço que está sendo acessado.

Esse sistema é capaz de diferenciar humanos de máquinas ao levar em consideração dois processos principais: o endereço de IP utilizado e o tempo gasto pelo internauta em uma determinada página. Além disso, a empresa afirma que o mecanismo presta atenção em outros detalhes menores, entre eles os movimentos realizados com o cursor do mouse até a caixa de seleção. As Figuras 4 e 5 apresentam os dois mecanismos de validação.

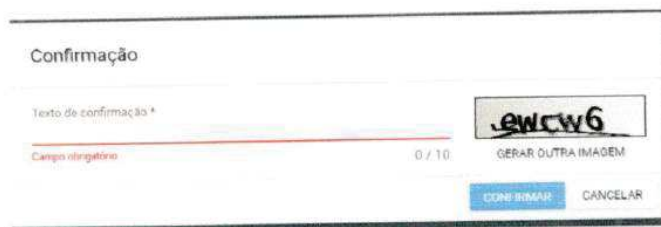


Figura 4 – Mecanismo de Validação Captcha Utilizado no Portal de Compras MG

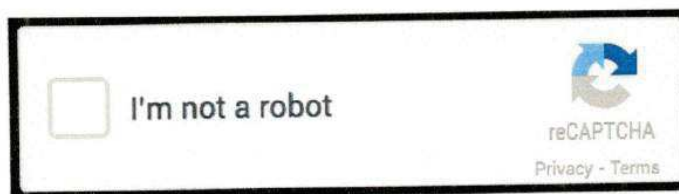


Figura 5 – Mecanismo de Validação reCAPTCHA



5. ESTUDO DE CASO

A análise técnica acerca da possível utilização de *software* Robô foi realizada para o Pregão Eletrônico 046/2019 realizado em 09/05/2019 por meio do Portal de Compras do Governo de Minas Gerais <<http://www.compras.mg.gov.br/>>, tendo como o Fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, destinadas ao Presídio de Resende Costa e ao Presídio de São João del-Rei.

O pregão teve início às 11:00:23h, a sessão de lances iniciou às 11:04:43h, o tempo randômico iniciou às 11:26:15h e encerrou às 11:50:21h, determinado o encerramento do certame. O Licitante F000177, CNPJ 02.102.125/0001-58, foi quem apresentou o melhor lance.

5.1 ANÁLISE DO RELATÓRIO DA SESSÃO DE LANCES

O Pregão Eletrônico 046/2019 teve a participação de sete licitantes que realizaram um total de 302 (trezentos e dois) lances durante a realização do pregão eletrônico, conforme pode ser observado na Tabela 1:

Tabela 1 – Quantidade de Lances por Licitante

Licitantes							Valor Absouto Percentual
F000118	F000126	F000149	F000164	F000177	F000182	F000185	
4	6	1	11	124	18	138	
1,324503311	1,986755	0,331126	3,642384	41,0596	5,960265	45,69536	

A partir da análise da Tabela 1 pode-se observar que os licitantes F000177 e F000185 realizaram o maior número de lances. Os dois licitantes juntos totalizam aproximadamente mais de 86% (oitenta e seis por cento) dos lances ofertados.

A Tabela 2 apresenta os lances realizados pelos licitantes em ordem decrescente de horário. O método utilizado para sua construção leva em consideração a diferença entre dois lances sequenciais em um dado intervalo de tempo. Pode-se observar que a diferença de tempo entre o último lance do fornecedor F000177 é de 1s (um segundo) em relação ao lance do fornecedor



F000185	8.906.000,00	09/05/2019	11:47:23	00:00:07
F000177	8.907.970,00	09/05/2019	11:47:16	00:00:04
F000185	8.908.000,00	09/05/2019	11:47:12	00:00:03
F000177	8.909.950,00	09/05/2019	11:47:09	00:00:06
F000177	8.912.000,00	09/05/2019	11:47:03	00:00:01
F000185	8.910.000,00	09/05/2019	11:47:02	00:00:08
F000177	8.912.964,00	09/05/2019	11:46:54	00:00:01
F000185	8.913.000,00	09/05/2019	11:46:53	00:00:05
F000177	8.914.962,00	09/05/2019	11:46:48	00:00:01
F000185	8.915.000,00	09/05/2019	11:46:47	00:00:09
F000177	8.919.972,00	09/05/2019	11:46:38	00:00:01
F000185	8.920.000,00	09/05/2019	11:46:37	00:00:05
F000177	8.923.968,00	09/05/2019	11:46:32	00:00:01
F000185	8.924.000,00	09/05/2019	11:46:31	00:00:07
F000177	8.924.977,00	09/05/2019	11:46:24	00:00:00
F000185	8.925.000,00	09/05/2019	11:46:24	00:00:07
F000177	8.929.973,00	09/05/2019	11:46:17	00:00:01
F000185	8.930.000,00	09/05/2019	11:46:16	00:00:06
F000177	8.933.973,00	09/05/2019	11:46:10	00:00:02
F000185	8.934.000,00	09/05/2019	11:46:08	00:00:04
F000177	8.935.000,00	09/05/2019	11:46:04	00:00:04
F000185	8.935.000,00	09/05/2019	11:46:00	00:00:03
F000177	8.937.953,00	09/05/2019	11:45:57	00:00:06
F000185	8.938.000,00	09/05/2019	11:45:51	00:00:01
F000177	8.938.000,00	09/05/2019	11:45:50	00:00:10
F000177	8.939.968,00	09/05/2019	11:45:40	00:00:01
F000185	8.940.000,00	09/05/2019	11:45:39	00:00:08
F000177	8.941.956,00	09/05/2019	11:45:31	00:00:00
F000185	8.942.000,00	09/05/2019	11:45:31	00:00:07
F000177	8.944.950,00	09/05/2019	11:45:24	00:00:07
F000177	8.944.950,00	09/05/2019	11:45:24	00:00:07
F000185	8.945.000,00	09/05/2019	11:45:17	00:00:11
F000177	8.947.956,00	09/05/2019	11:45:06	00:00:01
F000185	8.948.000,00	09/05/2019	11:45:05	00:00:05
F000177	8.949.972,00	09/05/2019	11:45:00	00:00:01
F000185	8.950.000,00	09/05/2019	11:44:59	00:00:07
F000177	8.950.974,00	09/05/2019	11:44:52	00:00:00
F000185	8.951.000,00	09/05/2019	11:44:52	00:00:11
F000177	8.951.965,00	09/05/2019	11:44:41	00:00:01
F000185	8.952.000,00	09/05/2019	11:44:40	00:00:10
F000177	8.953.968,00	09/05/2019	11:44:30	00:00:01
F000185	8.954.000,00	09/05/2019	11:44:29	00:00:08
F000185	8.958.000,00	09/05/2019	11:44:21	00:00:01



F000177	8.955.000,00	09/05/2019	11:44:20	00:00:13
F000177	8.958.951,00	09/05/2019	11:44:07	00:00:03
F000185	8.959.000,00	09/05/2019	11:44:04	00:00:04
F000177	8.959.960,00	09/05/2019	11:44:00	00:00:03
F000185	8.960.000,00	09/05/2019	11:43:57	00:00:04
F000177	8.960.973,00	09/05/2019	11:43:53	00:00:03
F000185	8.961.000,00	09/05/2019	11:43:50	00:00:04
F000177	8.961.972,00	09/05/2019	11:43:46	00:00:05
F000185	8.962.000,00	09/05/2019	11:43:41	00:00:01
F000177	8.962.952,00	09/05/2019	11:43:40	00:00:04
F000185	8.963.000,00	09/05/2019	11:43:36	00:00:03
F000177	8.963.976,00	09/05/2019	11:43:33	00:00:16
F000177	8.965.000,00	09/05/2019	11:43:17	00:00:03
F000185	8.964.000,00	09/05/2019	11:43:14	00:00:04
F000177	8.967.000,00	09/05/2019	11:43:10	00:00:03
F000185	8.966.000,00	09/05/2019	11:43:07	00:00:11
F000185	8.968.000,00	09/05/2019	11:42:56	00:00:09
F000185	8.970.000,00	09/05/2019	11:42:47	00:00:03
F000185	8.974.000,00	09/05/2019	11:42:44	00:00:02
F000177	8.974.000,00	09/05/2019	11:42:42	00:00:07
F000185	8.975.000,00	09/05/2019	11:42:35	00:00:06
F000177	8.975.000,00	09/05/2019	11:42:29	00:00:05
F000185	8.976.000,00	09/05/2019	11:42:24	00:00:01
F000177	8.977.000,00	09/05/2019	11:42:23	00:00:05
F000185	8.978.000,00	09/05/2019	11:42:18	00:00:08
F000185	8.979.000,00	09/05/2019	11:42:10	00:00:01
F000177	8.979.000,00	09/05/2019	11:42:09	00:00:07
F000185	8.980.000,00	09/05/2019	11:42:02	00:00:07
F000177	8.984.000,00	09/05/2019	11:41:55	00:00:07
F000185	8.985.000,00	09/05/2019	11:41:48	00:00:04
F000177	8.989.000,00	09/05/2019	11:41:44	00:00:11
F000185	8.990.000,00	09/05/2019	11:41:33	00:00:06
F000177	8.994.000,00	09/05/2019	11:41:27	00:00:08
F000185	8.995.000,00	09/05/2019	11:41:19	00:00:04
F000177	8.996.500,00	09/05/2019	11:41:15	00:00:05
F000185	8.996.000,00	09/05/2019	11:41:10	00:00:06
F000185	8.997.000,00	09/05/2019	11:41:04	00:00:15
F000177	8.998.000,00	09/05/2019	11:40:49	00:00:03
F000182	9.850.000,00	09/05/2019	11:40:46	00:00:01
F000185	8.999.900,00	09/05/2019	11:40:45	00:00:10
F000185	8.999.999,99	09/05/2019	11:40:35	00:00:02
F000177	9.000.500,00	09/05/2019	11:40:33	00:00:06
F000185	9.000.000,00	09/05/2019	11:40:27	00:00:07



F000177	9.000.790,00	09/05/2019	11:40:20	00:00:05
F000185	9.001.000,00	09/05/2019	11:40:15	00:00:01
F000177	9.001.651,00	09/05/2019	11:40:14	00:00:07
F000177	9.002.000,00	09/05/2019	11:40:07	00:00:00
F000177	9.002.000,00	09/05/2019	11:40:07	00:00:01
F000185	9.002.000,00	09/05/2019	11:40:06	00:00:00
F000185	9.002.000,00	09/05/2019	11:40:06	00:00:11
F000177	9.002.770,00	09/05/2019	11:39:55	00:00:00
F000177	9.002.770,00	09/05/2019	11:39:55	00:00:01
F000185	9.003.000,00	09/05/2019	11:39:54	00:00:00
F000185	9.003.000,00	09/05/2019	11:39:54	00:00:06
F000177	9.004.000,00	09/05/2019	11:39:48	00:00:00
F000177	9.004.000,00	09/05/2019	11:39:48	00:00:00
F000185	9.004.000,00	09/05/2019	11:39:48	00:00:00
F000185	9.004.000,00	09/05/2019	11:39:48	00:00:06
F000177	9.009.000,00	09/05/2019	11:39:42	00:00:00
F000177	9.009.000,00	09/05/2019	11:39:42	00:00:02
F000185	9.005.000,00	09/05/2019	11:39:40	00:00:00
F000185	9.005.000,00	09/05/2019	11:39:40	00:00:08
F000177	9.009.789,00	09/05/2019	11:39:32	00:00:00
F000177	9.009.789,00	09/05/2019	11:39:32	00:00:02
F000126	9.889.000,34	09/05/2019	11:39:30	00:00:04
F000177	9.014.000,00	09/05/2019	11:39:26	00:00:00
F000177	9.014.000,00	09/05/2019	11:39:26	00:00:00
F000185	9.010.000,00	09/05/2019	11:39:26	00:00:00
F000185	9.010.000,00	09/05/2019	11:39:26	00:00:09
F000177	9.015.662,00	09/05/2019	11:39:17	00:00:00
F000177	9.015.662,00	09/05/2019	11:39:17	00:00:01
F000185	9.016.000,00	09/05/2019	11:39:16	00:00:00
F000185	9.016.000,00	09/05/2019	11:39:16	00:00:07
F000177	9.017.000,00	09/05/2019	11:39:09	00:00:00
F000177	9.017.000,00	09/05/2019	11:39:09	00:00:00
F000185	9.018.000,00	09/05/2019	11:39:09	00:00:00
F000185	9.018.000,00	09/05/2019	11:39:09	00:00:10
F000177	9.018.507,00	09/05/2019	11:38:59	00:00:00
F000177	9.018.507,00	09/05/2019	11:38:59	00:00:00
F000185	9.019.000,00	09/05/2019	11:38:59	00:00:00
F000185	9.019.000,00	09/05/2019	11:38:59	00:00:11
F000185	9.027.000,00	09/05/2019	11:38:48	00:00:00
F000185	9.027.000,00	09/05/2019	11:38:48	00:00:03
F000177	9.020.000,00	09/05/2019	11:38:45	00:00:00
F000177	9.020.000,00	09/05/2019	11:38:45	00:00:07
F000177	9.027.691,00	09/05/2019	11:38:38	00:00:00



F000177	9.027.691,00	09/05/2019	11:38:38	00:00:02
F000185	9.028.000,00	09/05/2019	11:38:36	00:00:11
F000177	9.028.780,00	09/05/2019	11:38:25	00:00:01
F000185	9.029.000,00	09/05/2019	11:38:24	00:00:06
F000177	9.029.754,00	09/05/2019	11:38:18	00:00:00
F000185	9.030.000,00	09/05/2019	11:38:18	00:00:06
F000177	9.033.522,00	09/05/2019	11:38:12	00:00:01
F000185	9.034.000,00	09/05/2019	11:38:11	00:00:08
F000177	9.034.717,00	09/05/2019	11:38:03	00:00:03
F000185	9.035.000,00	09/05/2019	11:38:00	00:00:03
F000177	9.035.000,00	09/05/2019	11:37:57	00:00:07
F000177	9.038.697,00	09/05/2019	11:37:50	00:00:01
F000185	9.039.000,00	09/05/2019	11:37:49	00:00:08
F000185	9.045.000,00	09/05/2019	11:37:41	00:00:01
F000177	9.040.000,00	09/05/2019	11:37:40	00:00:04
F000177	9.045.562,00	09/05/2019	11:37:36	00:00:02
F000185	9.046.000,00	09/05/2019	11:37:34	00:00:05
F000177	9.047.724,00	09/05/2019	11:37:29	00:00:06
F000185	9.048.000,00	09/05/2019	11:37:23	00:00:01
F000177	9.048.000,00	09/05/2019	11:37:22	00:00:10
F000177	9.048.686,00	09/05/2019	11:37:12	00:00:02
F000185	9.049.000,00	09/05/2019	11:37:10	00:00:06
F000177	9.049.632,00	09/05/2019	11:37:04	00:00:01
F000185	9.050.000,00	09/05/2019	11:37:03	00:00:05
F000177	9.068.000,00	09/05/2019	11:36:58	00:00:10
F000177	9.069.719,00	09/05/2019	11:36:48	00:00:01
F000185	9.070.000,00	09/05/2019	11:36:47	00:00:07
F000177	9.070.627,00	09/05/2019	11:36:40	00:00:02
F000185	9.071.000,00	09/05/2019	11:36:38	00:00:06
F000177	9.071.000,00	09/05/2019	11:36:32	00:00:02
F000185	9.072.000,00	09/05/2019	11:36:30	00:00:07
F000185	9.073.000,00	09/05/2019	11:36:23	00:00:07
F000177	9.073.000,00	09/05/2019	11:36:16	00:00:05
F000185	9.074.000,00	09/05/2019	11:36:11	00:00:07
F000177	9.075.000,00	09/05/2019	11:36:04	00:00:01
F000185	9.077.000,00	09/05/2019	11:36:03	00:00:08
F000185	9.078.000,00	09/05/2019	11:35:55	00:00:01
F000177	9.078.000,00	09/05/2019	11:35:54	00:00:07
F000177	9.084.000,00	09/05/2019	11:35:47	00:00:02
F000185	9.079.000,00	09/05/2019	11:35:45	00:00:08
F000185	9.080.000,00	09/05/2019	11:35:37	00:00:07
F000185	9.085.000,00	09/05/2019	11:35:30	00:00:11
F000177	9.087.000,00	09/05/2019	11:35:19	00:00:01



F000185	9.087.000,00	09/05/2019	11:35:18	00:00:10
F000185	9.089.000,00	09/05/2019	11:35:08	00:00:04
F000177	9.090.000,00	09/05/2019	11:35:04	00:00:04
F000185	9.090.000,00	09/05/2019	11:35:00	00:00:07
F000185	9.094.000,00	09/05/2019	11:34:53	00:00:07
F000177	9.095.000,00	09/05/2019	11:34:46	00:00:00
F000185	9.096.000,00	09/05/2019	11:34:46	00:00:08
F000185	9.097.000,00	09/05/2019	11:34:38	00:00:15
F000164	9.150.000,00	09/05/2019	11:34:23	00:00:02
F000185	9.099.000,00	09/05/2019	11:34:21	00:00:22
F000164	10.001.000,00	09/05/2019	11:33:59	00:00:01
F000177	9.100.000,00	09/05/2019	11:33:58	00:00:01
F000182	9.890.000,00	09/05/2019	11:33:57	00:00:05
F000185	9.899.000,00	09/05/2019	11:33:52	00:00:03
F000177	9.950.000,00	09/05/2019	11:33:49	00:00:05
F000182	9.970.000,00	09/05/2019	11:33:44	00:00:00
F000185	9.900.000,00	09/05/2019	11:33:44	00:00:07
F000126	10.000.000,34	09/05/2019	11:33:37	00:00:01
F000182	9.990.000,00	09/05/2019	11:33:36	00:00:07
F000177	10.000.000,00	09/05/2019	11:33:29	00:00:00
F000182	10.000.000,00	09/05/2019	11:33:29	00:00:02
F000164	10.011.000,00	09/05/2019	11:33:27	00:00:03
F000185	10.000.000,00	09/05/2019	11:33:24	00:00:03
F000182	10.005.000,00	09/05/2019	11:33:21	00:00:12
F000185	10.010.000,00	09/05/2019	11:33:09	00:00:01
F000182	10.014.000,00	09/05/2019	11:33:08	00:00:05
F000185	10.020.000,00	09/05/2019	11:33:03	00:00:01
F000177	10.020.000,00	09/05/2019	11:33:02	00:00:05
F000182	10.025.000,00	09/05/2019	11:32:57	00:00:06
F000177	10.030.000,00	09/05/2019	11:32:51	00:00:00
F000182	10.035.000,00	09/05/2019	11:32:51	00:00:01
F000185	10.030.000,00	09/05/2019	11:32:50	00:00:04
F000164	10.050.500,00	09/05/2019	11:32:46	00:00:04
F000177	10.039.000,00	09/05/2019	11:32:42	00:00:03
F000185	10.035.000,00	09/05/2019	11:32:39	00:00:06
F000185	10.040.000,00	09/05/2019	11:32:33	00:00:01
F000182	10.040.000,00	09/05/2019	11:32:32	00:00:01
F000177	10.049.000,00	09/05/2019	11:32:31	00:00:05
F000185	10.058.000,00	09/05/2019	11:32:26	00:00:03
F000182	10.063.000,00	09/05/2019	11:32:23	00:00:03
F000126	10.050.000,00	09/05/2019	11:32:20	00:00:02
F000185	10.060.000,00	09/05/2019	11:32:18	00:00:01
F000185	10.062.000,00	09/05/2019	11:32:17	00:00:10



15

F000177	10.106.000,00	09/05/2019	11:27:12	00:00:12
F000185	10.106.500,00	09/05/2019	11:27:00	00:00:07
F000185	10.107.000,00	09/05/2019	11:26:53	00:00:17
F000126	10.176.334,00	09/05/2019	11:26:36	00:00:00
F000185	10.108.000,00	09/05/2019	11:26:36	00:00:40
F000164	10.109.000,00	09/05/2019	11:25:56	00:01:08
F000149	10.181.624,00	09/05/2019	11:24:48	00:01:06
F000118	10.110.000,00	09/05/2019	11:23:42	00:00:38
F000164	10.179.000,00	09/05/2019	11:23:04	00:01:05
F000185	10.181.630,00	09/05/2019	11:21:59	00:00:01
F000118	10.180.000,00	09/05/2019	11:21:58	00:03:52
F000126	10.181.634,00	09/05/2019	11:18:06	

A partir da análise das Tabelas 3 e 4 é possível observar a quantidade de lances iguais a 1s e 0s, respectivamente. O método utilizado na análise realiza a contagem do número de ocorrências de lances com ocorrências intervalares iguais a 00:00:01 e 00:00:00. Desse modo, fica explícita a linearidade intervalar dos lances enviados pelo fornecedor F000177.

Tabela 3 – Relação dos Lances Ofertados pelos Licitantes Igual a 1s

Quantidade de Lances Iguais a 1s por Participante							
F000118	F000126	F000149	F000164	F000177	F000182	F000185	
0	1	0	1	35	3	14	Valor Absouto
0	16,66667	0	9,090909	28,22581	16,66667	10,14493	Percentual

Tabela 4 – Relação dos Lances Ofertados pelos Licitantes Igual a 0s

Quantidade de Lances Iguais a 0s por Participante							
F000118	F000126	F000149	F000164	F000177	F000182	F000185	
0	2	0	1	22	0	9	Valor Absouto
0	33,33333	0	9,090909	17,74194	0	6,521739	Percentual

A Tabela 5 mostra o somatório de lances realizados por licitante igual ou inferior a 1s.



18	F000164	10.103.600,00	09/05/2019	11:28:34	R\$ 500,00	0,00
19	F000164	10.104.100,00	09/05/2019	11:28:08	R\$ 2.000,00	-0,02
20	F000164	10.106.100,00	09/05/2019	11:27:44	R\$ 2.900,00	-0,03
21	F000164	10.109.000,00	09/05/2019	11:25:56	R\$ 70.000,00	-0,69
22	F000164	10.179.000,00	09/05/2019	11:23:04	1º Lance do Licitante	
23	F000177	8.844.960,00	09/05/2019	11:50:19	R\$ 4.992,00	-0,06
24	F000177	8.849.952,00	09/05/2019	11:50:13	R\$ 5.014,00	-0,06
25	F000177	8.854.966,00	09/05/2019	11:50:05	R\$ 5.004,00	-0,06
26	F000177	8.859.970,00	09/05/2019	11:49:55	R\$ 2.999,00	-0,03
27	F000177	8.862.969,00	09/05/2019	11:49:46	R\$ 1.995,00	-0,02
28	F000177	8.864.964,00	09/05/2019	11:49:39	R\$ 4.988,00	-0,06
29	F000177	8.869.952,00	09/05/2019	11:49:28	R\$ 2.048,00	-0,02
30	F000177	8.872.000,00	09/05/2019	11:49:15	R\$ 1.957,00	-0,02
31	F000177	8.873.957,00	09/05/2019	11:49:04	R\$ 1.043,00	-0,01
32	F000177	8.875.000,00	09/05/2019	11:48:48	R\$ 8.000,00	-0,09
33	F000177	8.883.000,00	09/05/2019	11:48:35	R\$ 1.961,00	-0,02
34	F000177	8.884.961,00	09/05/2019	11:48:29	R\$ 3.039,00	-0,03
35	F000177	8.888.000,00	09/05/2019	11:48:13	R\$ 1.974,00	-0,02
36	F000177	8.889.974,00	09/05/2019	11:47:59	R\$ 4.980,00	-0,06
37	F000177	8.894.954,00	09/05/2019	11:47:51	R\$ 4.023,00	-0,05
38	F000177	8.898.977,00	09/05/2019	11:47:43	R\$ 1.023,00	-0,01
39	F000177	8.900.000,00	09/05/2019	11:47:30	R\$ 5.972,00	-0,07
40	F000177	8.905.972,00	09/05/2019	11:47:24	R\$ 1.998,00	-0,02
41	F000177	8.907.970,00	09/05/2019	11:47:16	R\$ 1.980,00	-0,02
42	F000177	8.909.950,00	09/05/2019	11:47:09	R\$ 2.050,00	-0,02
43	F000177	8.912.000,00	09/05/2019	11:47:03	R\$ 964,00	-0,01
44	F000177	8.912.964,00	09/05/2019	11:46:54	R\$ 1.998,00	-0,02
45	F000177	8.914.962,00	09/05/2019	11:46:48	R\$ 5.010,00	-0,06
46	F000177	8.919.972,00	09/05/2019	11:46:38	R\$ 3.996,00	-0,04
47	F000177	8.923.968,00	09/05/2019	11:46:32	R\$ 1.009,00	-0,01
48	F000177	8.924.977,00	09/05/2019	11:46:24	R\$ 4.996,00	-0,06
49	F000177	8.929.973,00	09/05/2019	11:46:17	R\$ 4.000,00	-0,04
50	F000177	8.933.973,00	09/05/2019	11:46:10	R\$ 1.027,00	-0,01
51	F000177	8.935.000,00	09/05/2019	11:46:04	R\$ 2.953,00	-0,03
52	F000177	8.937.953,00	09/05/2019	11:45:57	R\$ 47,00	0,00
53	F000177	8.938.000,00	09/05/2019	11:45:50	R\$ 1.968,00	-0,02
54	F000177	8.939.968,00	09/05/2019	11:45:40	R\$ 1.988,00	-0,02
55	F000177	8.941.956,00	09/05/2019	11:45:31	R\$ 2.994,00	-0,03
56	F000177	8.944.950,00	09/05/2019	11:45:24	R\$ 2.050,00	-0,02
57	F000177	8.947.000,00	09/05/2019	11:45:17	R\$ 956,00	-0,01
58	F000177	8.947.956,00	09/05/2019	11:45:06	R\$ 2.016,00	-0,02
59	F000177	8.949.972,00	09/05/2019	11:45:00	R\$ 1.002,00	-0,01



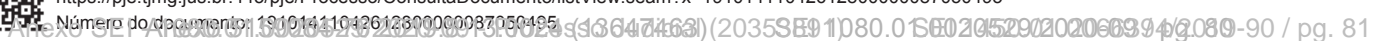
19

103	F000177	9.020.000,00	09/05/2019	11:38:45	R\$ 7.691,00	-0,09
104	F000177	9.027.691,00	09/05/2019	11:38:38	R\$ 0,00	0,00
105	F000177	9.027.691,00	09/05/2019	11:38:38	R\$ 1.089,00	-0,01
106	F000177	9.028.780,00	09/05/2019	11:38:25	R\$ 974,00	-0,01
107	F000177	9.029.754,00	09/05/2019	11:38:18	R\$ 3.768,00	-0,04
108	F000177	9.033.522,00	09/05/2019	11:38:12	R\$ 1.195,00	-0,01
109	F000177	9.034.717,00	09/05/2019	11:38:03	R\$ 283,00	0,00
110	F000177	9.035.000,00	09/05/2019	11:37:57	R\$ 3.697,00	-0,04
111	F000177	9.038.697,00	09/05/2019	11:37:50	R\$ 1.303,00	-0,01
112	F000177	9.040.000,00	09/05/2019	11:37:40	R\$ 5.562,00	-0,06
113	F000177	9.045.562,00	09/05/2019	11:37:36	R\$ 2.162,00	-0,02
114	F000177	9.047.724,00	09/05/2019	11:37:29	R\$ 276,00	0,00
115	F000177	9.048.000,00	09/05/2019	11:37:22	R\$ 686,00	-0,01
116	F000177	9.048.686,00	09/05/2019	11:37:12	R\$ 946,00	-0,01
117	F000177	9.049.632,00	09/05/2019	11:37:04	R\$ 18.368,00	-0,20
118	F000177	9.068.000,00	09/05/2019	11:36:58	R\$ 1.719,00	-0,02
119	F000177	9.069.719,00	09/05/2019	11:36:48	R\$ 908,00	-0,01
120	F000177	9.070.627,00	09/05/2019	11:36:40	R\$ 373,00	0,00
121	F000177	9.071.000,00	09/05/2019	11:36:32	R\$ 2.000,00	-0,02
122	F000177	9.073.000,00	09/05/2019	11:36:16	R\$ 2.000,00	-0,02
123	F000177	9.075.000,00	09/05/2019	11:36:04	R\$ 3.000,00	-0,03
124	F000177	9.078.000,00	09/05/2019	11:35:54	R\$ 6.000,00	-0,07
125	F000177	9.084.000,00	09/05/2019	11:35:47	R\$ 3.000,00	-0,03
126	F000177	9.087.000,00	09/05/2019	11:35:19	R\$ 3.000,00	-0,03
127	F000177	9.090.000,00	09/05/2019	11:35:04	R\$ 5.000,00	-0,05
128	F000177	9.095.000,00	09/05/2019	11:34:46	R\$ 5.000,00	-0,05
129	F000177	9.100.000,00	09/05/2019	11:33:58	R\$ 850.000,00	-8,54
130	F000177	9.950.000,00	09/05/2019	11:33:49	R\$ 50.000,00	-0,50
131	F000177	10.000.000,00	09/05/2019	11:33:29	R\$ 20.000,00	-0,20
132	F000177	10.020.000,00	09/05/2019	11:33:02	R\$ 10.000,00	-0,10
133	F000177	10.030.000,00	09/05/2019	11:32:51	R\$ 9.000,00	-0,09
134	F000177	10.039.000,00	09/05/2019	11:32:42	R\$ 10.000,00	-0,10
135	F000177	10.049.000,00	09/05/2019	11:32:31	R\$ 15.000,00	-0,15
136	F000177	10.064.000,00	09/05/2019	11:31:58	R\$ 6.000,00	-0,06
137	F000177	10.070.000,00	09/05/2019	11:31:39	R\$ 4.000,00	-0,04
138	F000177	10.074.000,00	09/05/2019	11:31:25	R\$ 4.000,00	-0,04
139	F000177	10.078.000,00	09/05/2019	11:31:09	R\$ 6.000,00	-0,06
140	F000177	10.084.000,00	09/05/2019	11:30:54	R\$ 5.000,00	-0,05
141	F000177	10.089.000,00	09/05/2019	11:30:36	R\$ 6.000,00	-0,06
142	F000177	10.095.000,00	09/05/2019	11:30:04	R\$ 5.000,00	-0,05
143	F000177	10.100.000,00	09/05/2019	11:29:09	R\$ 3.500,00	-0,03
144	F000177	10.103.500,00	09/05/2019	11:28:13	R\$ 1.500,00	-0,01
145	F000177	10.105.000,00	09/05/2019	11:27:37	R\$ 1.000,00	-0,01



146	F000177	10.106.000,00	09/05/2019	11:27:12	1º Lance do Licitante	
147	F000182	9.850.000,00	09/05/2019	11:40:46	R\$ 40.000,00	-0,40
148	F000182	9.890.000,00	09/05/2019	11:33:57	R\$ 80.000,00	-0,80
149	F000182	9.970.000,00	09/05/2019	11:33:44	R\$ 20.000,00	-0,20
150	F000182	9.990.000,00	09/05/2019	11:33:36	R\$ 10.000,00	-0,10
151	F000182	10.000.000,00	09/05/2019	11:33:29	R\$ 5.000,00	-0,05
152	F000182	10.005.000,00	09/05/2019	11:33:21	R\$ 9.000,00	-0,09
153	F000182	10.014.000,00	09/05/2019	11:33:08	R\$ 11.000,00	-0,11
154	F000182	10.025.000,00	09/05/2019	11:32:57	R\$ 10.000,00	-0,10
155	F000182	10.035.000,00	09/05/2019	11:32:51	R\$ 5.000,00	-0,05
156	F000182	10.040.000,00	09/05/2019	11:32:32	R\$ 23.000,00	-0,23
157	F000182	10.063.000,00	09/05/2019	11:32:23	R\$ 6.000,00	-0,06
158	F000182	10.069.000,00	09/05/2019	11:32:07	R\$ 4.000,00	-0,04
159	F000182	10.073.000,00	09/05/2019	11:31:41	R\$ 2.000,00	-0,02
160	F000182	10.075.000,00	09/05/2019	11:31:33	R\$ 6.000,00	-0,06
161	F000182	10.081.000,00	09/05/2019	11:31:15	R\$ 2.000,00	-0,02
162	F000182	10.083.000,00	09/05/2019	11:31:06	R\$ 5.000,00	-0,05
163	F000182	10.088.000,00	09/05/2019	11:30:57	R\$ 2.000,00	-0,02
164	F000182	10.090.000,00	09/05/2019	11:30:27	1º Lance do Licitante	
165	F000185	8.845.000,00	09/05/2019	11:50:18	R\$ 5.000,00	-0,06
166	F000185	8.850.000,00	09/05/2019	11:50:11	R\$ 5.000,00	-0,06
167	F000185	8.855.000,00	09/05/2019	11:50:04	R\$ 5.000,00	-0,06
168	F000185	8.860.000,00	09/05/2019	11:49:54	R\$ 3.000,00	-0,03
169	F000185	8.863.000,00	09/05/2019	11:49:45	R\$ 2.000,00	-0,02
170	F000185	8.865.000,00	09/05/2019	11:49:37	R\$ 5.000,00	-0,06
171	F000185	8.870.000,00	09/05/2019	11:49:27	R\$ 3.000,00	-0,03
172	F000185	8.873.000,00	09/05/2019	11:49:19	R\$ 1.000,00	-0,01
173	F000185	8.874.000,00	09/05/2019	11:49:03	R\$ 11.000,00	-0,12
174	F000185	8.885.000,00	09/05/2019	11:48:28	R\$ 5.000,00	-0,06
175	F000185	8.890.000,00	09/05/2019	11:47:58	R\$ 5.000,00	-0,06
176	F000185	8.895.000,00	09/05/2019	11:47:50	R\$ 4.000,00	-0,04
177	F000185	8.899.000,00	09/05/2019	11:47:42	R\$ 5.000,00	-0,06
178	F000185	8.904.000,00	09/05/2019	11:47:34	R\$ 2.000,00	-0,02
179	F000185	8.906.000,00	09/05/2019	11:47:23	R\$ 2.000,00	-0,02
180	F000185	8.908.000,00	09/05/2019	11:47:12	R\$ 2.000,00	-0,02
181	F000185	8.910.000,00	09/05/2019	11:47:02	R\$ 3.000,00	-0,03
182	F000185	8.913.000,00	09/05/2019	11:46:53	R\$ 2.000,00	-0,02
183	F000185	8.915.000,00	09/05/2019	11:46:47	R\$ 5.000,00	-0,06
184	F000185	8.920.000,00	09/05/2019	11:46:37	R\$ 4.000,00	-0,04
185	F000185	8.924.000,00	09/05/2019	11:46:31	R\$ 1.000,00	-0,01
186	F000185	8.925.000,00	09/05/2019	11:46:24	R\$ 5.000,00	-0,06
187	F000185	8.930.000,00	09/05/2019	11:46:16	R\$ 4.000,00	-0,04



22

231	F000185	9.005.000,00	09/05/2019	11:39:40	R\$ 5.000,00	-0,06
232	F000185	9.010.000,00	09/05/2019	11:39:26	R\$ 0,00	0,00
233	F000185	9.010.000,00	09/05/2019	11:39:26	R\$ 6.000,00	-0,07
234	F000185	9.016.000,00	09/05/2019	11:39:16	R\$ 0,00	0,00
235	F000185	9.016.000,00	09/05/2019	11:39:16	R\$ 2.000,00	-0,02
236	F000185	9.018.000,00	09/05/2019	11:39:09	R\$ 0,00	0,00
237	F000185	9.018.000,00	09/05/2019	11:39:09	R\$ 1.000,00	-0,01
238	F000185	9.019.000,00	09/05/2019	11:38:59	R\$ 0,00	0,00
239	F000185	9.019.000,00	09/05/2019	11:38:59	R\$ 8.000,00	-0,09
240	F000185	9.027.000,00	09/05/2019	11:38:48	R\$ 0,00	0,00
241	F000185	9.027.000,00	09/05/2019	11:38:48	R\$ 1.000,00	-0,01
242	F000185	9.028.000,00	09/05/2019	11:38:36	R\$ 1.000,00	-0,01
243	F000185	9.029.000,00	09/05/2019	11:38:24	R\$ 1.000,00	-0,01
244	F000185	9.030.000,00	09/05/2019	11:38:18	R\$ 4.000,00	-0,04
245	F000185	9.034.000,00	09/05/2019	11:38:11	R\$ 1.000,00	-0,01
246	F000185	9.035.000,00	09/05/2019	11:38:00	R\$ 4.000,00	-0,04
247	F000185	9.039.000,00	09/05/2019	11:37:49	R\$ 6.000,00	-0,07
248	F000185	9.045.000,00	09/05/2019	11:37:41	R\$ 1.000,00	-0,01
249	F000185	9.046.000,00	09/05/2019	11:37:34	R\$ 2.000,00	-0,02
250	F000185	9.048.000,00	09/05/2019	11:37:23	R\$ 1.000,00	-0,01
251	F000185	9.049.000,00	09/05/2019	11:37:10	R\$ 1.000,00	-0,01
252	F000185	9.050.000,00	09/05/2019	11:37:03	R\$ 20.000,00	-0,22
253	F000185	9.070.000,00	09/05/2019	11:36:47	R\$ 1.000,00	-0,01
254	F000185	9.071.000,00	09/05/2019	11:36:38	R\$ 1.000,00	-0,01
255	F000185	9.072.000,00	09/05/2019	11:36:30	R\$ 1.000,00	-0,01
256	F000185	9.073.000,00	09/05/2019	11:36:23	R\$ 1.000,00	-0,01
257	F000185	9.074.000,00	09/05/2019	11:36:11	R\$ 3.000,00	-0,03
258	F000185	9.077.000,00	09/05/2019	11:36:03	R\$ 1.000,00	-0,01
259	F000185	9.078.000,00	09/05/2019	11:35:55	R\$ 1.000,00	-0,01
260	F000185	9.079.000,00	09/05/2019	11:35:45	R\$ 1.000,00	-0,01
261	F000185	9.080.000,00	09/05/2019	11:35:37	R\$ 5.000,00	-0,06
262	F000185	9.085.000,00	09/05/2019	11:35:30	R\$ 2.000,00	-0,02
263	F000185	9.087.000,00	09/05/2019	11:35:18	R\$ 2.000,00	-0,02
264	F000185	9.089.000,00	09/05/2019	11:35:08	R\$ 1.000,00	-0,01
265	F000185	9.090.000,00	09/05/2019	11:35:00	R\$ 4.000,00	-0,04
266	F000185	9.094.000,00	09/05/2019	11:34:53	R\$ 2.000,00	-0,02
267	F000185	9.096.000,00	09/05/2019	11:34:46	R\$ 1.000,00	-0,01
268	F000185	9.097.000,00	09/05/2019	11:34:38	R\$ 2.000,00	-0,02
269	F000185	9.099.000,00	09/05/2019	11:34:21	R\$ 800.000,00	-8,08
270	F000185	9.899.000,00	09/05/2019	11:33:52	R\$ 1.000,00	-0,01
271	F000185	9.900.000,00	09/05/2019	11:33:44	R\$ 100.000,00	-1,00
272	F000185	10.000.000,00	09/05/2019	11:33:24	R\$ 10.000,00	-0,10
273	F000185	10.010.000,00	09/05/2019	11:33:09	R\$ 10.000,00	-0,10



274	F000185	10.020.000,00	09/05/2019	11:33:03	R\$ 10.000,00	-0,10
275	F000185	10.030.000,00	09/05/2019	11:32:50	R\$ 5.000,00	-0,05
276	F000185	10.035.000,00	09/05/2019	11:32:39	R\$ 5.000,00	-0,05
277	F000185	10.040.000,00	09/05/2019	11:32:33	R\$ 18.000,00	-0,18
278	F000185	10.058.000,00	09/05/2019	11:32:26	R\$ 2.000,00	-0,02
279	F000185	10.060.000,00	09/05/2019	11:32:18	R\$ 2.000,00	-0,02
280	F000185	10.062.000,00	09/05/2019	11:32:17	R\$ 3.000,00	-0,03
281	F000185	10.065.000,00	09/05/2019	11:32:05	R\$ 4.000,00	-0,04
282	F000185	10.069.000,00	09/05/2019	11:31:55	R\$ 3.000,00	-0,03
283	F000185	10.072.000,00	09/05/2019	11:31:37	R\$ 2.000,00	-0,02
284	F000185	10.074.000,00	09/05/2019	11:31:24	R\$ 2.000,00	-0,02
285	F000185	10.076.000,00	09/05/2019	11:31:18	R\$ 6.000,00	-0,06
286	F000185	10.082.000,00	09/05/2019	11:31:08	R\$ 5.000,00	-0,05
287	F000185	10.087.000,00	09/05/2019	11:30:59	R\$ 1.000,00	-0,01
288	F000185	10.088.000,00	09/05/2019	11:30:51	R\$ 1.000,00	-0,01
289	F000185	10.089.000,00	09/05/2019	11:30:43	R\$ 5.000,00	-0,05
290	F000185	10.094.000,00	09/05/2019	11:30:16	R\$ 5.800,00	-0,06
291	F000185	10.099.800,00	09/05/2019	11:30:06	R\$ 199,00	0,00
292	F000185	10.099.999,00	09/05/2019	11:29:51	R\$ 1,00	0,00
293	F000185	10.100.000,00	09/05/2019	11:29:12	R\$ 1.000,00	-0,01
294	F000185	10.101.000,00	09/05/2019	11:28:59	R\$ 2.400,00	-0,02
295	F000185	10.103.400,00	09/05/2019	11:28:50	R\$ 100,00	0,00
296	F000185	10.103.500,00	09/05/2019	11:28:04	R\$ 500,00	0,00
297	F000185	10.104.000,00	09/05/2019	11:27:52	R\$ 1.500,00	-0,01
298	F000185	10.105.500,00	09/05/2019	11:27:28	R\$ 1.000,00	-0,01
299	F000185	10.106.500,00	09/05/2019	11:27:00	R\$ 500,00	0,00
300	F000185	10.107.000,00	09/05/2019	11:26:53	R\$ 1.000,00	-0,01
301	F000185	10.108.000,00	09/05/2019	11:26:36	R\$ 73.630,00	-0,72
302	F000185	10.181.630,00	09/05/2019	11:21:59	1º Lance do Licitante	

A partir da análise da diferença de valores de lances de cada fornecedor, a princípio, observa-se que os valores utilizados apresentam características de aleatoriedade. Observa-se ainda, nas linhas 84-105 e 224-241, que a aplicação utilizada pelo Portal de Compras MG, acatou em duplicidade diversos lances dos licitantes F000177 e F000185, respectivamente.

A Tabela 7, a seguir, faz um comparativo entre os últimos 6 (seis) lances, decisivos do certame, realizados pelos licitantes F000177 e F000185.



F000185

Linha	Identificação do Fornecedor	Valor do Lance (R\$)	Data do Lance	Hora do Lance	Diferença de Valores entre os Lances (%)	Diferença de Valores entre os Lances (R\$)	Diferença de Valores entre os Lances (R\$) (Mesmo Licitante)	Diferença de Valores entre os Lances (%) (Mesmo Licitante)	Diferença de Tempo entre os Lances
1	F000177	8.844.960,00	09/05/2019	11:50:19	-0,00045	R\$ 40,00	-R\$ 4.992,00	-0,06	0:00:01
2	F000185	8.845.000,00	09/05/2019	11:50:18	-0,05596	R\$ 4.952,00	-R\$ 5.000,00	-0,06	0:00:05
3	F000177	8.849.952,00	09/05/2019	11:50:13	-0,00054	R\$ 48,00	-R\$ 5.014,00	-0,06	0:00:02
4	F000185	8.850.000,00	09/05/2019	11:50:11	-0,05608	R\$ 4.966,00	-R\$ 5.000,00	-0,06	0:00:06
5	F000177	8.854.966,00	09/05/2019	11:50:05	-0,00038	R\$ 34,00	-R\$ 5.004,00	-0,06	0:00:01
6	F000185	8.855.000,00	09/05/2019	11:50:04	-0,05609	R\$ 4.970,00	-R\$ 5.000,00	-0,06	0:00:09
7	F000177	8.859.970,00	09/05/2019	11:49:55	-0,00034	R\$ 30,00	-R\$ 2.999,00	-0,03	0:00:01
8	F000185	8.860.000,00	09/05/2019	11:49:54	-0,03350	R\$ 2.969,00	-R\$ 3.000,00	-0,03	0:00:08
9	F000177	8.862.969,00	09/05/2019	11:49:46	-0,00035	R\$ 31,00	-R\$ 1.995,00	-0,02	0:00:01
10	F000185	8.863.000,00	09/05/2019	11:49:45	-0,02215	R\$ 1.964,00	-R\$ 2.000,00	-0,02	0:00:06
11	F000177	8.864.964,00	09/05/2019	11:49:39	-0,00041	R\$ 36,00	-R\$ 4.988,00	-0,06	0:00:02
12...	F000185	8.865.000,00	09/05/2019	11:49:37	-0,05583	R\$ 4.952,00	-R\$ 5.000,00	-0,06	0:00:09

Mediante a análise dos dados é possível observar um comportamento clássico de programas "robôs", uma vez que o licitante F000177 realiza lances sempre posteriores (em frações de segundos) ao licitante F000185, com a mesma diferença percentual de valores. Essa situação pode ser comprovada por meio da análise das linhas 1-12.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos dados apresentados nas seções anteriores extraídos do Relatório de Sessão de Lances, disponibilizado para todos os licitantes no Portal de Compras do Governo de Minas Gerais (Pregão > Consulta a pregões) <<https://www1.compras.mg.gov.br/processocompra/pregao/consulta/dados/abaLotesPregao.html?aba=abaLotesCadastrados&idPregao=135387#>>, pode-se inferir que:



- O comportamento linear apresentado pela análise dos intervalos temporais de lances realizados pelo fornecedor F000177 é característico da utilização de programas “Robôs” desenvolvidos para atuarem em ambientes de pregões eletrônicos;
- A diferença de tempo entre o último lance do fornecedor F000177 é de 1s (um segundo) em relação ao lance do fornecedor F000185, segundo colocado no certame. Observa-se ainda que o licitante F000177 só iniciou seus lances após às 11:27:12h, ou seja, após o início do tempo randômico iniciado às 11:26:15h.
- O fornecedor F000177 realizou aproximadamente 46% (quarenta e seis por cento) de lances com intervalo de tempo igual ou inferior a 1s.
- É possível inferir que a velocidade e frequência dos lances realizados pelo fornecedor F000177 é incompatível com o comportamento e habilidade de um ser humano sob a ótica da usabilidade e Interface Homem Computador (IHC) em ambientes eletrônicos *online*;
- Partindo do pressuposto que para a realização de um lance o licitante: realiza o cálculo de seu lance, em seguida digita o valor, nesse caso específico, com aproximadamente 9 (nove) ou 10 (dez) dígitos e após isso realiza o preenchimento do validador de lances (CAPTCHA); verifica-se que a regularidade dos intervalos de lances apresentados pelo fornecedor F000177 é incompatível com os padrões humanos;
- Mediante a análise dos dados é possível observar um comportamento clássico de programas “robôs”, uma vez que o licitante F000177 realiza lances sempre posteriores (em frações de segundos) ao licitante F000185, com a mesma diferença percentual de valores. Essa situação pode ser comprovada por meio da análise das linhas 1-12 da Tabela 7.
- Os intervalos de lances apresentados no relatório de lances, bem como o tipo de validação CAPTCHA utilizado, relativamente defasado, e os lances realizados pelo licitantes F000177 e F000185 (Tabela 6, linhas 84-105 e 224-241), apresentam fortes indícios que o Portal de Compras MG não possui um sistema eficiente anti robôs, uma vez que



não garante que o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante seja inferior a 20 (vinte) segundos, bem como que o intervalo entre lances não seja inferior a 3 (três) segundos, conforme boas práticas previstas na Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 4 de outubro de 2013 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

São João del-Rei/MG, 16 de maio de 2019.


Alex Vitorino
Idoo Consultoria em TI





Alex Vitorino

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3967229202960623>
Última atualização do currículo em 02/03/2018

Possui graduação em Sistemas de Informação pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2010). Especialista em Gestão da Segurança da Informação pela Unisul (2015). Atualmente é Técnico em Tecnologia da Informação no NTInf (UFSJ), Professor Bolsista do NEAD - UFSJ (Suporte AVA), Professor na Universidade Presidente Antônio Carlos (2015) e consultor de tecnologia na Empresa Idoe Soluções em TI. Tem experiência na área de Ciência da Computação, Sistemas de Informação e Gestão da Tecnologia da Informação, com ênfase em Banco de Dados, Redes de Computadores, Servidores e Mainframes, Programação, Consultoria em TI, Sistemas Operacionais Proprietários e Open Source atuando principalmente nos seguintes temas: indicadores, patente, nanotecnologia, nanobiotecnologia, redes complexas e modelos baseados em indivíduos (mbi). Iniciou em 2015 o mestrado acadêmico em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de São João del-Rei. **(Texto informado pelo autor)**


Identificação

Nome	Alex Vitorino
Nome em citações bibliográficas	VITORINO, A.; VITORINO, ALEX

Endereço

Endereço Profissional	Universidade Federal de São João Del-Rei, Núcleo de Tecnologia da Informação - NTInf. Praça Frei Orlando, 170 Centro 36307352 - São João del Rei, MG - Brasil Telefone: (032) 33792377 URL da Homepage: www.ufsj.edu.br
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2015	Mestrado em andamento em Engenharia Elétrica (Ufsj / Cefet-Mg) (Conceito CAPES 3). Universidade Federal de São João Del-Rei, UFSJ, Brasil. Título: A importância da Reprodutibilidade no Ensino de Sistemas Multiagentes sob a Perspectiva da Computação Aritmética, Orientador:  Erivelton Geraldo Nepomuceno. Palavras-chave: Computação Aritmética; Sistemas Complexos; Sistemas Dinâmicos Não-Lineares; MBI - Modelagem Baseada em Indivíduo. Grande área: Ciências Exatas e da Terra Grande Área: Engenharias / Área: Engenharia Elétrica / Subárea: Modelagem Matemática e Identificação de Sistemas. Grande Área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Ciência da Computação / Subárea: Matemática da Computação.
2013 - 2015	Especialização em Gestão em Segurança da Informação. (Carga Horária: 360h). Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, Brasil. Título: Proposta de uma Política de Segurança da Informação para o Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal de São João del-Rei. Orientador: Márcio Ghisi Guimarães.
2007 - 2010	Graduação em Sistemas de Informação. Universidade Presidente Antônio Carlos, UNIPAC, Brasil.



2009 interrompida	Título: Sistema Informacional para Modelagem de Indicadores de Patentes em Nanotecnologia e Nanobiotecnologia. Orientador: Rogério Almeida Meneghin. Graduação interrompida em 2009 em Matemática. Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brasil. Ano de interrupção: 2009
2005 interrompida	Graduação interrompida em 2006 em Administração com Habilitação em Comércio Exterior. Colégio Universitário de Criciúma, ESUCRI, Brasil. Ano de interrupção: 2006

Formação Complementar

2013 - 2013	Cisco Certified Network Associate (CCNA). (Carga horária: 120h). Fundação Bradesco, BRADESCO, Brasil.
2013 - 2013	Cisco Certified Network Associate (CCNA) - II. (Carga horária: 120h). Fundação Bradesco, BRADESCO, Brasil.
2013 - 2013	Cisco Certified Network Associate (CCNA) - II. (Carga horária: 120h). Fundação Bradesco, BRADESCO, Brasil.
2011 - 2011	Mini-Curso de Futebol de Robôs Simulado. (Carga horária: 6h). Universidade Federal de São João Del-Rei, UFSJ, Brasil.
2011 - 2011	Mineração de Dados Usando Algoritmos Bioinspirados. (Carga horária: 6h). Universidade Federal de São João Del-Rei, UFSJ, Brasil.
2011 - 2011	Minicurso de Redes Neurais. (Carga horária: 8h). Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.
2010 - 2010	Gerador de Relatórios RM Nucleus e RM Fluxus. (Carga horária: 16h). TOTVS, TOTVS, Brasil.
2007 - 2007	Mini-Curso Software R-Estatística. (Carga horária: 3h). Universidade Presidente Antônio Carlos, UNIPAC, Brasil.
2006 - 2006	Programação em Java. (Carga horária: 40h). Redes & Cia, REDES & CIA, Brasil.
2005 - 2005	Cartografia com GPS. (Carga horária: 30h). Federação Catarinense de Orientação, ORIESC, Brasil.
2002 - 2002	Montagem e Manutenção de Microcomputadores. (Carga horária: 64h). Ensinos Carangola LTDA, EC, Brasil.
1999 - 2000	Curso de Idiomas - Inglês. (Carga horária: 200h). New English Course, NEC, Brasil.

Atuação Profissional

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET/MG, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2015	Vínculo: Professor Temporário, Enquadramento Funcional: Professor Ensino Médio, Técnico e Tecnológico, Carga horária: 40
--------------------	--

Outras informações

Professor das seguintes Unidades Curriculares: - Segurança de Redes - Infraestrutura de Redes de Computadores - Laboratório de Fundamentos da Informática - Projeto de Redes de Computadores - Laboratório de Projeto de Redes de Computadores

Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves, IPTAN, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2014	Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 8
Outras informações	Unidades Curriculares: Consultoria com Ênfase em TI, Redes de Computadores, Governança de TI I, Telecomunicações e Administração de Sistemas de Informação

Vínculo institucional

2010 - 2013	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Analista de Sistemas, Carga horária: 44
--------------------	--



Outras informações

Suporte técnico aos usuários, configuração e manutenção de servidores (Windows Server 2008, Windows Server 2003, Windows Server 2000 e Linux), Suporte ao Sistema ERP TOTVS/RM, gestão de banco de dados (SQL Server 2000 e 2005), gestão de segurança física e lógica, gestão de rede física e lógica, gestão do portal acadêmico, desenvolvimento do website (HTML/PHP/JavaScript/Asp) corporativo, desenvolvimento de aplicações nas linguagens Delphi e Java, configuração e manutenção do software de gestão de biblioteca Infoisis, gestão e controle de acesso de usuários, manutenção e configuração de microcomputadores e periféricos.

Universidade Federal de São João Del-Rei, UFSJ, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Técnico em Tecnologia da Informação, Carga horária: 40

Outras informações

Chefe do Setor de Internet e Redes (SETIR) até 10/2017 Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTInf)

Vínculo institucional

2013 - 2016

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Suporte Técnico AVA (Professor Bolsista), Carga horária: 20

Outras informações

Atuação no NEAD (Núcleo de Ensino a Distância) Principais Atividades: - Instalação e manutenção do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). - Auxiliar os professores na produção das salas virtuais no AVA, bem como auxiliar o Designer Instrucional na interatividades das salas virtuais. - Cadastrar os cursos, alunos, tutores e professores no Ambiente colaborativo. - Prestar suporte aos usuários do AVA, observando, em todos os aspectos, sua atualização, manutenção e utilização; - Analista de Infraestrutura e Sistemas

Centro de Educação Profissional Tiradentes, CENEP, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2012

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor e Coordenador de Curso, Carga horária: 24

Outras informações

Disciplinas lecionadas no Curso Técnico de Informática: Introdução aos Sistemas Operacionais, Introdução à Informática, Redes de Computadores, Hardware Avançado.

Universidade Presidente Antônio Carlos, UNIPAC, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Outras informações

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 18 Professor das Unidades Curriculares Robótica, Software Básico, Redes de Computadores e Laboratório de Robótica Aplicado no curso de Engenharia de Controle e Automação; Professor das Unidades Curriculares Robótica, Sistemas Embarcados, Software Básico, Matemática Computacional e Sistemas Operacionais no curso de Engenharia da Computação; Professor da Unidade Curricular Redes de Computadores no curso de Engenharia Elétrica.

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Ciência da Computação / Subárea: Metodologia e Técnicas da Computação/Especialidade: Banco de Dados.
2. Grande área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Ciência da Computação / Subárea: Metodologia e Técnicas da Computação/Especialidade: Engenharia de Software.
3. Grande área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Ciência da Computação / Subárea: Metodologia e Técnicas da Computação/Especialidade: Linguagens de Programação.
4. Grande área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Ciência da Computação / Subárea: Metodologia e Técnicas da Computação/Especialidade: Sistemas de Informação.
- 5.



6.

Grande área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Ciência da Computação /
Subárea: Sistemas de Computação/Especialidade: Arquitetura de Sistemas de
Computação.

Grande área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Ciência da Computação /
Subárea: Teoria da Computação/Especialidade: Análise de Algoritmos e
Complexidade de Computação.

Idiomas

Inglês
Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve
Razoavelmente.

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Prêmios e títulos

2011
2010

Medalha Dr. Zezinho Bonifácio, Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC.
Prêmio de melhor artigo da sessão "Propriedade Intelectual aplicada ao
desenvolvimento científico e tecnológico" do III ENAPID, Mestrado Profissional em
Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Ind.

2002

A Praça Mais Distinta - Honra ao Mérito, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

Produções

Produção bibliográfica

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. SILVA, PEDRO H. O. ; NEPOMUCENO, ERIVELTON G. ; **VITORINO, ALEX** ; MARTINS, SAMIR A. M. . A visual chaotic system simulation in Arduino platform controlled by Android app. In: 2017 IEEE World Engineering Education Conference (EDUNINE), 2017, Santos. 2017 IEEE World Engineering Education Conference (EDUNINE), 2017. p. 62.
2. **VITORINO, ALEX**; NEPOMUCENO, ERIVELTON GERALDO ; RESENDE, DENISE FONSECA ; LACERDA, MARCIO JUNIOR . Evaluating the reproducibility of multiagent systems. In: 2017 IEEE World Engineering Education Conference (EDUNINE), 2017, Santos. 2017 IEEE World Engineering Education Conference (EDUNINE), 2017. p. 66.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1. ★ **VITORINO, A.**; ALVARENGA, F. O. ; MENECHIN, R. A. . Sistema Informacional para Modelagem de Indicadores em Nanotecnologia. In: III ENAPID - Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, 2010, Rio de Janeiro. III ENAPID - Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, 2010.

Artigos aceitos para publicação

1. ★ Wanderson Willer Motta Texeira ; E. G. Nepomuceno ; Thayane Lima Botelho Texeira ; **VITORINO, A.** . DEFINIÇÃO DE UM COEFICIENTE DE TRANSMISSÃO NA ANÁLISE DO FLUXO DE INFORMAÇÃO EM REDES COMPLEXAS. Inteligencia Artificial, 2011.
2. ★ **VITORINO, A.**; ALVARENGA, F. O. ; MENECHIN, R. A. . Sistema Informacional para Modelagem de Indicadores de Patentes em Nanotecnologia. Revista Brasileira de Inovação, 2010.

Apresentações de Trabalho

1. SILVA, P. H. O. ; **VITORINO, A.** ; E. G. Nepomuceno . A visual chaotic system simulation in Arduino platform controlled by Android app. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
2. **VITORINO, A.**; RESENDE, D. F. ; E. G. Nepomuceno ; LACERDA, M. J. . Evaluating the reproducibility of multiagent systems. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. ★ Wanderson Willer Motta Texeira ; E. G. Nepomuceno ; Thayane Lima Botelho Texeira ; **VITORINO, A.** . DEFINIÇÃO DE UM COEFICIENTE DE TRANSMISSÃO NA ANÁLISE DO FLUXO DE INFORMAÇÃO EM REDES



- COMPLEXAS. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

1. **VITORINO, A.** Proposta de uma Política de Segurança da Informação para o Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal de São João Del-Rei 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC).

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

Orientações e supervisões concluídas



- Alex Vitorino.
5. Rodrigo César Umbelino Ferreira. Controle do processo de tratamento de água para refrigeração de fornos de reaquecimento. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia de Controle e Automação) - Universidade Presidente Antônio Carlos. Orientador: Alex Vitorino.
 6. Rodrigo Lopes Pires. Sistema anti-colisão fundamento em GPS para áreas de lavra a céu aberto. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia de Controle e Automação) - Universidade Presidente Antônio Carlos. Orientador: Alex Vitorino.
 7. Roney Luiz de Castro. Construção de um protótipo de impressora 3D de baixo custo. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia de Controle e Automação) - Universidade Presidente Antônio Carlos. Orientador: Alex Vitorino.
 8. Walyson Magnum Albuquerque Machado. Sistema de aquisição e monitoramento de dados para veículo mini baja simulado por meio de um carrinho de controle remoto. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia de Controle e Automação) - Universidade Presidente Antônio Carlos. Orientador: Alex Vitorino.
 9. Eduardo Grijó Fonseca. Robô de Backup de Dados. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia de Controle e Automação) - Universidade Presidente Antônio Carlos. Orientador: Alex Vitorino.
 10. Giselle Cristina Silva Cirino. Implantação de um Sistema de Helpdesk e Sistema de Inventário com o GLPI e OCS. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia de Computação) - Universidade Presidente Antônio Carlos. Orientador: Alex Vitorino.
 11. Rodrigo Ildefonso Pimenta. Construção de um Robô de Base Fixa para Uso Pedagógico. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia de Computação) - Universidade Presidente Antônio Carlos. Orientador: Alex Vitorino.
 12. Lesley Oliveira Dias. Comunicação entre Plantas Delta V. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia de Controle e Automação) - Universidade Presidente Antônio Carlos. Orientador: Alex Vitorino.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 07/08/2019 às 20:13:24

Imprimir currículo



DENÚNCIA N. 1066880

Denunciante: A.C. Batista Alimentação Ltda.
Órgão: Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais
Responsáveis: Mário Lúcio Alves de Araújo e Gustavo Henrique Wykrota Tostes
Procuradores: Frederico Macedo Garcia - OAB/MG 104.527, Mayram Azevedo Batista da Rocha - OAB/MG 79.941, Raymundo Campos Neto - OAB/MG 96.807, Viviane Macedo Garcia - OAB/MG 80.902
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO

EMENTA

DENÚNCIA. MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO. FORNECIMENTO CONTÍNUO DE REFEIÇÕES E LANCHES PRONTOS PARA UNIDADES PRISIONAIS. APRESENTAÇÃO DE LANCES EM TEMPO IGUAL OU INFERIOR A UM SEGUNDO. UTILIZAÇÃO DE *SOFTWARE* ROBÓTICO DE REMESSA AUTOMÁTICA DE PROPOSTAS. PONDERAÇÃO NECESSÁRIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA COM OS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, CELERIDADE E EFICIÊNCIA. OBSERVÂNCIA DA COMPETITIVIDADE NO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA NÃO REFERENDADA.

1. Não há nenhum impedimento legal para utilização de robótica em procedimentos da Administração Pública, especialmente na realização de lances em Pregão Eletrônico.
2. Tratando a questão de processos licitatórios, a otimização trazida pelo uso da robótica favorece a celeridade e eficiência, princípios caros à Administração Pública.
2. O uso de robô por si só não determina a vitória do licitante.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

21ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara – 18/06/2019

CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO:

REFERENDUM

Trata-se de denúncia formulada por A.C. Batista Alimentação Ltda., às fls. 1/12, instruída com os documentos de fls. 13/250, em face do Pregão Eletrônico n. 46/2019, deflagrado pela Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais, tendo como objeto o “fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas. As refeições deverão ser destinadas a presos e servidores públicos a serviço nas Unidades [...]”.

Entendi presentes os requisitos inerentes à espécie e concedi medida cautelar de paralisação do certame, cujo teor da decisão, oportunamente, disponibilizei a Vossas Excelências, por meio do SGAP:



[...]

Em síntese, a denunciante alegou que a empresa vencedora do certame teria realizado os 124 (cento e vinte e quatro) lances da licitação em tempo “randômico”, cobrindo todas as ofertas dos demais participantes em milésimos de segundo. Ponderou que tal fato seria humanamente impossível e, para fundamentar sua alegação, anexou à denúncia um laudo técnico, no qual foi apontado que os intervalos temporais ora questionados seriam característicos da utilização de programas de “robôs”. Assim, argumentou que a realização de lances pelo uso de software seria ilegal e teria frustrado o caráter competitivo do pregão eletrônico. Por fim, requereu, como medida cautelar, a suspensão do certame.

Antes da apreciação do pleito cautelar, determinei, às fls. 257/257v, a intimação do Secretário de Estado de Administração Prisional e do Secretário Adjunto, para que enviassem cópia dos documentos atualizados relativos às fases interna e externa do certame, informassem o estágio em que se encontrava o procedimento licitatório objeto da denúncia e apresentassem as justificativas e documentos que entendessem cabíveis acerca das alegações da denunciante.

Intimados, consoante termo à fl. 264, os secretários anexaram um “CD-R” contendo mídia digital referente às fases interna e externa do certame, à fl. 266, e carream aos autos a documentação de fls. 267/301.

É o relatório.

Decisão

Dentre os documentos juntados pelos responsáveis, consta o Memorando SEAP/DCO n. 559/2019, subscrito pela Sra. Daniele Lopes Cruz, assessora técnica lotada na Diretoria de Compras, que apresentou os seguintes esclarecimentos, às fls. 269/274, *in litteris*:

[...]

Em que pese as alegações aduzidas pela denunciante, de que o “*comportamento linear assentado pela análise dos intervalos temporais de lances realizados pelo fornecedor F000177 é característico da utilização de programas de ‘Robôs’ desenvolvidos para atuarem em ambientes de pregões eletrônicos*”, conclusão de suposto laudo técnico do qual não tivemos acesso, consoante Ata do Pregão, Doc. SEI nº 5294085, não há registro de possível irregularidade no momento em que ocorria a sessão de lances, de modo que providências pudessem ter sido adotadas junto à SEPLAG/MG – órgão gestor do Sistema Portal de Compras, o qual além de gerir cabe implementar ações de modo a coibir a possível prática.

Além disso, a assessora técnica argumentou que o pregoeiro não teria ferramentas disponíveis para apurar a ocorrência da suposta irregularidade e que o processo licitatório observou os critérios objetivos dispostos na Lei n. 8.666/1993, respeitando a legislação e os princípios que regem a Administração Pública.

Compulsando os autos, às fls. 290/297, constatei que a empresa declarada vencedora do certame (F000177) apresentou inúmeros lances, conforme registrado na ata da sessão do pregão, em um lapso temporal de um segundo após a oferta da segunda colocada (F000185), cobrindo regularmente o preço da proposta anterior em uma faixa aproximada de valores entre R\$ 30,00 (trinta reais) a R\$ 50,00 (cinquenta reais), ou seja, valores irrisórios se comparados ao montante total previsto para a contratação (sem ICMS¹) de R\$ 10.181.643,06 (dez milhões, cento e oitenta e um mil, seiscentos e quarenta e três reais e seis centavos), à fl. 95.

¹ Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.



Assim, em juízo de cognição sumária, entendo que a apresentação de diversos lances com redução irrisória dos preços, em tempo igual ou inferior a um segundo, indica, de fato, que a primeira colocada (F000177) utilizou-se de *software* de remessa automática de propostas ao longo da sessão eletrônica.

A respeito do tema, cabe citar precedente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná por meio do Acórdão n. 2276/2018, de relatoria do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, sessão plenária de 23/8/2018:

Representação da Lei nº 8.666/93. Pregão Eletrônico. Uso de software robô. Apresentação de lances em menos de um segundo. Procedência. Determinação de anulação da sessão de lances e repetição do ato e de adoção de critérios para coibir o uso de software robô de lances automáticos em seus certames licitatórios. (Grifei)

Extrai-se da fundamentação do referido julgado:

[...]

Nesta linha, entendo que a utilização de software de remessa automática de lances em licitações (“robô”, em oposição ao preenchimento manual por operador humano) conduz à vantagem competitiva dos licitantes que detêm a tecnologia sobre os demais participantes, o que ofende ao princípio da isonomia e ao caráter competitivo do certame (art. 3º da Lei 8.666/1993 e o parágrafo único do art. 5º do Decreto 5.450/2005). (Grifei)

De fato, não há dúvida que a utilização deste artifício tecnológico traz franca desigualdade de disputa com os licitantes que realizam o preenchimento manual por operadores humanos, uma vez que mesmo um profissional treinado não é capaz de receber, compreender e enviar uma nova proposta em milésimos de segundo. O software robô supera a agilidade humana e potencializa, em muito, a chance de vitória.

A despeito disso, conforme apurado pela própria Inspeção (peça 19, fl.2), há diversas empresas que desenvolvem softwares dessa natureza e as comercializam abertamente em seus websites, justamente com a promessa de que, com o sistema de sistema [sic] de automação de lances, o fornecedor “dobro as chances de vencer uma licitação” e “aumenta o faturamento em até 77%”, ao garantir o arremate apenas de itens com “margem de lucro segura”.

Portanto, a possibilidade de cobrir lances em frações de segundo permite ao licitante com software robô ficar à frente do certame na maior parte do tempo, logrando assim probabilidade maior (e real) de ser o licitante com o lance vencedor no momento do encerramento do pregão, que é aleatório, além de gerar um claro desincentivo à competição por parte dos demais concorrentes.

Nesse contexto, as empresas que não possuem estes programas, por opção própria ou porque não possuem condições financeiras de adquirirem estes custosos softwares, ficam em condições de flagrante desigualdade com aqueles que o possuem. Ademais, a possibilidade de o licitante com software robô cobrir, de maneira automática e imediata, os lances dos concorrentes simplesmente por alguns reais ou poucos centavos, inibe a obtenção de qualquer vantagem de cunho econômico para a Administração, o que também afronta o objetivo do processo licitatório de identificar a proposta mais vantajosa para a Administração. (Grifei)

Por razões semelhantes, o Tribunal de Contas da União, no item 9.1 do citado Acórdão 2.601/2011-TCU-Plenário, determinou que fossem adotadas providências para afastar o uso de “robôs” e garantir a observância da isonomia nos pregões eletrônicos.



Como resultado, foi publicada a Instrução Normativa nº 03 de 2013 publicada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) a qual estabeleceu em seu art. 2º o seguinte:

Art. 2º Na fase competitiva do pregão, em sua forma eletrônica, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 4 de outubro de 2013 – destacou-se)

Portanto, com o objetivo de coibir a utilização de softwares robôs em pregões, previu-se a possibilidade de o Pregoeiro estabelecer regras que determinem que o intervalo de lances do mesmo licitante deva respeitar o intervalo de 20 (vinte) segundos, e que deva respeitar o intervalo de 3 (três) segundos para os lances registrados entre competidores diferentes.

Como se vê, há uma reconhecida necessidade de combate ao uso de softwares robôs, agravada pelo fato de que eles estão cada vez mais modernos e completos, oferecendo soluções para mascarar seu uso ou burlar as proteções criadas pelos sistemas eletrônicos, como, dentre outras opções: (i) burla ao sistema de “captcha”, com inserção automática do código gerado entre os lances; (ii) início da operação do robô apenas na fase final de tempo randômico ou aleatório de lances; (iii) configuração de faixa de desconto com variação aleatória do valor da redução (para mascarar a criação de um padrão idêntico de desconto, com variação de alguns centavos ou reais para mais ou menos).

Desta forma, conclui-se, sem qualquer dúvida, que a utilização desses mecanismos acaba por estabelecer condições objetivas que frustram a competitividade do certame e a isonomia entre os participantes, violando o art. 3º da Lei 8.666/1993 e o parágrafo único do art. 5º do Decreto 5.450/2005.

[...].

Como bem destacado no julgado citado, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, publicou a Instrução Normativa 3/2013, que alterou a Instrução Normativa 3/2011, a qual estabelece procedimentos para a operacionalização do pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, bem como os órgãos e entidades que firmaram Termo de Adesão para utilizar o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. O art. 2º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 3/2011, com redação dada pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 3/2013, visando coibir a utilização de “robôs” em pregões eletrônicos, estabeleceu intervalos de tempo entre os lances, nos seguintes termos:

Art. 2º. Na fase competitiva do pregão, em sua forma eletrônica, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

Saliento que, embora a referida Instrução Normativa regule a matéria no âmbito da Administração Pública Federal, as disposições sobre o intervalo entre lances de, no mínimo, três segundos, por demonstrar relevante medida no combate à utilização de software de remessa automática de propostas em certames licitatórios, pode servir, também, por analogia, como parâmetro de utilização em âmbito Estadual e Municipal, na ausência de norma regulamentadora, uma vez que está em consonância com a garantia do princípio constitucional da isonomia, conforme previsto no caput do art. 3º da Lei n. 8.666/93.

Colaciono, ademais, jurisprudência do Tribunal de Contas de São Paulo, no sentido de que o emprego de dispositivo eletrônico de inserção automática de lances configura indícios de utilização de meios fraudulentos na licitação, vejamos:



Ementa. Emprego de dispositivo eletrônico de inserção automática de lances. Representação procedente. Providências determinadas. Indícios de utilização de meios fraudulentos na licitação. Remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para a adoção das medidas pertinentes. (Processo TC-002083.989.13-7, relatoria do Conselheiro Carlos dos Santos, sessão de 19/1/2017)

Por fim, colaciono precedente do Tribunal de Contas da União sobre a matéria, consoante Acórdão n. 2601/2011 – Plenário, de relatoria do Min. Valmir Campelo, sessão de 28/9/2011, que também foi mencionado no precedente descrito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

[...]

a) é possível aos usuários de dispositivos de envio automático de lances (robôs) a remessa de lances em frações de segundo após o lance anterior, o que ocorre durante todo o período de iminência do pregão;

b) com a possibilidade de cobrir lances em frações de segundo, o usuário do robô pode ficar à frente do certame na maior parte do tempo, logrando assim probabilidade maior (e real) de ser o licitante com o lance vencedor no momento do encerramento do pregão, que é aleatório;

c) ciente dessa probabilidade, que pode chegar a ser maior que 70%, o licitante usuário do robô pode simplesmente cobrir os lances dos concorrentes por alguns reais ou apenas centavos, não representando, portanto, vantagem de cunho econômico para a Administração.

4. Os fatos configuram a inobservância do princípio constitucional da isonomia, previsto expressamente no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 5.450/2005, visto que a utilização de software de lançamento automático de lances (robô) confere vantagem competitiva aos fornecedores que detêm a tecnologia em questão sobre os demais licitantes. (Grifei)

Diante do exposto, nesse juízo superficial, entendo que a utilização de *software* de remessa automática de propostas configurou, no caso concreto, afronta ao princípio da isonomia, insculpido no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. Ademais, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei Estadual n. 14.167/2002, as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não se comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação. Nesse sentido, entendo configurada a plausibilidade do direito. Quanto ao *periculum in mora*, do mesmo modo, entendo-o existente, tendo em vista a iminência da homologação do certame e da consequente contratação.

Assim, presentes os requisitos inerentes, concedo a medida cautelar de suspensão do certame.

Dessa forma, determino, nos termos do art. 60 da Lei Orgânica e do art. 264 c/c o art. 197 do RITCEMG, a suspensão cautelar do Pregão Eletrônico n. 46/2019, ad referendum da Primeira Câmara, na fase em que se encontra, sob pena de multa diária de R\$1.000,00 (mil reais), até o limite de R\$10.000,00 (dez mil reais), consoante art. 90 da Lei Orgânica, sem prejuízo da adoção de outras medidas legais cabíveis.

Fixo o prazo de 5 (cinco) dias para que os Srs. Mário Lúcio Alves de Araújo, Secretário de Estado, e Henrique Wykrota Tostes, Secretário de Estado Adjunto, comprovem, nos autos, a adoção da medida ordenada, mediante publicação do ato de suspensão do procedimento licitatório.

Em caso de eventual prorrogação contratual ou contratação emergencial, recomendo que a Administração, em observância à busca da proposta mais vantajosa e em consonância com o princípio da economicidade, leve em consideração o valor (sem ICMS) de R\$ 8.839.820,86



(oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte reais e oitenta e seis centavos) ofertado pela licitante declarada vencedora, consoante Memorando SEAP/DCO n. 481/2019, constante no “CD-R” anexado aos autos.

Intimem-se os responsáveis, em caráter de urgência, do teor desta decisão, nos termos do art. 166, § 1º, I e VI, do Regimento Interno.

Intime-se, ainda, a denunciante, na forma regimental.

Após a manifestação dos responsáveis, os autos devem retornar ao meu gabinete, com urgência.

Assim, trago a decisão a referendo deste egrégio colegiado, nos termos do art. 264, §1º, do Regimento Interno.

Senhor Presidente, a matéria, aqui, trata de uma questão bastante interessante, controversa, também, a questão difunda, basicamente acerca da utilização de softwares “robôs” pelos licitantes.

Pela pesquisa que fiz, o Tribunal, até o momento, não tem nenhum precedente sobre essa matéria. Eu citei, aqui, na decisão que disponibilizei a Vossas Excelências, decisões do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e também uma decisão paradigmática do Tribunal de Contas da União, proferida ainda no exercício de 2011. Foi com base nessa decisão do TCU que a Administração Pública federal, no caso o Poder Executivo Federal, regulamentou a matéria por meio de instrução normativa, no exercício de 2013, não proibindo a questão do uso dos *softwares* robôs. Essa decisão já tem alguns anos, mas acho que hoje a utilização desses *softwares* é inevitável. Cada vez mais nós vamos conviver com esse tipo de mecanismo na Administração Pública, e vejo que a tendência, num futuro próximo, é que até mesmo os lances nos certames licitatórios vão ser dados por robôs e não mais por humanos.

E, naquela oportunidade, o Poder Executivo Federal regulamentou a questão do tempo nos lances, não impedindo a utilização dos robôs, mas pelo menos tentando equalizar as oportunidades entre aqueles que têm o *software* robô e aqueles que não têm esse *software* ainda, seja por condições financeiras ou desconhecimento.

Então, a Administração Pública Federal regulamentou a matéria, concedendo um intervalo mínimo de 20 segundos pro lance de um determinado licitante e 3 segundos entre os licitantes, dando, assim, oportunidades àqueles que não têm *software* robô de concorrer com os que têm *software* robô. E, nesse caso concreto, o denunciante alegou que um licitante utilizou esse *software* robô e, numa licitação da ordem de 10 milhões de reais, no intervalo, que dá para ser verificado na ata, de 1 segundo, provavelmente a proposta, o lance que ele deu, em virtude do robô, foi até em tempo menor que 1 segundo, ele abaixou aquele último lance em 40 reais numa proposta de uma grandeza de 10 milhões de reais e, por consequência, estava no tempo randômico, naquele tempo aleatório no final do pregão eletrônico, e ele ganhou a licitação. Por isso a inconformidade do denunciante nessa matéria.

Então, eu concedi a medida cautelar entendendo, principalmente, não sendo contrário à utilização dos robôs, mas, da mesma forma que a matéria foi regulamentada no âmbito federal, eu vejo que ela deve ser regulamentada no âmbito do Estado e dos municípios, também. Mas a decisão foi dada, principalmente, em resguardo ao princípio constitucional da isonomia, previsto no *caput* do art. 3º da Lei nº 8666/93. Então, entendi que houve essa violação ao princípio da isonomia, no caso concreto.

São essas considerações que eu gostaria de fazer, Senhor Presidente, além do voto que já disponibilizei a Vossas Excelências para apreciação.



CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO:

Senhor Presidente, eu não apenas acompanhei com atenção a matéria extrapauta que o eminente Conselheiro Adonias Monteiro trouxe, como também essa sua fala adicional, neste momento.

Realmente, o momento é histórico para este Tribunal. É a primeira vez que vamos ter oportunidade de decidir sobre a utilização de *softwares* robóticos na questão das licitações do pregão eletrônico.

Tenho três pontos a serem devidamente observados.

O primeiro deles é que não há nenhum impedimento legal para utilização de robótica em procedimentos da Administração Pública, especialmente na realização de lances em Pregão Eletrônico.

O que nós temos restrição – e às vezes nós as fazemos –, é a aplicação do Pregão Eletrônico quando você quer fazer uma medida de uma compra pública como uma política pública, para você estimular o desenvolvimento regional, e, muitas vezes, o Pregão Eletrônico aparece como empecilho de valorizar a compra local. Não é o caso, em tela, da situação que estamos analisando.

O segundo ponto, extremamente importante, é que nós, hoje, no controle, já utilizamos o robô para inclusive fazer a leitura do edital. Então, conforme muito bem coloca o Conselheiro Adonias Monteiro, essas medidas que foram adotadas em 2013, em 2019, dentro da velocidade da robótica, da Lei de Moore, já estão completamente superadas.

A utilização de software nada mais é do que mecanismo de eficiência para baixar os lances rapidamente. Penso que, cada vez mais, é necessário não temer a inovação no serviço público, utilizando-se a tecnologia em benefício da sociedade. Tratando a questão de processos licitatórios, a otimização trazida pelo uso da robótica favorece a celeridade e eficiência, princípios caros à Administração Pública.

No caso concreto, observa-se que o último lance ofertado no limite do tempo randômico seria possível tanto para um robô quanto para um ser humano; e ressalto, ainda, que o tempo "randômico" em si oferece risco tanto para robô quanto para o ser humano, posto que o período de sua duração varia de 01 segundo até 30 minutos.

Quero enfatizar que, se essa empresa – que está alegando que a outra estava utilizando robô e ela não – quisesse se livrar dessa eventual utilização do robô, poderia dar um desconto significativo no certame que ela estava participando. Percebemos, claramente, que essas empresas que licitam não têm, evidentemente, o interesse de atender à Administração Pública. Elas vão baixando o preço pouco a pouco para ver qual delas, ao final do certame, faz a sua proposta mais vantajosa.

Neste caso concreto, verifica-se que as empresas licitantes estavam competindo entre si com propostas praticamente idênticas, ou seja, o uso da robótica não restou preponderante para a vitória da empresa denunciada, pois a empresa denunciante poderia ter ofertado preço substancialmente inferior ao vencedor.

A meu ver, repito, o uso de robô por si só não determina a vitória do licitante. Destaco aqui, por exemplo, a licitação em que participa uma ME ou EPP e que, ainda que o licitante não enquadrado nessa modalidade utilize de robô e oferte a proposta mais vantajosa, a sua vitória não é certa, uma vez que caberá aplicar nesse caso os benefícios da LC 123/06, dentre eles o empate ficto, o que permite à ME e EPP a possibilidade de ganho no certame.







GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEAP SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
Diretoria de Compras

Edital nº 46/2019

Processo SEI nº 1450.01.0019173/2019-89

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2019
PROCESSO DE COMPRA Nº 1451044 000046/2019

Regime de Execução Indireta:Empreitada por preço global - Prestação de Serviços

Tipo: [MENOR PREÇO]

Licitação com participação ampla

Objeto: Fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: **Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa**, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas. As refeições deverão ser destinadas a presos e servidores públicos a serviço nas Unidades, conforme especificações e detalhamentos consignados no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

RECIBO

A Empresa _____ CNPJ nº. _____, retirou o Edital do Pregão acima referenciado e deseja ser informada de quaisquer alterações, respostas a esclarecimentos e impugnações pelo e-mail:

_____.

_____, aos ____ / ____ / ____

(Assinatura)



OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER INTEGRALMENTE PREENCHIDO E REMETIDO À SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL DE MG, PELO E-MAIL: licitacaodco@seap.mg.gov.br

Para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário.

A Diretoria de Compras não se responsabiliza por comunicações à empresa que não encaminhar este recibo ou que prestar informações incorretas no mesmo.

Os interessados deverão comunicar imediatamente eventuais atualizações ou modificações do e-mail, sob pena de ser considerado válido o encaminhamento direcionado ao e-mail declarado.

ÍNDICE

EDITAL

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DO CREDENCIAMENTO
6. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS
7. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO
8. DA HABILITAÇÃO
9. DOS RECURSOS
10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
11. DA CONTRATAÇÃO
12. DA SUBCONTRATAÇÃO
13. DO PAGAMENTO
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
15. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO (DOC. SEI Nº 3810797)

ANEXO DE EDITAL I.I - TERMO DE COMPROMISSO (DOC. SEI Nº 3811999)

ANEXO DE EDITAL II - MODELOS DE DECLARAÇÕES (DOC. SEI Nº 4140244)

ANEXO DE EDITAL III - MINUTA DE CONTRATO (DOC. SEI Nº 4140375)

ANEXO DE EDITAL IV - MANUAL DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (DOC. SEI Nº 4224567)

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração Prisional - SEAP, torna pública a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, em sessão pública, por meio do site www.compras.mg.gov.br, para contratação de serviços de fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: **Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa, em lote único**, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas. As refeições deverão ser destinadas a presos e servidores públicos a serviço na unidade, conforme especificações e detalhamentos consignados no Anexo I, parte integrante do presente Edital, nos termos da **Lei Federal nº 10.520**, de 17 de Julho de 2002 e da **Lei Estadual nº. 14.167**, de 10 de Janeiro de 2002 e do **Decreto Estadual nº 44.786**, de 19 de Abril de 2008.

Este pregão será amparado pela **Lei Complementar** nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelas **Leis Estaduais** nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, nº. 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos **Decretos Estaduais** nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº 47.437, de 26 de junho de 2018, nº 46.559, de 16 de julho de 2014, nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, nº 47.087. de 23 de novembro de 2016, pelas **Resoluções Conjuntas SEPLAG / SEF** n.º 3.458, de 22 de julho de 2003 e nº 8.898 de 14 de junho 2013, pela **Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG** N.º 9.576, de 6 de julho 2016, pela **Resolução SEPLAG** nº

www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento imprimir web&acao origem=arvore visualizar&id documento=5371201&infra... 2/18



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:27

<https://pje.timq.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042754800000087050472>

Número do documento: 191014110427548000000087059472

Num. 88369103 - Pág. 2

Número do documento: 191014111042754900000087050472

1.1. O pregoão será realizado pelo Pregoeiro Pablo Henrique de Oliveira Silva Ferreira, designado por meio da Resolução [Resolução SEAP nº 157, de 11 de dezembro de 2018](#), e Equipe de Apoio constituída pelos seguintes servidores: Daniela Aguiar Rangel, Leandro David Metzker, Ludmila do Rosário Moraes, Vanessa Ester Profeta da Luz e Lucimar Alves de Almeida.

1.2. A sessão de pregão terá início no dia **09 de maio de 2019, às 11:00 horas.**

1.3. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: www.compras.mg.gov.br.

2.1. A presente licitação tem por objeto o Fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: **Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa**, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

3.3. Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por cidadão ou por licitante, até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura da licitação, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.3.1. O interessado deverá apresentar instrumento de impugnação dirigido ao Pregoeiro, a ser protocolizado junto ao PROTOCOLO GERAL – Rodovia Papa João Paulo II, 4.001 – Ed. Gerais – 1º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901 (**A/C da DIRETORIA DE COMPRAS**), no horário de 09h00min (nove horas) às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos), em envelopes separados, lacrados, rubricados, marcados como restritos e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), assim como, de modo alternativo, protocolizado para o e-mail licitacaodco@seap.mg.gov.br; pablo.oliveira@seap.mg.gov.br, observado o prazo previsto no

subitem 3.3 deste ato convocatório, fundamentando o alegado e, se for o caso, juntar as provas que se fizerem necessárias.

3.3.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.

3.4. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados pelo Pregoeiro no Portal de Compras por meio do endereço <http://www.compras.mg.gov.br>, no quadro de avisos da licitação.

3.5. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.6. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.7. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas serão arquivadas pela autoridade competente.

3.8. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

3.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que conhecem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

4.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

4.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

4.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

4.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

4.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

4.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

4.4. Os beneficiários enquadrados no item 4.3 deste edital deverão declarar, segundo sugestão de modelo anexo II e item 8.7.1.2 deste edital, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como tal, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos do parágrafo único do art. 13 Decreto Estadual nº 47437, de 2018.

4.5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.5.1. No caso da participação de empresas reunidas em consórcio, deverá acompanhar os documentos de habilitação, a comprovação de compromisso público ou particular do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, que deverá representar as consorciadas perante o Estado de Minas Gerais, observadas as normas do art. 33 da Lei 8.666/93 e do art. 15 do Decreto Estadual nº 44.786/08.



4.5.2. Deverão ser apresentados os documentos exigidos nos arts. 28 a 31 da Lei 8.666/1993, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

4.5.3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio na fase de licitação e durante a execução do contrato.

4.5.4. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 4.5.1.

4.5.5. Apenas os consórcios compostos exclusivamente por beneficiários indicados no item 4.3 poderão usufruir dos benefícios legais da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a soma do faturamento das empresas consorciadas não ultrapasse o limite previsto no inciso II, artigo 3º, da LC n.º 123, de 2006.

4.6. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR** as empresas que:

4.6.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

4.6.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.6.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei 8666, de 1993;

4.6.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei 10.520, de 2002;

4.6.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei 8666, de 1993;

4.6.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.6.7. Estiverem inclusas em uma das situações previstas no art.9º da Lei Federal nº 8.666/93;

4.6.8. Quando permitido consórcio, as empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou simultaneamente consorciada e de forma isolada.

4.7. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

5. **DO CREDENCIAMENTO**

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site **www.compras.mg.gov.br**, na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

5.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

5.2. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

5.3. Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no site **www.compras.mg.gov.br** ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail:

www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5371201&infra... 5/18



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:27

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042754800000087050472>

Número do documento: 19101411042754800000087050472

cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de Segunda-feira a Sexta-feira das 08:00h às 18:00h.

5.4. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 4.3 que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06, disciplinados no Decreto Estadual nº. 47.437, de 26 de junho de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG N.º 9.576, de 2016 deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

5.4.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

6. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do site **www.compras.mg.gov.br** até a data e horário marcados para abertura da sessão, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do Portal de Compras - MG de que tem pleno conhecimento das exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas no Edital e seus anexos.

6.2. Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste edital e de seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.

6.3. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

6.4. O encaminhamento da proposta comercial pressupõe pleno conhecimento das exigências previstas neste edital.

6.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.

6.6. As propostas deverão apresentar preço unitário e total por item e por lote, sendo vedada imposição de condições ou opções, somente admitidas propostas que ofertem apenas um preço, bem como apresentem marca e modelo.

6.6.1. O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida por lote, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.

6.6.2. Na proposta de cada fornecedor participante, deverão ser informados elementos mínimos para identificação do produto ofertado, no tocante a marca e o modelo, em campo próprio do Sistema.

6.7. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.

6.8. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

7. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

7.1. No horário indicado no Preâmbulo deste Edital o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico com a análise das propostas comerciais.

7.1.1. As propostas comerciais serão analisadas, preservado o sigilo do licitante, quanto ao atendimento das especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo ou contenham vícios insanáveis.

7.1.2. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exige a Administração a verificação de sua



7.1.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

7.2.1. O pregoeiro divulgará, por meio do Portal de Compras - MG, o resultado da análise de propostas e convidará os licitantes a apresentarem lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e suas as regras de aceitação.

7.2.2. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

7.2.3. Durante toda a sessão de lances, o sistema permitirá que o licitante cubra o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será considerado como lance vencedor do lote apenas o de menor valor.

7.2.4. Ressalvada a hipótese de negociação com o primeiro colocado após a fase de lances, o “chat” não poderá ser utilizado para oferta de lances, devendo o fornecedor apresentá-los no campo próprio segundo definido no sistema, sob pena de sua desconsideração e caracterização de ato que perturba a sessão do procedimento licitatório.

7.2.5. Serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, desde que sejam de fornecedores diferentes. Neste caso, a ordem de classificação seguirá a ordem cronológica de recebimento dos lances, segundo apurado pelo sistema do Portal de Compras - MG.

7.2.6. O proponente não poderá desistir de lance ofertado, salvo comprovação de justificativa plausível a ser analisada pelo pregoeiro durante a sessão de lances.

7.2.7. Caso o proponente não realize lances, será considerado o valor da proposta comercial apresentada, para efeito da classificação final.

7.2.8. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.2.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa. A sessão terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, com a identificação da data e do horário.

7.2.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o quê transcorrerá período de tempo randômico de 5 (cinco) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.2.10. Após o encerramento da sessão de lances, a oferta de lances estará vedada, não podendo ser utilizado o “chat” para tal finalidade, ressalvada a hipótese de negociação com o primeiro colocado, sendo que tal comportamento poderá ser considerado perturbação da sessão do procedimento licitatório.

7.2.11. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, apurado de acordo apurado de acordo com a Proposta Comercial.

7.3.2. Encerrada a etapa de lances, convocar-se-á o beneficiário do Decreto 47.437, de 26 de junho de 2018 detentor da melhor proposta dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente novo lance, inferior ao melhor lance, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

- 7.3.2.1. Realizado novo lance, nos termos do subitem anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade deste, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.3.2.2. Sendo aceitável a nova oferta de preço, a confirmação das condições habilitatórias do beneficiário obedecerá ao procedimento previsto no item 7.3.9.
- 7.3.2.3. Se o beneficiário não apresentar proposta de preços ou não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará os beneficiários remanescentes que estiverem na situação de empate prevista no subitem 7.3.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 7.3.2.4. Caso não haja beneficiário dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de novo lance ou não sejam atendidas as exigências documentais de habilitação, será classificado provisoriamente em primeiro lugar o licitante originalmente detentor da melhor oferta.
- 7.3.2.5. O disposto no item 7.3.2 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por um dos beneficiários do subitem 4.3.
- 7.3.3. Definida a ordem de classificação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e ao valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.3.4. A proposta cujo preço unitário de item do lote estiver acima do custo unitário do item relacionado na planilha de referência da Administração (ou do item individualmente considerado, superior a qualquer dos lances apresentados), poderá ter seus valores adequados das seguintes formas:
- 7.3.4.1. Aplicação de desconto percentual linear nos preços unitários da proposta inicial, calculado a partir da diferença entre o valor global da proposta vencedora e o valor global da respectiva proposta inicial, dividida pelo valor global inicial;
- 7.3.4.2. Readequação não linear dos preços unitários, a critério do licitante, respeitado como limite máximo o valor global final ofertado, desde que os preços unitários finais sejam menores ou iguais aos preços unitários da proposta inicial;
- 7.3.5. Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 7.3.6. Caso haja apenas uma proposta, esta será aceita desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.
- 7.3.7. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender às exigências fixadas neste Edital ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.
- 7.3.7.1. Caso o pregoeiro entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 7.3.7.2. Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, conforme estabelece o inciso XVII do art. 12 do Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008, serão admitidos:
- 7.3.7.2.1. Planilha de custos elaborada pelo licitante, sujeita a exame pela Administração;
- 7.3.7.2.2. Documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;
- 7.3.7.3. Verificada a inexequibilidade do preço, o pregoeiro poderá convocar os licitantes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e da proposta comercial.
- 7.3.8. O pregoeiro, via 'chat', deverá negociar com o autor da melhor oferta com vistas à redução do preço;
- 7.3.9. O sistema identificará o licitante detentor da melhor oferta que deverá comprovar sua habilitação no prazo máximo de **2 (duas) horas**, após a solicitação do pregoeiro, mediante encaminhamento de cópia da documentação de habilitação e da proposta comercial atualizada com os valores obtidos no pregão, por meio do e-mail informado pelo pregoeiro.



7.3.9.1. Se a melhor proposta ou lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Ministério da Economia (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>)

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, da Controladoria-Geral da União; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça; Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União; por meio do link de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.3. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, da Controladoria-Geral do Estado (<https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemege/seplag/fornecedor/publico/index.zul>), nos termos do art. 12 da Lei Estadual nº 13.994, 18 de setembro de 2001 e inc. III do art. 52 do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

8.1.4. Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN, da Secretaria de Estado de Fazenda (<http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>), nos termos do art. 10, inc. I do Decreto Estadual nº 44.694, de 28 de dezembro de 2007.

8.2. A consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA também deverá ser realizada em nome dos sócios majoritários da empresa, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. REGULARIDADE JURÍDICA:

8.3.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais e das declarações constantes no ANEXO II deste Edital.

8.3.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

8.3.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

8.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

8.3.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.3.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



8.3.7. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do certame.

8.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

8.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

8.4.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG;

8.4.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

8.4.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser solicitada pelo site www.fazenda.mg.gov.br.

8.4.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

8.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

8.5.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação de proposta, pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV) ocorrida no período, ou de outro indicador que o venha substituir, comprovando que a licitante possui boa situação financeira, avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um).

8.5.2.1. Entende-se por apresentados na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datadas e assinadas pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.5.3. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados em cópia autenticadas das folhas do livro diário em que se encontram transcritos, acompanhados de cópia autenticadas dos termos de abertura e encerramento dos respectivos livros, ou por publicações em jornais de grande circulação ou diário oficial, quando se trata de Sociedade Anônima.



8.5.4. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.594, de 2015, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no item 8.5.2 do edital.

8.5.5. No caso de empresa constituída há menos de 1 (um) ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período da existência da sociedade.

8.5.6. A composição da boa situação financeira da empresa será verificada por meio do cálculo do índice contábil da empresa a ser entregue, considerando-se habilitadas as licitantes que apresentarem os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 1 (um), extraídos das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

8.5.7. No caso de o fornecedor apresentar resultado inferior a 1 (um), em qualquer um dos índices apresentados no item 8.5.6, o mesmo deverá apresentar comprovação do valor do patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor do lance vencedor.

8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.6.1. Comprovação de aptidão para efetuar o fornecimento compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no ANEXO I, por meio da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, compreendendo os requisitos abaixo relacionados:

8.6.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em quantidade (pelo menos 50% do quantitativo licitado), características e prazos iguais ao objeto da licitação. A referida comprovação se dará com a apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, com no mínimo 1 (um) ano concluso de prestação de serviço, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutricionistas - CRN, que comprove a aptidão para desempenho a contento de fornecimento de refeições e ou lanches, desde que apresente Certificado de Registro e Quitação (CRQ) atualizada e dentro do prazo de validade, conforme a [Resolução CFN nº 378/2005](#), caso tenha havido alteração das informações cadastrais, a empresa deverá apresentar o protocolo de solicitação de alteração/atualização junto ao CRN para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar deste, apresente a nova CRQ, e Atestados de Comprovação de Aptidão registrados no mesmo Conselho Regional que emitiu a CRQ, bem como Apresentação de Atestado de Responsabilidade Técnica, nos termos da Resolução [CFN nº 510/2012](#).

8.6.1.2. Considera-se desempenho técnico a apresentação de atestado que comprove o fornecimento de um número diário de refeições e ou lanches compatível com o objeto licitado.

8.6.2. Os atestados deverão conter:

8.6.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).



8.6.2.2. Local e data de emissão.

8.6.2.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

8.6.2.4. Período da execução da atividade.

8.6.3. Para atendimento do quantitativo indicado nos subitens do item 8.6.1, é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.

8.6.3.1. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as atividades.

8.6.4. Demais documentos exigidos no Anexo I para cada item do objeto, quando ali discriminado.

8.6.5. Registro ou inscrição válido e atualizado na entidade profissional competente (Certidão de Nada Consta).

8.6.6. Fica facultada a apresentação do certificado de visita técnica emitido pelo(a) diretor(a) da unidade e assinado pelo representante da empresa que participou do feito.

8.6.7. A licitante deverá apresentar Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da empresa de que possui em seu quadro permanente, pelo menos um profissional de nível superior em nutrição, responsável técnico pelos serviços a serem prestados durante toda a execução do Contrato, com o devido registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN), cuja comprovação de vínculo profissional poderá se dar mediante cópia do Contrato Social, cópia da Ficha de Emprego ou cópia do Contrato de Trabalho, sendo possível a contratação de Profissional Autônomo, por meio da cópia de Contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

8.7. DECLARAÇÕES:

8.7.1. Serão exigidas as declarações abaixo, cujas sugestões de modelo para os itens 8.7.1.1, 8.7.1.2, 8.7.1.3 e 8.7.1.4 seguem anexas a este edital:

8.7.1.1. Quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, declaração de que o licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. Conforme modelo contido no anexo II deste Edital.

8.7.1.2. Para cumprimento do parágrafo único do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018, quanto aos beneficiários enquadrados no item 4.3, declaração, segundo item 4.4, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como tal, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.7.1.3. Declaração de que o licitante não é declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual, conforme modelo contido no Anexo II deste Edital.

8.7.1.4. Declaração de que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, conforme modelo contido no Anexo II deste Edital.

8.8. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

8.8.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá apresentá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade



expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

8.8.1.1. Constando do CRC qualquer documento com o prazo de validade vencido, será assegurado ao fornecedor o direito de encaminhar o documento via e-mail, no prazo máximo informado no item 7.3.9.

8.8.1.2. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

8.8.2. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados via e-mail, no formato PDF, no momento da análise dos documentos de habilitação.

8.8.2.1. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.8.2.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

8.8.3. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão conter, de forma clara e visível, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

8.8.3.1. Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

8.8.3.2. Se o fornecedor figurar como filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial;

8.8.3.3. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

8.8.3.4. Em qualquer dos casos, atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.8.4. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor, sujeitando-o, eventualmente, às punições legais cabíveis.

8.8.5. Aos beneficiários listados no item 4.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

8.8.5.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor.

8.8.5.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor ou fracassado o lote, o participante do certame terá até 10 (dez) minutos para manifestar, imediata e motivadamente, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da sessão do pregão, para apresentação das razões de recurso, ficando os demais participantes, desde logo intimados, sem necessidade de publicação, a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. Todos os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação da intenção do licitante durante a sessão pública, e o encaminhamento das razões do recurso e de eventuais



contrarrrazões pelos demais licitantes, serão realizados por meio do sistema eletrônico, em formulários próprios, nos termos do art. 13, XLI, do Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008, e, em caso de indisponibilidade técnica ou material do sistema oficial do Estado de Minas Gerais, alternativamente, via e-mail, observados os prazos previstos no item 9.1.

9.3. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrrazões, se houver, será efetuada mediante documento protocolizado junto ao PROTOCOLO GERAL – Rodovia Papa João Paulo II, 4.001 – Ed. Gerais – 1º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901 (**A/C: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - DIRETORIA DE COMPRAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**), no horário de 09h00min (nove horas) às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos), em envelopes separados, lacrados, rubricados, marcados como restritos e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observados os prazos previstos no item 9.1.

9.4. Não serão conhecidos recursos não registrados na forma e prazo estabelecidos no item 9.1 do edital, além de que, a falta de manifestação imediata e motivada do fornecedor, importará decadência do direito de recurso.

9.4.1. Para fins de juízo de admissibilidade do recurso, o pregoeiro poderá não conhecer do recurso caso verifique ausentes quaisquer pressupostos processuais, como sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, vedado exame prévio da questão relacionada ao mérito do recurso.

9.5. Os recursos serão decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrrazão, sendo que o acolhimento de recurso importará validação exclusivamente dos atos suscetíveis de aproveitamento.

9.6. Os recursos e contrarrrazões de recursos devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá:

9.6.1. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

9.6.2. Motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para a autoridade competente, conforme art. 8º do Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008.

9.6.3. Inadmitir o recurso exclusivamente por falta de pressupostos processuais recursais de existência ou de validade e de desenvolvimento, observado item 9.4.1.

9.7. O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

9.8. A decisão do recurso será divulgada no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br, no campo quadro de avisos do referido pregão, bem como comunicada via e-mail ao licitante recorrente e aos que apresentaram contrarrrazões.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor que deverá encaminhar a documentação de habilitação original, ou cópia autenticada, e a proposta comercial no prazo máximo de 02 (dois) dias, para o seguinte endereço: **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - DIRETORIA DE COMPRAS - A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - Rodovia Papa João Paulo II, 4.001 – Ed. Minas – 4º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901.**

10.2. O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br.

10.3. O Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

10.4. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11. DA CONTRATAÇÃO

www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5371201&infr... 14/18



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:27

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042754800000087050472>

Número do documento: 19101411042754800000087050472

Num. 88369103 - Pág. 14

ANEXO SEI 4485789-2019-0015026-43647463(2035SEI 1080.0160205290202060394pg.011490 / pg. 115

11.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme minuta do ANEXO III, de acordo com o art. 62 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

11.1.1. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

11.1.1.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá(ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

11.1.1.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail atendimentosei@planejamento.mg.gov.br.

11.1.1.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

11.1.2. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

11.1.3. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no momento de assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

11.1.3.1. Feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, o licitante deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no art. 18, §2º do Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008.

11.2. O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, que se dará através de carta postal ou e-mail.

11.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Fica vedada a subcontratação do objeto, não sendo considerada, para tal fim, a manufatura dos pães.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 (dias) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

13.1.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

13.1.2. A Administração receberá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo "visualizador",



desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

13.1.3. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

13.1.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

13.1.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

13.2. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

13.3. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

13.4. Informações complementares e orientações operacionais a respeito do faturamento eletrônico serão fornecidas pela Central de Atendimento aos Fornecedores por meio do e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.1.1. advertência por escrito;

14.1.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) dos quais o licitante tenha participado e cometido a infração;

14.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

14.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

14.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

14.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 14.1.1, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5.

14.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

14.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.



14.7. As sanções relacionadas nos itens 14.1.3, 14.1.4 e 14.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.

14.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

14.8.1. Retardarem a execução do objeto;

14.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

14.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

14.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

14.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

15.2. Todos os documentos relativos a essa licitação, enviados por meio físico, nas hipóteses previstas na lei e neste edital, deverão ser entregues em envelopes lacrados, rubricados, marcados como restritos e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do prego e lote).

15.3. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

15.4. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I deste Edital, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

15.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do prego.

15.6. O objeto da relação jurídica decorrente da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.7. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá releva omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.9. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

15.10. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br.



Pablo Henrique de Oliveira Silva Ferreira

Pregoeiro

Márcio Fernandes Guimarães Junior

Superintendente de Infraestrutura e Logística

Documento assinado eletronicamente por **Pablo Henrique de Oliveira Silva Ferreir, Servidor(a) Público(a)**, em 23/04/2019, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Fernandes Guimaraes Junior, Superintendente**, em 23/04/2019, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4485789** e o código CRC **EE905C00**.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

Termo de Referência

Responsável pela Elaboração da Planilha de Formação de Custos: Joceline Duarte Pedro de Bastos
Sector: Diretoria de Apoio à Gestão Alimentar
Telefone: (31) 3915-5813
E-mail: nutricaootec@seap.mg.gov.br
Chefia Imediata: Glênia Rúbia Duarte Oliveira

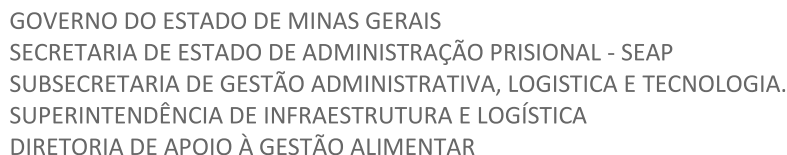
I- OBJETO

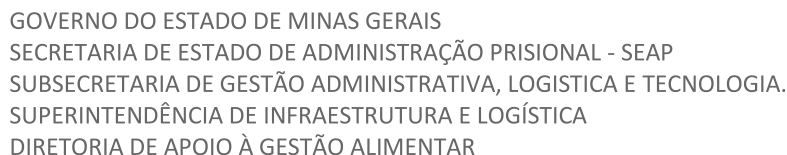
1. Fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: **Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa**, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas. As refeições deverão ser destinadas a presos e servidores públicos a serviço nas Unidades.
2. O número estimado de refeições a serem fornecidas poderá variar para maior ou menor, conforme flutuação diária da população prisional, sem prejuízo do disposto no §1º, art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
3. Deverá ser garantido transporte compatível para o deslocamento das refeições, de acordo com a quantidade contratada, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária.
4. Os horários de entrega das refeições e lanches são estabelecidos pelos diretores gerais das unidades, sendo instrumento essencial ao êxito desta iniciativa.

II- JUSTIFICATIVA

1. O presente procedimento licitatório decorre da necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de alimentação para fornecimento de refeições para todos os servidores a serviço e presos nas Unidades Prisionais: **Lote 204 - Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa**, em respeito ao disposto no art. 12 da Lei 7.210 de 1984, de cumprimento obrigatório pelo Estado, visando à integridade física e promoção da saúde de presos e servidores.
2. Em se tratando de uma prestação de serviço comum, com objeto claro e critérios objetivamente definidos neste termo de referência, e em observância do disposto no art. 2º do Decreto Estadual nº 44.786/08, a presente licitação realizar-se-á na modalidade de pregão, e o critério adotado no certame desta contratação será o menor valor diário de alimentação por comensal, para fornecimento do quantitativo necessário ao atendimento da demanda local 24 (vinte e quatro) meses.
3. Como os itens licitados são fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividade, os benefícios da união dos mesmos em único lote vão além de propiciar economicidade. Tendo em vista toda a preparação logística que as empresas devem ter, a prestação do serviço claramente pode ser otimizada se for realizada por uma mesma empresa, propiciando assim uma redução dos custos e reflexão no preço ofertado. Frise-se que, por se tratarem de estabelecimentos prisionais, ambientes que requerem rotinas de segurança específicas a fim de se preservar a integridade dos servidores, detentos e população em geral, o número de prestadores de serviços externos, não vinculados ao sistema de administração prisional com acesso às unidades deve







6.1. Admite-se carência de 60 dias, do início do fornecimento, para que a empresa fornecedora adote as providências para atender o disposto no item 6.

7.1. Presos - até a portaria dos pavilhões, com veículo da contratada, e até as celas, por meio de mão-de-obra carcerária contratada pela empresa: Lote 204 - Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa.

7.1.3. As sobremesas (mamão e melancia) e as frutas do jantar que tem quantidade especificada em gramas deverão ser servidas em embalagens plásticas descartáveis devidamente vedadas e transportadas em caixas térmicas (isobox/hotbox), de dimensões máximas de 58 cm largura X 38 cm altura, devidamente higienizadas.

7.1.4. Os lanches (pão francês/doce com margarina) serão servidos em embalagem própria. O café e o suco em garrafas térmicas (ressaltando que o recipiente térmico utilizado para o café não deverá ser utilizado para servir o suco, nem vice-versa). O leite em sua embalagem original de 200 ml, acondicionado em caixas térmicas (isobox/hotbox) de dimensões máximas de 58 cm largura X 38 cm altura.

7.2. Direção/servidor: Lote 204 - Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa.

7.2.1. As refeições serão transportadas em caixas térmicas tipo isobox/hotbox de dimensões máximas de 58 cm largura X 38 cm altura, e servidas no refeitório em Balcões Térmicos, em pratos porcionados.

7.2.2. As sobremesas (mamão e melancia) e as frutas do jantar que tem quantidade especificada em gramas deverão ser servidas em embalagens plásticas descartáveis devidamente vedadas e transportadas em caixas térmicas (isobox/hotbox), de dimensões máximas de 58 cm largura X 38 cm altura, devidamente higienizadas.

7.2.3. Os lanches (pão francês/doce com margarina) serão servidos em embalagem própria. O café e o suco em garrafas térmicas (ressaltando que o recipiente térmico utilizado para o café não deverá ser utilizado para servir o suco, nem vice-versa). O leite em sua embalagem original de 200 ml, acondicionado em caixas térmicas (isobox/hotbox) de dimensões máximas de 58 cm largura X 38 cm altura.



7.3. Direção/servidor: Lote 204 - Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa: Na impossibilidade de um espaço físico adequado para a instalação de um balcão térmico para a direção/servidor, as refeições serão servidas da seguinte forma:

- 7.3.1. As refeições (exceto o item salada e sobremesa) serão servidas em embalagens de isopor descartável ou similar nº 8 (oito) devidamente vedadas e transportadas em caixas térmicas tipo marmibox de dimensões máximas de 58 cm largura X 38 cm altura, devidamente higienizadas.
- 7.3.2. A salada deverá ser servida em embalagens plásticas descartáveis devidamente vedadas e transportadas em caixas térmicas (isobox/hotbox) de dimensões máximas de 58 cm largura X 38 cm altura, devidamente higienizadas.
- 7.3.3. As sobremesas (mamão e melancia) e as frutas do jantar que tem quantidade especificada em gramas deverão ser servidas em embalagens plásticas descartáveis devidamente vedadas e transportadas em caixas térmicas (isobox/hotbox), de dimensões máximas de 58 cm largura X 38 cm altura, devidamente higienizadas.
- 7.3.4. Os lanches (pão francês/doce com margarina) serão servidos em embalagem própria. O café e o suco em garrafas térmicas (ressaltando que o recipiente térmico utilizado para o café não deverá ser utilizado para servir o suco, nem vice e verso). O leite em sua embalagem original de 200 ml, acondicionado em caixas térmicas (isobox/hotbox) de dimensões máximas de 58 cm largura X 38 cm altura.

8. Equipe De Trabalho

- 8.1. Quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo, de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas.
- 8.2. O pessoal (funcionários) deverá se apresentar em condições de saúde compatível com suas atividades, realizando, às expensas da contratada, exames periódicos de saúde, inclusive exames específicos de acordo com as normas vigentes;
- 8.3. Devem ser apresentados à Administração Pública, quando solicitados, os laudos dos exames de saúde de seus empregados (funcionários).
- 8.3.1. É importante ressaltar a obrigação da empresa em se responsabilizar pelos exames médicos para obtenção dos laudos dos funcionários.
- 8.4. Os funcionários e presos devem se apresentar dentro de padrão de higiene recomendado pela legislação vigente, utilizando-se de uniformes e equipamentos de proteção individual específicos para o desempenho das funções.
- 8.5. Os empregados (funcionários e presos) deverão se submeter às normas de segurança e revista da unidade prisional.
- 8.6. Deve ser mantida a qualidade e uniformidade no padrão de alimentação e do serviço, independentemente das escalas de serviço adotadas.
- 8.7. Fornecer aos presos, uniformes e calçados apropriados para a execução do trabalho a ser realizado, zelando para que os mesmos se mantenham sempre bem apresentáveis, limpos e asseados.
- 8.8. Contratar mão-de-obra carcerária para realização da distribuição da alimentação às unidades prisionais, em quantitativo mínimo para realizar a distribuição em forma e tempo adequados nas unidades prisionais, com celebração de Termo de Compromisso* firmado com a Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP).
- 8.9. Contratar mão-de-obra carcerária para auxílio na produção da alimentação para as unidades prisionais, de acordo com a necessidade da empresa.
- 8.10. Cumprir o disposto no Termo de Compromisso* a ser celebrado entre o estado de Minas Gerais, por intermédio da sua Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP), e a contratada, cujo modelo pode ser verificado anexo* a este Termo de Referência, para





contratação e pagamento da mão-de-obra carcerária.

9. Padrão De Alimentação

9.1. Os gêneros alimentícios estocados na área de armazenamento terão que apresentar condições técnicas de qualidade e validade para a produção da alimentação. Não será permitido o armazenamento de gêneros com a data de validade vencida e sem a apresentação do rótulo original, assim como, enlatados oxidados e/ou danificados. Os gêneros alimentícios embalados em caixas de papelão e armazenados dentro do freezer/câmara refrigerada só serão permitidos se envolvidos em embalagem plástica. Não é permitida a utilização de madeira para armazenamento de gêneros alimentícios dentro da UAN.

9.2. Nenhum alimento poderá ser armazenado em embalagem não apropriada, conforme padrão de qualidade exigido pelas normas da Vigilância Sanitária, devendo quando de sua recepção, ser vistoriado e acondicionado em recipiente adequado às suas características.

9.3. O cardápio mensal a ser utilizado no mês subsequente, elaborado por profissional de nível superior, nutricionista, detentor de registro regularizado junto ao CRN, que se responsabilizará pela total execução do cardápio aprovado, deve ser encaminhado ao Núcleo de Nutrição na DGA, até o quinto dia útil, para avaliação e aprovação.

9.4. Os cardápios aprovados só poderão sofrer alterações com prévia anuência da CONTRATANTE, mediante justificativa da CONTRATADA, contendo o motivo da alteração e o dia que o item substituído será repostado. Requerimentos/avisos de alterações nos cardápios aprovados terão que ser enviados à CONTRATANTE com no mínimo 24h de antecedência do fornecimento dos referidos cardápios.

9.5. Devem ser elaborados cardápios diferenciados para datas especiais: (Semana Santa, Natal, Ano Novo, Festas Juninas), observadas as características de atendimento, sem custos adicionais.

9.6. O cardápio completo deve ser fornecido para afixação em local visível ao atendimento nas dependências da CONTRATANTE.

9.7. As solicitações de dietas especiais, mediante prescrição de médicos/nutricionistas ou outro profissional legalmente habilitado, devem ser obedecidas e elaboradas com base na composição e alimentos utilizados no planejamento do cardápio normal.

9.8. Os alimentos (marmitas quentes) não consumidos imediatamente após o preparo devem ser mantidos a uma temperatura superior a 60°C até o momento final da distribuição. Para as saladas e sobremesas a temperatura deverá ser inferior a 10°C.

9.9. Devem ser coletadas, diariamente, amostras da alimentação preparada, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, mantendo-as sob refrigeração adequada pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas, para eventuais análises laboratoriais.

9.10. Sempre que houver suspeita de deterioração ou contaminação dos alimentos in natura ou preparados, os mesmos deverão ser suspensos do consumo, guardando-se amostras para análises microbiológicas dos alimentos.

9.11. As sobras limpas da alimentação fornecida, somente poderão ser utilizadas, se forem seguidos os procedimentos especificados e conforme padrões de qualidade e higiene exigidos pelas normas da Vigilância Sanitária.

9.12. A sobremesa deve ser servida em embalagem própria à direção, servidores e presos, somente no almoço, obedecendo o peso da tabela de especificação contida no item VI-COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO.

*Os dados contidos no modelo do Termo de Compromisso a ser firmado entre a empresa contratada e o estado de Minas Gerais, pela Secretaria de Estado de Administração Prisional, poderão sofrer alterações conforme as necessidades e/ou mudanças na Secretaria.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

9.13. As sobremesas (mamão e melancia) deverão ser acondicionadas em recipientes térmicos (isobox/hotbox) de dimensões máximas de 58 cm largura X 38 cm altura, e, se necessário, fazer uso de gelo para manutenção da temperatura e da qualidade do alimento.

9.14. As carnes não deverão ter aponeuroses, tendões e excesso de tecido adiposo. Devem conter a procedência, registro nos órgãos competentes e prazo de validade.

9.15. Os alimentos devem ser armazenados de forma adequada, respeitando sua natureza e perecibilidade, não os misturando com produtos de limpeza, descartáveis e similares.

10. Transporte

10.1. O veículo automotor para o transporte de alimentos prontos para o consumo, refrigerados ou não, deve garantir a integridade e a qualidade a fim de impedir a contaminação e deterioração dos produtos. É proibido manter ou transportar no mesmo compartimento de um veículo, alimentos prontos para o consumo, outros alimentos, substâncias estranhas e produtos tóxicos que possam contaminá-los. Não é permitido transportar alimentos conjuntamente com pessoas e animais. A cabine do condutor deve ser isolada da parte que contém os alimentos, e esta deve ser revestida de material liso, resistente, impermeável, atóxico e lavável. As refeições devem ser colocadas sobre estrados. Devem ser higienizados, sendo adotadas medidas a fim de garantir a ausência de vetores e pragas urbanas. Os veículos devem ser dotados de cobertura para proteção da carga. O armazenamento e o transporte do alimento preparado, da distribuição até a entrega ao consumo, devem ocorrer em condições de tempo e temperatura que não comprometam sua qualidade higiênico-sanitária.

10.2. As refeições e lanches deverão ser transportados devidamente acondicionados em condições adequadas de higienização e conservação até o(s) local(is) definido(s) pelo Contratante.

10.3. A distribuição ficará sob responsabilidade da Contratada, que deverá contratar mão-de-obra de internos das Unidades para entregarem os lanches e refeições fornecidos aos demais detentos, em quantidade suficiente para garantir a distribuição das refeições no tempo hábil a não prejudicar a qualidade e temperatura da alimentação, bem como a segurança das unidades. Tal quantitativo deverá ser conforme tabela abaixo, com base no informado pelo setor responsável de cada unidade prisional:

UNIDADE:	Nº de detentos para distribuição das refeições e lanches aos internos, na unidade:
Presídio de São João Del Rei	16
Presídio de Resende Costa	02

10.4. Manter a quantidade de veículos para transporte da alimentação, em número suficiente e em condições adequadas para o transporte do quantitativo de refeições e lanches estipulados para a unidade prisional.

10.5. Cumprir o horário de distribuição estabelecido em edital para o fornecimento de alimentação, na quantidade na composição, na incidência e na gramatura constantes no CARDÁPIO do item VI- COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO.

11. Higienização

11.1. Manutenção de absoluta higiene no armazenamento, manipulação, preparo e transporte dos alimentos.

11.2. Manutenção das instalações da Unidade de Alimentação e Nutrição – UAN - em perfeitas





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

condições de higiene e limpeza. Ademais, é necessário efetuar a sanitização e desratização das dependências utilizadas pelo menos uma vez a cada bimestre com comprovação através da nota fiscal, emitida por empresa especializada.

11.3. Implantação, para o controle integrado de pragas, de procedimentos de prevenção e eliminação da presença de insetos e roedores. A aplicação de produtos só deverá ser realizada quando adotadas todas as medidas de prevenção, só podendo ser utilizados produtos registrados no Ministério da Saúde.

11.4. Observância do controle de qualidade de produtos para higienização e outros materiais de consumo necessários, com o devido registro nos órgãos competentes.

12. Segurança, Medicina E Meio Ambiente Do Trabalho.

12.1. As normas de segurança recomendadas pela Secretaria de Estado de Administração Prisional e legislação específica devem ser seguidas, quando do acesso às suas dependências.

12.2. Na execução e desenvolvimento do trabalho, é imprescindível o atendimento das determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além de normas e procedimentos internos da Administração Pública Estadual relativos à engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.

13. Situações De Emergência

13.1. É necessária a previsão de esquemas alternativos de trabalho ou planos de contingência para situações emergenciais, tais como: falta de água, energia elétrica/gás, vapor, quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a manutenção do atendimento adequado.

13.2. Na necessidade de substituições e/ou complementação de equipamentos e utensílios, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 8 (oito) dias úteis para as suas aquisições e instalações, durante o qual deverá continuar fornecendo os lanches e refeições, sendo estas em embalagens de isopor descartável ou similar nº 8 (oito) e o item salada em embalagens de plástico descartável, ambas devidamente vedadas para a direção, servidores e presos, até que a UAN tenha condições de produzi-los. Em caso de reforma na Unidade de Alimentação e Nutrição, durante o prazo necessário à sua execução, a CONTRATADA deverá adotar os mesmos procedimentos acima citados. Os lanches e refeições habituais deverão ser transportados em veículo automotor apropriado e definidos pelas normas da Vigilância Sanitária, mantendo-o nas condições higiênicas exigidas, até que se conclua a reforma.

14. Boas Práticas Ambientais - Específicas

14.1. Uso Racional Da Água

14.1.1. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da CONTRATADA, esperadas com essas medidas;

14.1.2. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;

14.1.3. Identificar pontos de uso/hábitos e vícios de desperdício de água. Na identificação das atividades de cada ponto de uso, os empregados devem ser treinados e orientados sistematicamente contra hábitos e vícios de desperdício, conscientizando os empregados sobre atitudes preventivas.

14.1.4. Devem ser adotados procedimentos corretos, com o uso adequado da água, utilizando-a com economia, sem desperdício e sem deixar de garantir a adequada higienização do ambiente, dos alimentos e utensílios, bem como dos empregados:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

- a) Lavagem de folhas e legumes: em água corrente escorrendo os resíduos; desinfetar em cuba específica ou em monobloco exclusivo, imergindo os alimentos em solução sanitizante; monitorar a concentração de cloro, não deve estar inferior a 100 ppm; monitorar a turvação da solução e a presença de resíduos; enxaguar em cuba específica ou monobloco exclusivo com água potável; picar, quando necessário, observando rigorosamente as condições de higiene (mão, luvas descartáveis e utensílios/equipamentos desinfetados);
- b) Manter a torneira fechada quando: desfolhar verduras e legumes; descascar legumes e frutas; cortar carnes, aves, peixes, etc.; ao limpar os utensílios como panelões, bandejas, etc.; quando interromper o trabalho, por qualquer motivo;
- c) Outras práticas: adotar redutores de vazão em torneiras (arejadores), pois são dispositivos que contribuem para a economia de água, em torno de 25%; utilizar bocais de torneira com chuveiros dispersantes, que aumentam a área de contato dos legumes, frutas e, principalmente, das folhosas, diminuindo assim o desperdício; não manter a torneira aberta com bacia embaixo, transbordando água e sem empregado naquele ponto de uso; não realizar o descongelamento de polpas de frutas com a torneira aberta por longo período, diretamente sobre as embalagens; não deixar carnes salgadas, 24 horas dentro de uma cuba, com a torneira aberta para retirada do sal; não encher os utensílios de água para ensaboar, usar pouca água e somente a quantia necessária de detergente; não utilizar água para descongelar alimentos; ao limpar os utensílios: panelões, bandejas, etc., utilizar espátula para remoção da crosta e escova não abrasiva; jogar os restos ao lixo.

14.2. Eficiência Energética

14.2.1. A aquisição de equipamentos consumidores de energia deverá ser realizada de modo que o bem a ser adquirido apresente o melhor desempenho sob o ponto de vista de eficiência energética.

14.2.2. Devem ser verificados na aquisição dos equipamentos, quando possível, o selo PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica e o selo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

14.2.3. Toda instalação (elétrica, gás, vapor, etc.) realizada nas dependências da UAN deve seguir as normas INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e os padrões internos estabelecidos para seu adequado funcionamento.

14.2.4. Periodicamente, os sistemas de aquecimento e refrigeração devem ser verificados. A formação de chamas amareladas, fuligem nos recipientes e gelo podem ser sinais de mau funcionamento dos equipamentos, manutenção inadequada ou utilização de combustível de má qualidade.

14.2.5. Atenção para que haja boa dissipação de calor e economia de energia elétrica, ventilação no local de instalação e a inexistência de sujeira no condensador do sistema de refrigeração.

14.2.6. Verificação do local da instalação dos sistemas de aquecimento para que correntes de ar não apaguem as chamas.

14.2.7. Manutenção de critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

14.2.8. As luzes dos ambientes não ocupados devem ser apagadas e acesas apenas quando necessário.

14.2.9. A manutenção dos equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas deve ser efetuada o mais rápido possível.

14.2.10. Devem ser realizadas verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos aparelhos elétricos, extensões etc. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.





14.2.11. A CONTRATADA deve desenvolver junto a seus empregados programas de racionalização do uso de energia.

14.3. Redução De Produção De Resíduos Alimentares E Melhor Aproveitamento Dos Alimentos.

14.3.1. Os Nutricionistas da CONTRATADA, sempre que possível, deverão adequar na formulação dos Cardápios à prática de reutilização de partes não convencionais de alimentos, propiciando uma maior economia de alimentos, uma melhoria na qualidade da alimentação e reduzindo a produção de resíduos alimentares.

14.3.2. Na formulação do cardápio diário, observada a sazonalidade de alguns alimentos, deverão ser observadas todas as possibilidades de aproveitamento dos gêneros alimentícios, desde o prato principal, seus acompanhamentos/guarnições, sucos e sobremesas.

14.3.3. Os Nutricionistas da CONTRATADA deverão evitar desperdícios de gêneros alimentícios, que podem ser aplicados na formulação de refeições que utilizam partes não convencionais de alimentos, desde que atenda às necessidades nutricionais diárias recomendadas.

14.3.4. Os Cardápios devem ser enriquecidos com as ideias de não desperdício de gêneros alimentícios, observando a manutenção da equivalência mínima de necessidades nutricionais diárias recomendadas; com isso reduzindo desperdícios, reduzindo produção e destinação de resíduos alimentares, aumentando o nutrimento das refeições, reduzindo os custos etc.

14.3.5. Os Nutricionistas da CONTRATADA deverão procurar estabelecer, diariamente, consumos das partes não convencionais dos alimentos que gerem esses benefícios.

14.3.6. Os Nutricionistas da CONTRATADA deverão privilegiar, quando da confecção dos cardápios, os produtos alimentícios próprios da época, levando em conta a sazonalidade dos insumos, devendo ainda submeter a CONTRATANTE a aprovação de tais substituições.

14.3.7. As refeições que utilizam partes não convencionais de alimentos deverão compor os cardápios submetidos à apreciação da CONTRATANTE, para sua anuência e aprovação, até o décimo dia útil, com os quantitativos finais de todas as refeições a ser utilizado no mês subsequente.

14.3.8. Para preservar o valor nutritivo, alguns cuidados são indispensáveis na hora do preparo de hortaliças e frutas, como por exemplo:

- a) Lave bem as hortaliças e frutas inteiras em água corrente. No caso de verduras, lave folha por folha e, para legumes e frutas, use uma escovinha;
- b) Coloque, em seguida, em uma vasilha de vidro ou louça com sanitizante ou solução clorada artesanal.

Obs.: Nunca as deixe de molho após cortadas ou descascadas.

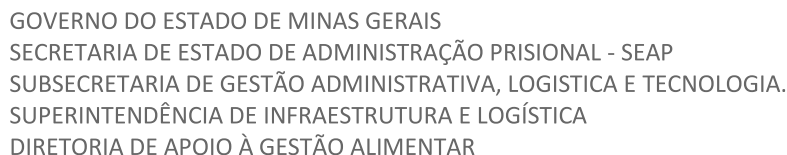
- c) Ao descascá-las, não retire cascas grossas. Sempre que possível, cozinhe hortaliças ou frutas com casca, de preferência inteiras;
- d) Não as corte com faca de ferro, mas sim, de aço inoxidável e pouco antes de serem utilizadas;
- e) Cozinhe as hortaliças apenas o tempo suficiente para que fiquem macias, em pouca água até abrir fervura ou simplesmente refogue-as;
- f) Cozinhe em panela destampada as hortaliças com cheiro forte, como repolho, couve-flor e brócolis, bem como suas folhas e talos.

14.4. Programa De Coleta Seletiva De Resíduos Sólidos

Recomenda-se a implantação de Programa Interno de Separação de Resíduos Sólidos.

Quando implantado, pela CONTRATADA, Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, esta deverá observar as seguintes regras:





São todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e estes são denominados REJEITOS, como: lixo de banheiro; papel higiênico; lenço de papel; e outros como: cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares; trapos e roupas sujas; toco de cigarro; cinza e ciscos - que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada; acrílico; lâmpadas fluorescentes – são acondicionadas em separado; papéis plastificados, metalizados ou parafinados; papel carbono e fotografias; fitas e etiquetas adesivas; copos descartáveis de papel; espelhos, vidros planos, cristais; pilhas - são acondicionadas em separado e enviadas para fabricante.

Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores (VERDE para vidro, AZUL para papel, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico e BRANCO para lixo não reciclável).

Otimizar a utilização dos sacos de lixo, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

14.5.1. Manutenção de critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis;

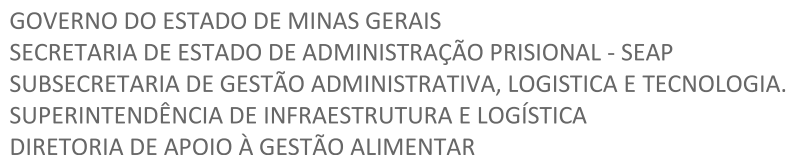
14.5.2. Utilização racional dos saneantes domissanitários cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio;

14.5.3. Adoção de critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;

14.5.4. Observação, rigorosa, da aplicação e/ou manipulação de detergentes e seus congêneres, no que se refere ao atendimento das prescrições do artigo 44, da Lei no 6.360 de 23 de setembro de 1976 e do artigo 67, do Decreto no 79.094 de 05 de janeiro de 1977, as prescrições da Resolução Normativa nº 1, de 25 de outubro de 1978, cujos itens de controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias e da CONTRATANTE, são os Anexos da referida Resolução: ANEXO I - Lista das substâncias permitidas na Elaboração de Detergentes e demais Produtos Destinados à Aplicação em objetos inanimados e ambientes; ANEXO II - Lista das substâncias permitidas somente para entrarem nas composições de detergentes profissionais; ANEXO III - Especificações e: ANEXO IV -Frases de Advertências para Detergentes e seus Congêneres.

14.5.5. Recomenda-se a utilização de produtos detergentes de baixas concentrações e baixos teores de fosfato.

Para seus equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibéis -dB(A), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição; a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.



As refeições e lanches deverão ser fornecidos em observância estrita a todas as condições técnicas especificadas, bem como:

- V- PRAZOS DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA**

- | Unidade | Data |
|--|---|
| LOTE 204: PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI E PRESÍDIO DE RESENDE COSTA | SE DARÁ CONFORME CLÁUSULA DE VIGÊNCIA DA MINUTA DE CONTRATO DO EDITAL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 24 MESES |

3. Os horários dos fornecimentos deverão ser conforme tabela abaixo:

- | Tipo de Refeição | Horário de Entrega |
|--------------------------|--------------------|
| Desjejum | 06:00 |
| Almoço | 11:00 |
| Lanche da tarde | 11:00 |
| Jantar | 17:00 |
| Lanche (plantão noturno) | 17:00 |



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

- Presídio de Resende Costa:

Tipo de Refeição	Horário de Entrega
Desjejum	07:00
Almoço	11:00
Lanche da tarde	11:00
Jantar	17:00
Lanche (plantão noturno)	17:00

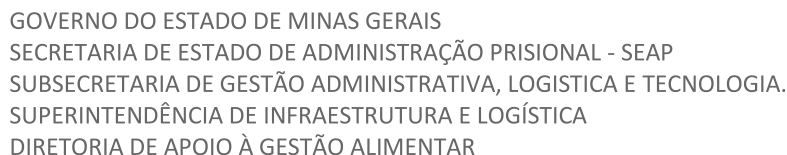
4. Em decorrência da variação diária da população carcerária, as quantidades de refeições a serem entregues serão solicitadas pelas direções das unidades prisionais à contratada, em requisição específica, por meio do SIGA (Sistema de Gerenciamento de Alimentação) ou, em caso comprovado de falha ou inoperância no sistema, por e-mail, até as 23:59hs do dia anterior ao fornecimento. Caso ocorra alteração no quantitativo de presos após este horário, será requisitado à contratada o acréscimo ou decréscimo de refeições necessárias impreterivelmente até as 08h30 do dia do fornecimento. Ocorrendo ingresso de presos após o almoço, a direção da unidade prisional requisitará o acréscimo de refeições no jantar até as 14h00.

5. O recebimento das refeições será feito pela Comissão de Recebimento de Alimentos, designada pela direção da unidade prisional, em conjunto com um representante da contratada e será processado observando-se a seguinte rotina: checagem do horário de recebimento, admitindo-se uma variação de 15 (quinze) minutos, bem como se as refeições atendem às condições previstas no item IV. Após todos esses procedimentos, a Comissão atestará a nota de serviço.

6. Em caso de não cumprimento do horário de distribuição estabelecido, a CONTRATADA ficará sujeita a sanção administrativa, iniciada por advertência, podendo ser elevada a multa, suspensão em licitação, declaração de inidoneidade, e impedimento de licitar e contratar com os entes federados, conforme legislação vigente.

7. A Comissão de Recebimento de Alimentos de cada unidade, na presença do representante da contratada, recusará o recebimento parcial ou total das refeições quando constatada a não observância das especificações técnicas e condições de aceitabilidade do objeto. Nessa hipótese, a direção da unidade prisional comunicará à Contratada, que terá o prazo de 02 (duas) horas para substituir as refeições recusadas.





PRESOS: LOTE 204 – PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI E PRESÍDIO DE RESENDE COSTA
FUNCIONÁRIOS: LOTE 204 – PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI E PRESÍDIO DE RESENDE COSTA

Especificação	Composição
Salada	2 componentes (folhoso e legume/fruta) ou composta
Prato Principal	1 tipo
Arroz	1 tipo
Feijão	1 tipo
Guarnição	1 tipo
Sobremesa	1 tipo

Especificação	Composição
Fruta	1 tipo
Prato Principal	1 tipo
Arroz	1 tipo
Feijão	1 tipo
Guarnição	1 tipo

Especificação	Composição
Pão	Francês ou Doce
Margarina	Vegetal
Bebidas	Café adoçado
	Leite

Especificação	Composição
Pão	Francês ou Doce
Margarina	Vegetal
Bebidas	Suco em pó ou café adoçado

Especificação	Composição
Pão	Francês ou Doce
Margarina	Vegetal
Bebidas	Café adoçado
	Leite



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

TABELAS DE GRAMAGENS E INCIDÊNCIAS

DESJEJUM*

Denominação	Incidência	Quantidade
Pão Francês/doce	30	50 g
Margarina	30	10 g
Café	30	100 ml
Leite	30	200 ml

* Apenas tem direito ao desjejum, os presos e agentes penitenciários que trabalham como plantonistas de 07:00h às 19:00h.

OBS: Fica a cargo da direção das unidades prisionais escolher o tipo de pão (doce ou francês), levando em consideração a maior aceitação dos comensais.

LANCHE TARDE – opção 1

Denominação	Incidência	Quantidades
Pão Francês ou Doce	30	50g
Margarina	30	10g
Suco em pó	30	300ml

OU

LANCHE TARDE – opção 2

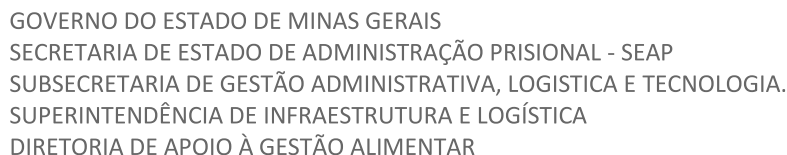
Denominação	Incidência	Quantidades
Pão Francês ou Doce	30	50g
Margarina	30	10g
Café	30	200 mL

OBS1: Fica a cargo da direção das unidades prisionais escolher uma opção de cardápio do lanche da tarde, levando em consideração a maior aceitação dos comensais.

OBS2: Caso haja alteração do lanche da tarde, solicitar à empresa com antecedência mínima de 30 dias.

OBS3: Fica a cargo da direção das unidades prisionais escolher o tipo de pão (doce ou francês), levando em consideração a maior aceitação dos comensais.





Denominação	Incidência	Quantidades
Pão	30	50g
Margarina	30	10g
Café	30	100ml
Leite	30	200ml

OBS: Fica a cargo da direção das unidades prisionais escolher o tipo de pão (doce ou francês), levando em consideração a maior aceitação dos comensais.

Denominação	Tipo de Carne	Tipo de Corte	Preparação	Especificação	Incidência	Per capita Final Coccionado
Carne Bovina	Miolo de pá	Bife	Grelhado/Frito	Acebolado	2	85g
				Pizzaiolo		
				Milanesa		
	Músculo	Cubo/Moída/Isca	Cozido/Refogado	Acebolado	2	
	Acém					
	Fraldinha	Cubo/Isca	Cozido	Rolê	2	
				Panela		
Costela	Sem osso	Assada/cozida	Acebolado	1		
Chã de fora	Isca/Cubo	Cozido	Acebolado/Panela	2		
Carne Suína	Copa Lombo	Bife /Isca	Grelhado/Frito	Acebolado	2	85g
		Cubo	Cozido	Acebolado/Panela		
	Pertences para Feijoada (orelha, pé, paio, charque, bacon, carne suína)	Fracionado	Feijoada		2	85g
	Pernil	Picado	Assado	Molho/Acebolado	1	85g
	Aves	Frango: coxa e sobrecoxa	Fracionada sem osso	Cozido	Molho	1
Assado				Acebolado	2	
Filé de Peito				Bife/Isca/Cubo	Grelhado/Frito	Milanesa/Acebolado
		Cozido	Strogonoff		2	
Ovo			Inteiro	Cozido/Frito	Inteiro	2
	Omelete					
	Panqueca recheada					
	Mexido					
Embutidos	Lingüiça		Assado/Frito/Cozido	Acebolado	1	85g
	Hamburger			à pamegiana/ à pizzaiolo	1	
	Steak				1	
	Almôndega			ao molho	1	
	Salsicha			ao molho	1	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

SALADA ALMOÇO

Denominação	Preparação	Especificação	Incidência	Quantidade final de cada um dos dois Componentes (em g)	
Folhosos	Picado Cru	Acelga/Couve	10	30g	
		Almeirão	3		
		Alface (crespa/americana/lisa)	10		
		Mostarda/Agrião/Chicória/Rúcula	6		
Legumes	Ralado cru	Beterraba	8	40g	
		Cenoura		60g	
	Picado Cru	Rabanete	5		
		Tomate			2
		Vinagrete (Tomate, cebola e pimentão)	14		
	Picados Cozidos	Abóbora			
		Abobrinha			
		Baroa			
		Batata			
		Beterraba			
		Brócolis			
		Cenoura			
		Chuchu			
		Couve-flor			
		Ervilha			
		Espinafre			
		Milho verde			
		Frutas	Descascadas e picadas	Vagem	
	Laranja				
Compostas		Melancia			
		Salpicão			1

Observação: No dia em que o cardápio apresentar salada composta, não haverá necessidade de outra salada para compor o cardápio. Cebola, cheiro verde, pimentão não serão considerados como componentes de salada.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

GUARNIÇÃO ALMOÇO/JANTAR

Denominação	Preparação	Especificação	Incidência	Percapta Final Coccionado
Massas	Macarrão	À bolonhesa/ao alho e óleo/à parisiense/ aos quatro queijos/ ao sugo/ com salsicha	7	120g
	Lasanha	À bolonhesa/ de presunto/ aos quatro queijos/ de frango	1	
Diversos	Purê	Mandioca/ Cenoura/ Baroa/ Batata/ Moranga/ Misto	14	100g
	Enfopados	Chuchu/ Batata/ Cenoura/ Baroa/ Mandioca/ Moranga/ Inhame/ Abobrinha		
	Jardineira de Legumes/ Seleta de Legumes/ Panachê de Legumes	Legumes Diversos		
	Sautê	Mandioca/ Cenoura/ Batata inglesa/ Batata Doce		
	Assada	Batata Inglesa		
	Refogados	Chuchu/Couve/Almeirão/Quiabo/Acelga/ Mostarda/Brócolis/Espinafre/Vagem/Taio ba		
	À Milanesa	Couve-Flor/ Banana/ Berinjela		
	No vapor	Brócolis/ Couve-Flor/ Vagem		
	Sufê	Chuchu/ Couve-flor/ Legumes		
	Fritos	Batata Inglesa/ Mandioca/ Batata Doce/ Banana		80g
Farináceos	Angu/Polenta	Ao molho/À bolonhesa	2	80g
	Farofa/virado	Cenoura	2	
		Couve	2	
		Ovos/Banana	2	





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

ARROZ ALMOÇO / JANTAR

Denominação	Tipo	Preparação	Incidência	Quantidade Coccionada
Arroz	Agulhinha tipo I	Simples	28	300g
		Composto	4	

FEIJÃO ALMOÇO / JANTAR

Denominação	Tipo	Preparação	Incidência	Quantidade Coccionada
Feijão	Preto	Composto (feijoada)	2	150g
	Cariquinha tipo I	Simples	28	
		Tropeiro	1	
		Tutu	1	

Observação: não exceder a quantidade de 10% de óleo nas elaborações das preparações. O arroz fornecido deverá ser Agulhinha Tipo I.

SOBREMESA ALMOÇO

Denominação	Composição	Incidência	Quantidade
Fruta da Época	Banana	6	1 unidade
	Laranja	4	1 unidade
	Maça	2	1 unidade
	Mamão	1	120g
	Melancia	1	120g
Doce	Bananada	16	20g
	Goiabada		
	Goma do tipo geléia		
	Crocante		
	Pé de Moleque		
	Paçoca		

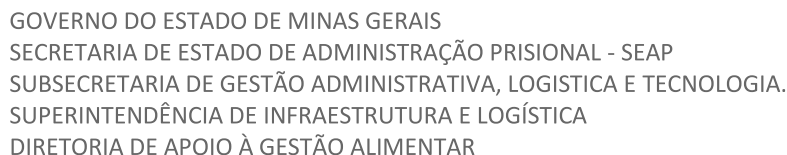
- O PESO DA MELANCIA É SEM A CASCA.
- A LARANJA DEVERÁ SER FORNECIDA DESCASCADA.

FRUTA JANTAR

FRUTA JANTAR			
Denominação	Tipo	Incidência	Quantidade
Fruta	Banana	12	1 unidade
	Laranja	7	1 unidade
	Maça	5	1 unidade
	Mamão	3	120g
	Melancia	3	120g

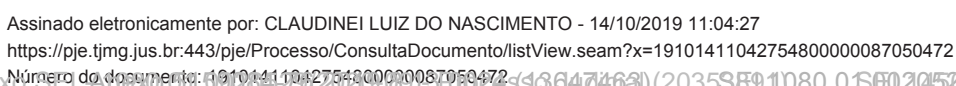
- O PESO DA MELANCIA É SEM A CASCA.
- A LARANJA DEVERÁ SER FORNECIDA DESCASCADA.
- OUTRAS FRUTAS PODERÃO SER ADICIONADAS NO CARDÁPIO DE ACORDO COM A SAZONALIDADE.





São Obrigações Da Contratada Durante A Prestação De Serviços Para Fornecimento Do Objeto:

- 19





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

(servidores) realizem as suas refeições. Os utensílios devem ser de material autorizado pelo diretor da Unidade Prisional.

14. Instalar 1 balança digital eletrônica etiquetadora, certificada pelo INMETRO, na UAN produtora de refeições e lanches, a fim de pesar e etiquetar, com o peso, cada marmix produzido (refeição quente e salada).

15. Fornecer e instalar 1 balança digital de bancada eletrônica, certificada pelo INMETRO, em cada uma das Unidades Prisionais deste certame, com capacidade para pelo menos 40kg, possibilitando que a CONTRATANTE faça o controle aleatório do peso das refeições servidas diariamente.

16. Fornecer, de forma contínua, refeições na forma transportada, entendida como sendo a preparação nas dependências da CONTRATADA, ficando sob inteira responsabilidade da mesma o transporte até os locais determinados pela CONTRATANTE.

17. Manter na Unidade de Alimentação e Nutrição - UAN, NUTRICIONISTAS detentores de registro regularizado junto ao Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) e/ou Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), de acordo com as normas vigentes do CRN/CFN.

18. Promover treinamentos periódicos específicos, teóricos e práticos de toda a equipe de trabalho, por meio de programa de treinamento destinado aos empregados operacionais, administrativos e técnicos, abordando os aspectos de higiene pessoal, ambiental, dos alimentos, técnicas culinárias e, obrigatoriamente, a prevenção de acidentes de trabalho e combate a incêndio.

19. Contratar em seu nome, sob inteira e exclusiva responsabilidade, presos, recrutados pela Comissão Técnica de Classificação (CTC) do Setor de Trabalho e Produção das Unidades Prisionais, para a perfeita execução dos serviços referentes à distribuição dos lanches e refeições aos demais detentos no interior das Unidades, em quantidade suficiente para garantir a distribuição da alimentação em tempo hábil a não prejudicar a qualidade e temperatura das refeições e lanches, bem como preservar a segurança das Unidades durante a realização dos procedimentos. Tal quantitativo deverá ser conforme tabela abaixo, com base no informado pelo setor responsável de cada unidade prisional:

UNIDADE:	Nº de detentos para distribuição das refeições e lanches aos internos, na unidade:
Presídio de São João Del Rei	16
Presídio de Resende Costa	02

20. Utilizar mão-de-obra dos internos, recrutados pela CTC das Unidades, na distribuição dos lanches e refeições.

21. Providenciar para que todos os funcionários sejam portadores de carteira de saúde atualizada.

22. Providenciar para que todos os funcionários/presos cumpram as normas internas relativas à segurança no interior da Unidade Prisional.

23. Assumir, relativamente a seus funcionários, todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, inclusive em caso de acidente de trabalho, ainda que verificados nas dependências da CONTRATANTE, os quais com esta não terão qualquer vínculo empregatício.

24. Responsabilizar-se pelo pagamento de, pelo menos, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário mínimo aos empregados presos, realizado conforme disposto no Termo de Compromisso* a ser celebrado entre o estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração Prisional – SEAP -, e a CONTRATADA, cujo modelo encontra-se anexo* a este





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

Termo de referência, além do fornecimento de uma cesta básica mensal a cada empregado preso, a ser destinada ao familiar ou similar a ser informado pelo interno.

25. Encaminhar trimestralmente todos os documentos que comprovem o número de empregados (funcionários) e seus respectivos salários e jornada de trabalho conforme apresentado na planilha e formação de preços. Os documentos deverão conter informações dos últimos três meses.

26. Cumprir o disposto no Termo de Compromisso* a ser celebrado entre o estado de Minas Gerais, por intermédio da sua Secretaria de Estado de Administração Prisional – SEAP -, e a CONTRATADA, cujo modelo encontra-se anexo* a este termo de referência.

27. Zelar pela alimentação fornecida preservando a integridade no seu preparo, promovendo a reparação, correção ou substituição, às suas expensas, no total ou em parte, da alimentação (refeições e lanches) preparada e produzida, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de produtos empregados, ou ainda, que não atenderem aos padrões de qualidade e higiene exigidos pelas normas higiênicas sanitárias da Vigilância Sanitária e pela CONTRATANTE.

28. Responsabilizar-se única e exclusivamente pela origem da matéria prima (quando não for proveniente da unidade prisional) e pela qualidade dos alimentos com que serão produzidas as refeições.

29. Encaminhar, mensalmente, para o Núcleo de Nutrição, até o quinto dia útil, o cardápio mensal a ser utilizado no mês subsequente, para avaliação e posterior aprovação. O mesmo deverá ser elaborado por profissional de nível superior, nutricionista, detentor de registro regularizado junto ao CRN, que se responsabilizará pela total execução do cardápio aprovado.

30. Enviar requerimentos/avisos de alterações nos cardápios aprovados à CONTRATANTE com no mínimo 24h de antecedência do fornecimento dos referidos cardápios, a fim de garantir tempo hábil mínimo para avaliação da CONTRATANTE das mudanças propostas.

31. Controlar a qualidade da alimentação fornecida, bem como de dietas especiais, se houver, coletando amostras para análises bacteriológicas, toxicológicas e físico-químicas, às suas expensas.

32. Coletar diariamente em suas dependências amostras da alimentação preparada, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, mantendo-as sob refrigeração adequada pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas, para eventuais análises laboratoriais.

33. Responsabilizar-se pela qualidade dos alimentos fornecidos, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes. Sempre que houver suspeita de deterioração ou contaminação dos alimentos in natura ou preparados, os mesmos deverão ser suspensos do consumo, guardando-se amostras para análises microbiológicas dos alimentos.

34. Executar o controle dos gêneros e de produtos alimentícios utilizados, quanto à qualidade, estado de conservação, acondicionamento, condições de higiene e ainda observadas as exigências vigentes: procedência, registro nos órgãos competentes e prazo de validade. Disponibilizar, por ocasião da entrega diária de cada refeição (almoço e jantar), pelo menos 2 (duas) refeições além do quantitativo solicitado em cada unidade, uma para degustação e outra para guarda da amostra pela CONTRATANTE, totalizando 4 (quatro) amostras ao dia por unidade. As refeições utilizadas como amostras deverão ser fornecidas pela CONTRATADA, sem custo para a CONTRATANTE. É vedada a identificação da refeição que servirá de amostra, cabendo à contratante escolher, aleatoriamente, dentre o quantitativo fornecido, qual será a refeição a ser utilizada como amostra.

*Os dados contidos no modelo do Termo de Compromisso a ser firmado entre a empresa contratada e o estado de Minas Gerais, pela Secretaria de Estado de Administração Prisional, poderão sofrer alterações conforme as necessidades e/ou mudanças na Secretaria.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

35. Apresentar cópia, quando solicitada, dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA, contendo, no mínimo, os itens constantes das Normas Regulamentadoras n.º 07 e 09, respectivamente, da Portaria no 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, conforme determina a Lei Federal no 6.514, de 22 de dezembro de 1977.
36. Responsabilizar-se pelos exames médicos para obtenção dos laudos de saúde dos funcionários.
37. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação.
38. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as refeições fornecidas, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados.
39. Adequar a Unidade de Alimentação e Nutrição – UAN à legislação vigente de forma a obter o Alvará Sanitário, documento exigido para os estabelecimentos sujeitos ao licenciamento sanitário.
40. Acompanhar diariamente, por meio do Sistema de Gerenciamento de Alimentação (SIGA), os quantitativos das refeições solicitadas pela CONTRATANTE e lançar informações sobre o fornecimento do objeto do contrato.

VIII- OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

1. Analisar e aprovar os cardápios elaborados pela CONTRATADA, assim como as eventuais alterações que se façam necessárias, a qualquer tempo.
2. Proceder diariamente o recebimento das refeições (conforme disposto no subitem 35 do item VII. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA), verificando o quantitativo fornecido e separando, aleatoriamente, duas amostras no almoço e duas amostras no jantar, totalizando 4 (quatro) amostras ao dia (por unidade prisional), sendo:
 - 2.1. Uma amostra destinada para degustação e verificação do peso, apresentação, temperatura, composição e qualidade da alimentação fornecida;
 - 2.2. Outra amostra destinada para eventual análise microbiológica, devendo, na ocasião, ser devidamente identificada (data e tipo da refeição – almoço ou jantar) e mantida sob refrigeração durante 72 horas.
3. Encaminhar, para liberação de pagamento, as faturas aprovadas da prestação de serviços.
4. À CONTRATANTE, por intermédio do gestor e/ou do fiscal, é assegurada a gestão e/ou fiscalização dos serviços contratados, de forma a acompanhar a execução contratual, cabendo:
 - 4.1. Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o cumprimento da execução do escopo contratado, verificando o cumprimento dos horários estabelecidos em edital, as quantidades de refeições e descartáveis previstos, a compatibilidade com o cardápio estabelecido, registrando eventuais ocorrências.
 - 4.2. Realizar a conferência diária do quantitativo de refeições fornecidas aos comensais, mantendo o registro por tipo de refeição servida.
 - 4.3. Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica.
 - 4.4. Aprovar as faturas de prestação de serviços somente das refeições efetivamente fornecidas.
5. Ter acesso, a qualquer tempo, a todas as dependências da CONTRATADA, gestor e fiscalização da CONTRATANTE, podendo:
 - 5.1. Examinar a qualidade dos gêneros alimentícios, solicitando a substituição imediata de gêneros e/ou alimentos que apresentem condições impróprias ao consumo.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

- 5.2. Verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos e utensílios.
- 5.3. Acompanhar e fiscalizar o trabalho realizado pelos presos contratados pela CONTRATADA, por meio da Diretoria de Trabalho e Produção, da Subsecretaria de Humanização do Atendimento.
- 5.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, cuja ocorrência não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE.
6. Proceder à aferição das gramaturas das refeições. Esse procedimento deve ser realizado diariamente, começando pelo registro das preparações das refeições (averiguar se o cardápio do dia está sendo seguido pela CONTRATADA) e em seguida pelas pesagens. Devem ser pesados, 20 (vinte) marmix no almoço e 20 no jantar (em cada unidade), recolhendo-os aleatoriamente e de diferentes caixas térmicas.
- 6.1 Os pesos dos marmix devem ser registradas no Sistema de Gerenciamento de Alimentação (SIGA).
7. A distribuição dos marmix nos pavilhões deve ser realizada imediatamente após o recebimento.
8. O procedimento de recebimento das refeições (verificação do horário de entrega pré-estabelecido, conferência do quantitativo recebido, solicitado e indicado na nota de recibo, separação das amostras, análise sensorial das amostras, conferência da composição da refeição entregue com o cardápio previamente aprovado e pesagem aleatória das refeições) não deverá exceder 45 minutos.
9. O procedimento total – do recebimento da alimentação entregue pela empresa à entrega da última refeição aos detentos – não poderá ultrapassar 01h30.

IX- DA HABILITAÇÃO

Para fins de contratação, será exigida do licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital.

1. REGULARIDADE JURÍDICA:

- 1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais, das declarações constantes em anexo do Edital e do contrato.
- 1.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(s) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.
- 1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais ou cooperativas e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

2.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Estaduais da sede do licitante e de Minas Gerais; bem como a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

2.3.1. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser solicitada pelo site www.fazenda.mg.gov.br.

2.4. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

2.7. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

2.8. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal.

2.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de pequena empresa, assegurar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a pequena empresa for declarada vencedora do certame, para a devida e necessária regularização.

2.8.2. O prazo previsto no item 2.8.1 poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e expressamente autorizado pela Administração.

2.8.3. A não regularização da documentação, no prazo deste item implicará a decadência do direito à contratação.

3. Qualificação Econômico-Financeira:

3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

3.2. Apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, ou balanço de abertura - no caso de empresa recém-constituída -, que comprovem a boa situação financeira da empresa, de forma que a mesma demonstre disponibilidade de caixa para honrar





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

os compromissos assumidos com a Administração Pública. É vedada a substituição daqueles documentos por balancetes ou balanços provisórios, mas admitida a sua atualização por índices oficiais.

3.2.1. Utilizar o cálculo do capital circulante líquido, ou outros índices, como os de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, de modo a demonstrar a situação financeira da empresa e se esta terá recursos suficientes para cumprir as obrigações assumidas com a Administração.

3.3. No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do Último Exercício;

3.4. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar, conjuntamente com a Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último Exercício, a ficha de inscrição estadual na qual constante a opção pelo Simples Nacional, podendo a Pregoeira, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: [HTTP://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/](http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/).

4. Qualificação Técnica:

4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em quantidade (pelo menos 50% do quantitativo licitado), características e prazos iguais ao objeto da licitação. A referida comprovação se dará com a apresentação de 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, com no mínimo 1 (um) ano concluso de prestação de serviço, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN -, que comprove a aptidão para desempenho a contento de fornecimento de refeições e/ou lanches.

4.1.1. O atestado de capacidade técnica será analisado apenas mediante apresentação de Certificado de Registro e Quitação (CRQ) atualizado e dentro do prazo de validade, conforme a Resolução CFN nº 378/2005, e de Atestado de Responsabilidade Técnica válido.

4.1.2. O atestado de capacidade técnica deverá ter sido registrado no mesmo Conselho Regional que emitiu a CRQ, nos termos da Resolução CFN nº 510/2012.

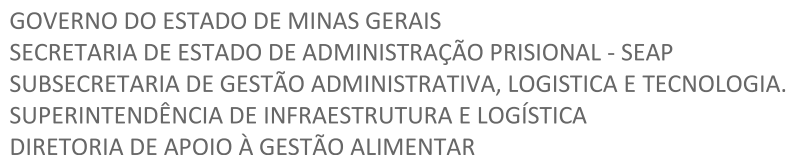
4.1.3. Considera-se desempenho técnico a apresentação de atestado que comprove o fornecimento de um número diário de refeições e/ou lanches compatível com o objeto licitado.

4.1.4. Caso tenha havido alteração das informações cadastrais da CRQ e/ou no Atestado de Responsabilidade Técnica, a empresa deverá apresentar o protocolo de solicitação de alteração/atualização junto ao CRN, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar deste, apresente tais documentações atualizadas.

4.2. Demais documentos exigidos nos itens XIII, XIV e XVI para cada item do objeto, quando ali discriminado, em formato excel.

4.3. A licitante deverá apresentar Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da empresa de que possui em seu quadro permanente, pelo menos um profissional de nível superior em nutrição, responsável técnico pelos serviços a serem prestados durante toda a execução do contrato, com o devido registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN), cuja comprovação de vínculo profissional poderá se dar mediante cópia do Contrato





4.4. Registro ou inscrição válido e atualizado na entidade profissional competente (Podendo ser considerada a Certidão de Nada Consta).

5.1. Declaração de que o licitante não é declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual, conforme modelo contido em anexo do Edital.

5.2. Declaração de que o licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei, conforme modelo contido em anexo do Edital.

5.3. Declaração de que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, conforme modelo contido em anexo do Edital.

6.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral – Cadastramento (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá apresentá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que o documento do CRC esteja com a validade em vigor. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, este não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

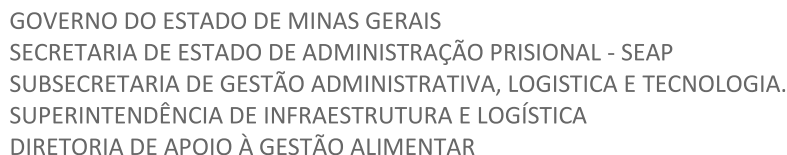
6.1.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

6.2. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pela Pregoeira ou por membro de sua equipe de apoio, no momento da análise dos documentos de habilitação.

6.2.1. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

6.2.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

6.3. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.



1. O pagamento referente ao fornecimento a cada unidade prisional será providenciado, separadamente, após a apresentação da “Grade Mensal do Fornecedor de Refeições” e “Espelho de Nota Fiscal” contendo código validador gerado através do Sistema de Gerenciamento de Alimentação (SIGA).

1.2. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.

3. A validação/emissão de Notas Fiscais referente ao objeto desta contratação, inclusive aquelas emitidas eletronicamente, deverão ser processadas pelo módulo de Fatura Eletrônica - e Fatura, disponibilizado no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD, disponível no sítio www.compras.mg.gov.br.

3.2. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.

4. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

5. Informações complementares e orientações operacionais a respeito do faturamento eletrônico serão fornecidas pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3303 7995 (para outras localidades e celular).

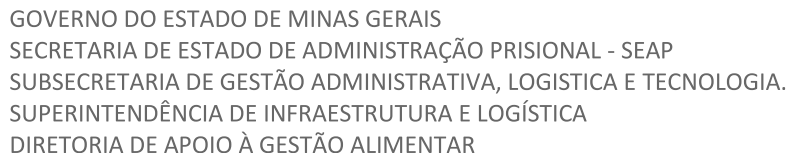
6. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s): **1451.06.421.208.4601.0001.339039.03.0.10.1.**

7. As dietas especiais, quando concedidas, em casos de aporte calórico, deverão ser pagas conforme valores aproximados das refeições/lanches já previstas em contrato.

1. Competências da Diretoria de Apoio à Gestão Alimentar:

A Diretoria de Apoio à Gestão Alimentar tem como competência auxiliar os gestores e ordenadores nas atividades relacionadas à contratação e fiscalização de serviço de alimentação das unidades prisionais, com atribuições de:

1.1. Auxiliar na instrução dos procedimentos de compra, nas prorrogações contratuais e no acompanhamento da execução financeira referentes à gestão alimentar;



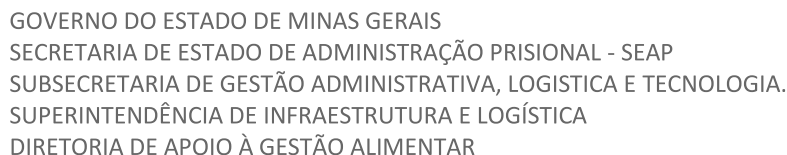
- 1.2. Orientar os gestores quanto às demandas referentes aos contratos de serviço de alimentação;
- 1.3. Padronizar a qualidade da alimentação, promover a fiscalização periódica das instalações das unidades de alimentação e nutrição e orientar os gestores quanto às demandas referentes à alimentação e nutrição vinculadas ao contrato.

A fiscalização e o acompanhamento da fiscalização deste Contrato ser exercidos pelo(a) Diretor(a) das Unidades: **Lote 204 – Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa**, ora denominado(a) Gestor (a), competindo-lhe anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, bem como determinar as providências para regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos da Resolução SEDS nº 1.195/2011, cabendo-lhe ainda:

- 2.1. Realizar a conferência diária do quantitativo de refeições fornecidas aos comensais, mantendo o registro por tipo de refeição servida no Sistema de Gerenciamento de Alimentação (SIGA).
- 2.2. Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica no Sistema de Gerenciamento de Alimentação (SIGA).
- 2.3. Aprovar as faturas de prestação de serviços somente em relação às refeições e aos lanches efetivamente fornecidos.
- 2.4. Validar a “Grade Mensal do Fornecimento de Refeições” e o “Espelho de Nota Fiscal” no Sistema de Gerenciamento de Alimentação (SIGA), verificando e ratificando de acordo com os quantitativos de refeições e lanches efetivamente fornecidos.
- 2.5. Ter acesso, a qualquer tempo, a todas as dependências da CONTRATADA, gestor e fiscalização da CONTRATANTE, podendo:
 - 2.5.1. Examinar a qualidade dos gêneros alimentícios, solicitando a substituição imediata de gêneros e/ou alimentos que apresentem condições impróprias para consumo.
 - 2.5.2. Verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos e utensílios.
 - 2.5.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, cuja ocorrência não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE.
- 2.6. Rejeitar no todo ou em parte o fornecimento de refeições e lanches, se consideradas em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

- 1.1. Advertência por escrito;
- 1.2. Multa, conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº. 45.902/2012;
 - 1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - 1.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso



1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93 e o art. 38, IV, do Decreto Estadual nº 45.902/2012:

2.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

2.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

2.3. Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

2.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

2.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

2.6. Prestação de serviço de baixa qualidade.

3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 1.

4. A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

5. As sanções relacionadas nos itens 1.3 e 1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:

5.1. Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

5.2. Apresentar declaração ou documentação falsa;

5.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

5.4. Não manter a proposta;

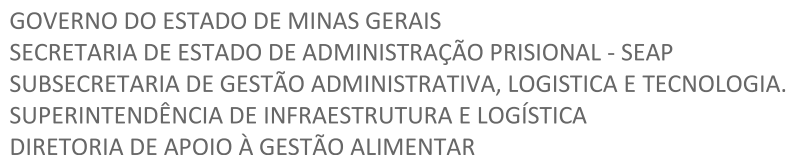
5.5. Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;

5.6. Comportar-se de modo inidôneo;

5.7. Cometer fraude fiscal.

6. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

7. As sanções relacionadas nos itens 1.3 e 1.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.



Fichas técnicas a serem preenchidas de acordo com as incidências das preparações previstas no edital. Ao preencher as fichas técnicas a empresa que desejar poderá aumentar o número de linhas para adicionar mais receitas à ficha técnica, desde que siga as incidências descritas para cada tipo de preparação no edital.

Ficha técnica – Carnes bovinas						
Receita	Componentes	Per capita in natura	Preço kg	Custos	Custo receita	Incidência mensa
Preparações com miolo de pá						2
Preparações com músculo e acém						2
Preparações com fraldinha						2
Preparações com costela						1
Preparações com chã de fora						2



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

Ficha técnica – Ovos						
Receita	Componentes	Per capita in natura	Preço kg	Custos	Custo receita	Incidência mensal
Preparação 1						2
Preparação 2						

Ficha técnica – Carnes Suínas						
Receita	Componentes	Per capita in natura	Preço kg	Custos	Custo receita	Incidência mensal
Preparações com copa lombo						2
Preparações pertences feijoada						2
Preparações com pernil						1

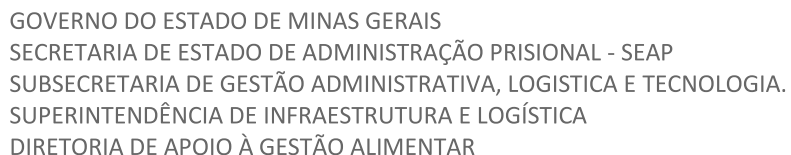




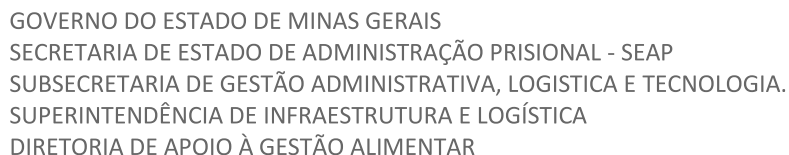
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

Ficha técnica – Aves						
Receita	Componentes	Per capita in natura	Preço kg	Custos	Custo receita	Incidência mensal
Preparações com coxa e sobrecoxa ao molho						1
Preparações com coxa e sobrecoxa assada						2
Preparações com filé de peito grelhado/frito						4
Preparações com filé de peito strogonoff						2





Ficha técnica – Embutidos						
Receita	Componentes	Per capita in natura	Preço kg	Custos	Custo receita	Incidência mensal
Preparação com Linguiça						1
Preparação com Hambúrguer						1
Preparação com Steak						1
Preparação com Almôndega						1
Preparação com Salsicha						1

34



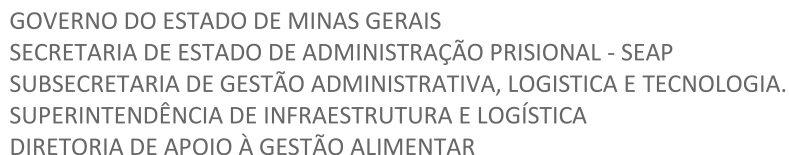
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

Ficha técnica – Guarnição - Diversos						
Receita	Componentes	Per capita in natura	Preço kg	Custos	Custo receita	Incidência mensal
Preparação 1						14
Preparação 2						

Ficha técnica – Guarnição – Farináceos						
Receita	Componentes	Per capita in natura	Preço kg	Custos	Custo receita	Incidência mensal
Preparação com Angu/Polenta						2
Preparação com Farofa/Virado						6

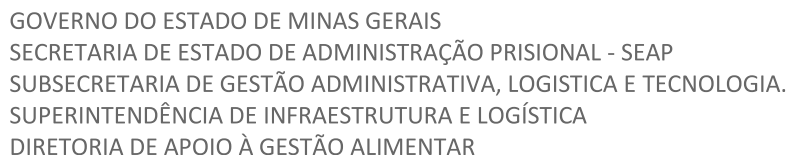
Ficha técnica - Guarnição – Massas						
Receita	Componentes	Per capita in natura	Preço kg	Custos	Custo receita	Incidência mensal
Preparação com Macarrão						7
Preparação com Lasanha						1





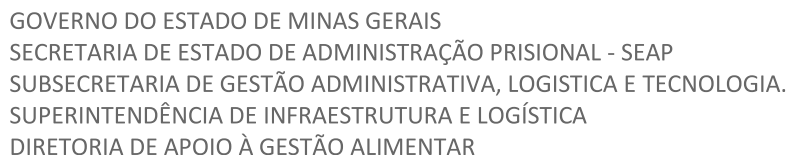
Ficha técnica – sobremesas / frutas					
Fruta	Per capita in natura	Preço kg	Custos	Per capita da porção	Incidência mensal
Banana					6
Laranja					4
Maça					2
Mamão					1
Melancia					1

36



Ficha técnica – lanche da tarde						
Receita	Componentes	Per capita in natura	Preço KG/L	Custos	Custo receita	Incidência
Pão com margarina						30
Bebida (escrever)						

Ficha técnica – Frutas Jantar					
Fruta	Per capita in natura	Preço kg	Custos	Per capita da porção	Incidência mensal
Banana					12
Laranja					7
Maça					5
Mamão					3
Melancia					3



Custo alimentar per capita		
Item	Valor	Valor total
Almoço		
Arroz		
Feijão		
Prato principal		
Guarnição		
Salada		
Sobremesa		
Jantar		
Arroz		
Feijão		
Prato principal		
Guarnição		
Fruta		
Desjejum		
Café		
Leite		
Pão com Margarina		
Lanche da tarde		
Bebida (escrever)		
Pão com Margarina		
Lanche noturno		
Café		
Leite		
Pão com Margarina		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Itens	Servidor Com ICMS	Servidor Sem ICMS	Sentenciado sem ICMS
Custo alimentar			
Descartáveis			
Descartáveis para preparo			
Mão de obra			
Material de limpeza			
Área Física			
Equipamentos			
Utensílios			
Água e esgoto			
Energia elétrica (kW dia)			
Gás (Kg)			
Controle de pragas			
Análise Microbiológica			
Despesas com transportes			
Uniformes e Equipamentos de proteção individual			
Subtotal			
Benefícios e despesas indiretas	Benefícios		
	Despesas administrativas		
	Despesas fiscais		
TOTAL			
Desjejum			
Almoço			
Lanche			
Jantar			
Plantão			
TOTAL			

Mão de obra					
Especificação de mão de obra, uniformes e salários					
Cargo	Quantidade	Salário	Sub-total 1	Encargos Sociais	Massa Salarial
Total					

Despesas fiscais		
Impostos	Percentual	Valor

OBS: As planilhas deverão ser enviadas em formato Excel, preenchidas com valores per capita, podendo-se utilizar quatro casas decimais.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

XIV- QUANTITATIVOS DE FORNECIMENTO

> Quantitativos Anuais Previstos de Consumo de cada unidade (responsável pelo preenchimento).

PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI											
UNIDADE I											
PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI				QUANTIDADE				SENTENCIADOS/DESCENTRALIZADO			
				SEMANAL				Custo	Número	Custo	
Item	Quantidade	Valor unitário	Custo diário	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo	Total	Semanal	Semanas	Anual	
Desjejum	920		R\$ -	4600	920	920	6440	R\$ -	52	R\$ -	
Almoço	920		R\$ -	4600	920	920	6440	R\$ -	52	R\$ -	
Lanche	920		R\$ -	4600	920	920	6440	R\$ -	52	R\$ -	
Jantar	920		R\$ -	4600	920	920	6440	R\$ -	52	R\$ -	
		R\$ -	R\$ -					R\$ -	364 dias	R\$ -	
									1 dia	R\$ -	
									365 dias	R\$ -	

SEM ICMS											
PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI											
PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI				QUANTIDADE				FUNCIONÁRIOS/DESCENTRALIZADO			
				SEMANAL				Custo	Número	Custo	
Item	Quantidade	Valor unitário	Custo diário	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo	Total	Semanal	Semanas	Anual	
Desjejum	30		R\$ -	150	30	30	210	R\$ -	52	R\$ -	
Almoço	80		R\$ -	400	30	30	460	R\$ -	52	R\$ -	
Lanche	80		R\$ -	400	30	30	460	R\$ -	52	R\$ -	
Jantar	30		R\$ -	150	30	30	210	R\$ -	52	R\$ -	
Plantão	30		R\$ -	150	30	30	210	R\$ -	52	R\$ -	
		R\$ -	R\$ -					R\$ -	364 dias	R\$ -	
									1 dia	R\$ -	
									365 dias	R\$ -	

COM ICMS											
PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI											
PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI				QUANTIDADE				FUNCIONÁRIOS/DESCENTRALIZADO			
				SEMANAL				Custo	Número	Custo	
Item	Quantidade	Valor unitário	Custo diário	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo	Total	Semanal	Semanas	Anual	
Desjejum	30		R\$ -	150	30	30	210	R\$ -	52	R\$ -	
Almoço	80		R\$ -	400	30	30	460	R\$ -	52	R\$ -	
Lanche	80		R\$ -	400	30	30	460	R\$ -	52	R\$ -	
Jantar	30		R\$ -	150	30	30	210	R\$ -	52	R\$ -	
Plantão	30		R\$ -	150	30	30	210	R\$ -	52	R\$ -	
		R\$ -	R\$ -					R\$ -	364 dias	R\$ -	
									1 dia	R\$ -	
									365 dias	R\$ -	
										CUSTO ANUAL TOTAL SEM ICMS	R\$ -
										CUSTO ANUAL TOTAL COM ICMS	R\$ -

Considerando que as refeições servidas (desjejum, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche noturno) aos servidores e presos são iguais, os valores constantes na planilha da proposta comercial deverão ser os mesmos. Desjejum e lanche noturno também devem ter o valor igual.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO ALIMENTAR

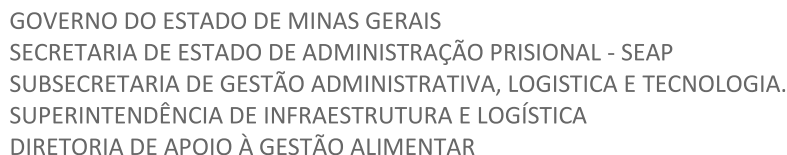
UNIDADE II											
PRESÍDIO DE RESENDE COSTA				QUANTIDADE				SENTENCIADOS/DESCENTRALIZADO			
				SEMANAL				Custo	Número	Custo	
Item	Quantidade	Valor unitário	Custo diário	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo	Total	Semanal	Semanas	Anual	
Desjejum	69	R\$ -	R\$ -	345	69	69	483	R\$ -	52	R\$ -	
Almoço	60	R\$ -	R\$ -	300	69	69	438	R\$ -	52	R\$ -	
Lanche	60	R\$ -	R\$ -	300	69	69	438	R\$ -	52	R\$ -	
Jantar	69	R\$ -	R\$ -	345	69	69	483	R\$ -	52	R\$ -	
		R\$ -	R\$ -					R\$ -	364 dias	R\$ -	
									1 dia	R\$ -	
									365 dias	R\$ -	

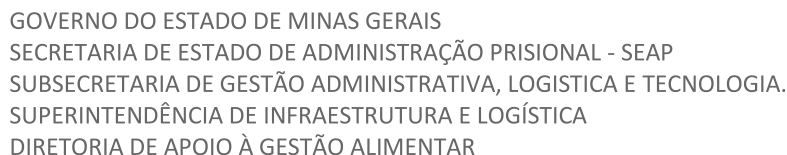
SEM ICMS											
PRESÍDIO DE RESENDE COSTA				QUANTIDADE				FUNCIONÁRIOS/DESCENTRALIZADO			
				SEMANAL				Custo	Número	Custo	
Item	Quantidade	Valor unitário	Custo diário	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo	Total	Semanal	Semanas	Anual	
Desjejum	7	R\$ -	R\$ -	35	7	7	49	R\$ -	52	R\$ -	
Almoço	14	R\$ -	R\$ -	70	7	7	84	R\$ -	52	R\$ -	
Lanche	14	R\$ -	R\$ -	70	7	7	84	R\$ -	52	R\$ -	
Jantar	7	R\$ -	R\$ -	35	7	7	49	R\$ -	52	R\$ -	
Plantão	7	R\$ -	R\$ -	35	7	7	49	R\$ -	52	R\$ -	
		R\$ -	R\$ -					R\$ -	364 dias	R\$ -	
									1 dia	R\$ -	
									365 dias	R\$ -	

UNIDADE II											
COM ICMS											
PRESÍDIO DE RESENDE COSTA				QUANTIDADE				FUNCIONÁRIOS/DESCENTRALIZADO			
				SEMANAL				Custo	Número	Custo	
Item	Quantidade	Valor unitário	Custo diário	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo	Total	Semanal	Semanas	Anual	
Desjejum	7	R\$ -	R\$ -	35	7	7	49	R\$ -	52	R\$ -	
Almoço	14	R\$ -	R\$ -	70	7	7	84	R\$ -	52	R\$ -	
Lanche	14	R\$ -	R\$ -	70	7	7	84	R\$ -	52	R\$ -	
Jantar	7	R\$ -	R\$ -	35	7	7	49	R\$ -	52	R\$ -	
Lanche Noturno	7	R\$ -	R\$ -	35	7	7	49	R\$ -	52	R\$ -	
		R\$ -	R\$ -					R\$ -	364 dias	R\$ -	
									1 dia	R\$ -	
									365 dias	R\$ -	
CUSTO ANUAL TOTAL SEM ICMS										R\$ -	
CUSTO ANUAL TOTAL COM ICMS										R\$ -	
CUSTO ANUAL TOTAL DO LOTE 204 SEM ICMS										R\$ -	
CUSTO ANUAL TOTAL DO LOTE 204 COM ICMS										R\$ -	

Considerando que as refeições servidas (desjejum, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche noturno) aos servidores e presos são iguais, os valores constantes na planilha da proposta comercial deverão ser os mesmos. Desjejum e lanche noturno também devem ter o valor igual.



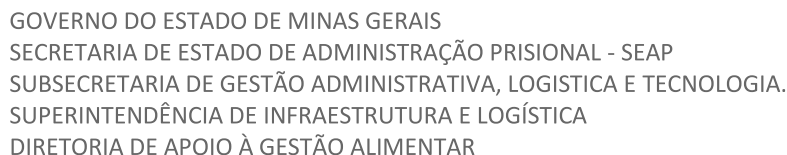




PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI										
UNIDADE I										
PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI				QUANTIDADE				SENTENCIADOS/DESCENTRALIZADO		
				SEMANAL				Custo	Número	Custo
Item	Quantidade	Valor unitário	Custo diário	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo	Total	Semanal	Semanas	Anual
Desjejum	920	R\$ 1,65	R\$ 1.518,00	4600	920	920	6440	R\$ 10.626,00	52	R\$ 552.552,00
Almoço	920	R\$ 6,00	R\$ 5.520,00	4600	920	920	6440	R\$ 38.640,00	52	R\$ 2.009.280,00
Lanche	920	R\$ 1,01	R\$ 929,20	4600	920	920	6440	R\$ 6.504,40	52	R\$ 338.228,80
Jantar	920	R\$ 4,64	R\$ 4.268,80	4600	920	920	6440	R\$ 29.881,60	52	R\$ 1.553.843,20
		R\$ 13,30	R\$ 12.236,00					R\$ 85.652,00	364 dias	R\$ 4.453.904,00
									1 dia	R\$ 12.236,00
									365 dias	R\$ 4.466.140,00

SEM ICMS										
PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI				QUANTIDADE				FUNCIONÁRIOS/DESCENTRALIZADO		
				SEMANAL				Custo	Número	Custo
Item	Quantidade	Valor unitário	Custo diário	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo	Total	Semanal	Semanas	Annual
Desjejum	30	R\$ 1,65	R\$ 49,50	150	30	30	210	R\$ 346,50	52	R\$ 18.018,00
Almoço	80	R\$ 6,00	R\$ 480,00	400	30	30	460	R\$ 2.760,00	52	R\$ 143.520,00
Lanche	80	R\$ 1,01	R\$ 80,80	400	30	30	460	R\$ 464,60	52	R\$ 24.159,20
Jantar	30	R\$ 4,64	R\$ 139,20	150	30	30	210	R\$ 974,40	52	R\$ 50.668,80
Plantão	30	R\$ 1,65	R\$ 49,50	150	30	30	210	R\$ 346,50	52	R\$ 18.018,00
		R\$ 14,95	R\$ 799,00					R\$ 4.892,00	364 dias	R\$ 254.384,00
									1 dia	R\$ 799,00
									365 dias	R\$ 255.183,00

COM ICMS											
PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI				QUANTIDADE				FUNCIONÁRIOS/DESCENTRALIZADO			
				SEMANAL				Custo	Número	Custo	
Item	Quantidade	Valor unitário	Custo diário	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo	Total	Semanal	Semanas	Annual	
Desjejum	30	R\$ 1,80	R\$ 54,00	150	30	30	210	R\$ 378,00	52	RS	19.656,00
Almoço	80	R\$ 6,54	R\$ 523,20	400	30	30	460	R\$ 3.008,40	52	RS	156.436,80
Lanche	80	R\$ 1,10	R\$ 88,00	400	30	30	460	R\$ 506,00	52	RS	26.312,00
Jantar	30	R\$ 5,07	R\$ 152,10	150	30	30	210	R\$ 1.064,70	52	RS	55.364,40
Plantão	30	R\$ 1,80	R\$ 54,00	150	30	30	210	R\$ 378,00	52	RS	19.656,00
		R\$ 16,31	R\$ 871,30					R\$ 5.335,10	364 dias	RS	277.425,20
									1 dia	RS	871,30
									365 dias	RS	278.296,50
								CUSTO ANUAL TOTAL SEM ICMS		RS	4.721.323,00
								CUSTO ANUAL TOTAL COM ICMS		RS	4.744.436,50



COM ICMS											
PRESÍDIO DE RESENDE COSTA				QUANTIDADE				FUNCIONÁRIOS/DESCENTRALIZADO			
				SEMANAL				Custo	Número	Custo	
Item	Quantidade	Valor unitário	Custo diário	Segunda a Sexta	Sábado	Domingo	Total	Semanal	Semanas	Anual	
Desjejum	7	R\$ 1,80	R\$ 12,60	35	7	7	49	R\$ 88,20	52	R\$ 4.586,40	
Almoço	14	R\$ 6,54	R\$ 91,56	70	7	7	84	R\$ 549,36	52	R\$ 28.566,72	
Lanche	14	R\$ 1,10	R\$ 15,40	70	7	7	84	R\$ 92,40	52	R\$ 4.804,80	
Jantar	7	R\$ 5,07	R\$ 35,49	35	7	7	49	R\$ 248,43	52	R\$ 12.918,36	
Lanche Noturno	7	R\$ 1,80	R\$ 12,60	35	7	7	49	R\$ 88,20	52	R\$ 4.586,40	
		R\$ 16,31	R\$ 167,65					R\$ 1.066,59	364 dias	R\$ 55.462,68	

CUSTO ANUAL TOTAL SEM ICMS	R\$ 33.050,55
CUSTO ANUAL TOTAL COM ICMS	R\$ 369.498,53
CUSTO ANUAL TOTAL DO LOTE 204 SEM ICMS	R\$ 5.090.821,53
CUSTO ANUAL TOTAL DO LOTE 204 COM ICMS	R\$ 5.118.560,84
CUSTO TOTAL DO LOTE 204 SEM ICMS 2 ANOS	R\$ 10.181.643,06
CUSTO TOTAL DO LOTE 204 COM ICMS 2 ANOS	R\$ 10.237.121,68



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
SUBSECRETARIA DE HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE TRABALHO E ENSINO
DIRETORIA DE TRABALHO E PRODUÇÃO

Nº DE PROTOCOLO: **TERMO DE COMPROMISSO CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SUA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP, E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

XXXX° TC

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio de sua **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL**, inscrita no CNPJ 05.487.631/0001-09, com sede em Belo Horizonte - MG, na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 - 4º andar, representada pelo(a) **DIRETOR DE TRABALHO E PRODUÇÃO GUILHERME AUGUSTO ALVES LIMA**, portador da Carteira de Identidade: 12.414.850, SSP/MG e CPF: 016.590.166-73, e **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, tendo sua sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nº **XXXX**, no Bairro **XXXXXXXXXXXX**, Cidade de **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste instrumento representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXX**, e CPF **XXXXXXXXXX**, a seguir denominado **PARCEIRO**, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, que será redigido pela Lei Federal 8.666/93 suas modificações subseqüentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Compromisso a viabilização de procedimentos destinados à profissionalização, capacitação, qualificação e ressocialização de presos do Sistema Prisional de Minas Gerais, com o aproveitamento da mão-de-obra dos presos reclusos na Unidade Prisional: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada em **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para prestação de serviços **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

Parágrafo Único: Este Termo de Compromisso atende ao disposto nas Leis de Execução Penal Federal e Estadual, e fundamenta-se na dignidade da pessoa humana, conforme determina o art. 1º, III da CF/88.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Compromisso é de XX (XXXXX) meses, a contar da data de sua assinatura.

Parágrafo Único: O Termo de Compromisso poderá ser aditado, no interesse dos partícipes, mediante proposta a ser apresentada, com as devidas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GESTÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

A gestão do presente Termo de Compromisso será de responsabilidade do(a) Diretor(a) Geral: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** da unidade: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, MASP: **XXXXXXXXXX**

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

Parágrafo Primeiro - Competirá a SEAP, por intermédio da Unidade Prisional e da SAPE:

- A - Disponibilizar as condições necessárias ao cumprimento do objeto deste Instrumento;
- B - Promover por meio da CTC (Comissão Técnica de Classificação) a seleção dos presos;
- C - Pedir autorização judicial para o trabalho externo se necessário;
- D - Promover o repasse da remuneração relativa ao trabalho do preso, mensalmente;
- E - Emitir relatório sobre o trabalho dos internos ao final de cada mês a fim de remição de pena;
- F - Substituir o preso que faltar, opuser resistência, ou ser negligente ao desenvolvimento dos trabalhos.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
SUBSECRETARIA DE HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE TRABALHO E ENSINO
DIRETORIA DE TRABALHO E PRODUÇÃO**

Parágrafo Segundo - Competirá ao Parceiro:

- A - Indicar, oficialmente, o nome do técnico responsável para responder por esse instrumento junto à SEAP;
- B - Cumprir todas as normas e instruções relativas à segurança da Unidade Prisional;
- C - Capacitar os presos para o bom desempenho das atividades a serem desenvolvidas;
- D - Controlar a frequência, as atividades desenvolvidas e as horas trabalhadas dos presos;
- E - Acompanhamento das atividades de trabalho dos presos;
- F - Fornecer os uniformes, os equipamentos, as máquinas e utensílios, de sua responsabilidade, necessários e adequados para o bom andamento dos trabalhos e para o cumprimento do objeto deste instrumento;
- G - Assegurar a boa manutenção das estruturas a serem utilizadas, em se tratando de trabalho interno, nas dependências da Unidade Prisional;
- H - Ressarcir o Estado, pela utilização da infraestrutura da Unidade Prisional, inclusive no que tange aos gastos com o fornecimento de água e energia elétrica, assim como o valor referente à depreciação e eventuais danos causados a máquinas e equipamentos da Unidade Prisional, em se tratando de trabalho interno;
- I - Cumprir toda legislação pertinente à saúde e segurança no trabalho, disponibilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPI), necessários para o desempenho das atividades;
- J - Responder por danos, e indenizar o preso ou seus sucessores, em casos de acidentes de trabalho em decorrência das atividades prestadas na execução das tarefas pactuadas neste instrumento;
- K - Pagamento de seguro contra acidentes de trabalho, sendo facultada a escolha da seguradora, quando da realização do contrato entre a SEAP e a Seguradora licitada nos termos da lei, o pagamento será via DAE;
- L - Não terceirizar o objeto deste termo, total ou parcialmente, sem expressa autorização da SEAP.

Parágrafo Terceiro - Competirá ao Diretor da Unidade Prisional:

- A - Manter o número de presos acordado com o parceiro;
- B - Substituir os presos que forem desligados da parceria;
- C - Visitar o Parceiro mensalmente, para verificar as condições de trabalho e o uso corretos dos EPIs;

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO AOS PRESOS

A opção pactuada é de pagamento fixo de $\frac{3}{4}$ do salário mínimo vigente a época do pagamento.

Caberá ao Parceiro:

- a) Depositar, mensalmente, por meio de pagamento do Documento de Arrecadação Estadual - DAE até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o valor proporcional ao Ressarcimento sobre a remuneração dos presos em trabalho no objeto deste Instrumento.
- b) Depositar, mensalmente, por meio de pagamento do Documento de Arrecadação Estadual - DAE até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o valor proporcional do Pecúlio, cabendo à SEAP o repasse em conta judicial aos presos.
- c) Depositar, mensalmente, por meio de pagamento do Documento de Arrecadação Estadual - DAE até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o valor proporcional ao Líquido, cabendo à SEAP o repasse aos presos.

Parágrafo Primeiro:

O pagamento fixo de $\frac{3}{4}$ do salário mínimo vigente será de acordo com a jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, ficando autorizados descontos proporcionais às horas não trabalhadas na folha mensal de pagamento do preso.

Parágrafo Segundo:

Fica facultado ao Parceiro oferecer ao preso o benefício de cesta básica, sendo vedado que tal benefício seja em espécie.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
SUBSECRETARIA DE HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE TRABALHO E ENSINO
DIRETORIA DE TRABALHO E PRODUÇÃO

Parágrafo Terceiro:

Havendo atraso ou outra irregularidade nos pagamentos, estes ensejarão suspensão imediata das atividades laborais dos presos, sem prejuízo para as devidas medidas civis, administrativas e penais.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O presente Termo de Compromisso não contempla a transferência de recursos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS BENFEITORIAS

Todas as benfeitorias, obras, acessões e plantações realizadas em área de propriedade do Estado serão incorporadas ao patrimônio público, sendo vedado ao parceiro levá-las ao fim da relação.

Parágrafo Único:

Considera-se obra, toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por exceção direta ou indireta.

CLÁUSULA OITAVA - DA JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho do preso não será inferior a 6 (seis) horas e superior a 8 (oito) horas diárias, com descanso aos domingos e feriados, respeitando a carga horária máxima de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito e qualquer tempo pelos compromissos mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por inexecução total ou parcial de quaisquer suas cláusulas ou condições, ou por superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutáveis.

Parágrafo Único:

Constitui motivo para rescisão deste Termo de Compromisso, independentemente do instrumento de sua formalização a inadimplência de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constadas em desacordo com a Proposta de Parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE

Fica a SEAP desonerada de quaisquer obrigações assumidas pelo Parceiro, seja em caráter solidário ou subsidiário bem como eventuais danos ou depreciações no maquinário de propriedade do Parceiro.



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:27

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042754800000087050472>

Número do documento: 19101411042754800000087050472

Num. 88369103 - Pág. 65

ANEXO SEI 0026232249-0510026343647463 (2035SE91080.0160205290202060394pg.016590 / pg. 166



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
SUBSECRETARIA DE HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE TRABALHO E ENSINO
DIRETORIA DE TRABALHO E PRODUÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Para que este Termo de Compromisso atenda aos princípios legais da Administração Pública, o mesmo será publicado pela SEAP no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Os compromissários elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer causas e conflitos oriundos deste Instrumento.

E assim, ficam os compromissários convencionados a dar ampla divulgação a este Termo de Compromisso, bem como assiná-lo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, para fins e efeitos legais.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunha _____
Nome: _____
CPF: _____

Testemunha _____
Nome: _____
CPF: _____



**ESTADO DE MINAS GERAIS****SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL****Diretoria de Compras**

Versão v.15.02.2019.

SEAP/DCO

Belo Horizonte, 02 de abril de 2019.

ANEXO II – SUGESTÕES DE MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 13 DE DECRETO ESTADUAL Nº 47.437, de 2018

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos legais para sua categorização como _____, estando no rol descrito no item 4.3 deste edital, não havendo quaisquer impedimentos que a impeça de usufruir do tratamento favorecido diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresawww.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=4967043&infra_siste... 1/2

Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:27

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042754800000087050472>

Número do documento: 19101411042754800000087050472

Num. 88369103 - Pág. 67

ANEXO SEI - PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE MENORES (2035SEI1080.0160205290202060394pg.16790 / pg. 168

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Assinatura do Representante Legal da Empresa

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Lopes Cruz, Servidor(a) Público(a)**, em 05/04/2019, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4140244** e o código CRC **C043C3F4**.

SEI n° 4140244

Criado por 05873696632, versão 3 por 05873696632 em 03/04/2019 09:32:29.



**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL**

Rodovia Papa João Paulo II, 3777 - Edifício Minas - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-903

Versão v.15.02.2019.

Processo nº 1450.01.0019173/2019-89

ANEXO III**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº _____, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO DE REFEIÇÕES E LANCHES PRONTOS, NA FORMA TRANSPORTADA, ÀS UNIDADES PRISIONAIS: PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI E PRESÍDIO DE RESENDE COSTA, LOCALIZADAS EM SÃO JOÃO DEL REI/MG E RESENDE COSTA/MG, DESTINADA AOS PRESOS E AOS SERVIDORES PÚBLICOS A SERVIÇO NAS UNIDADES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - SEAP**, com sede na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, Edifício Minas – 5º andar, Bairro Serra Verde, na cidade de Belo Horizonte/Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 05.487.631/0001-09, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Subsecretário de Segurança Prisional, Sr. **RODRIGO MACHADO DE ANDRADE**, brasileiro, solteiro, residente em Belo Horizonte/MG, inscrito no CPF sob o nº 051.757.306-73 e Masp sob o nº 1.104.073-0, e pelo Subsecretário de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia, Sr. **WILSON GOMES DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, portador da Carteira de Identidade nº M 3.345.406, e inscrito no CPF sob o nº 665.364.486.34 com base na Resolução SEAP nº 001/16, de 01 de setembro de 2016, na Resolução SEAP nº 002/16, de 12 de setembro de 2016, na Resolução nº 05/2017 – GAB. SEAP, de 26 de abril de 2017, e na Resolução nº 23/2017 – GAB. SEAP, de 10 julho de 2017 e a empresa _____, endereço de correio eletrônico: _____; inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o

ww.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=4967194&infra_sist... 1/11



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:27

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042754800000087050472>

Número do documento: 19101411042754800000087050472

Num. 88369103 - Pág. 69

ANEXO SEI - 4140375-2019-89-0019173-43647463 (2035SEI1080.0160205290202060394pg.016990 / pg. 170

número _____, com sede na _____, neste ato representado pelo Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº _____, expedida pela _____, e CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico 46/2019**, que será regido pela Lei Federal 10.520/2002, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações, e pelo Decreto 47.087/2016, com suas alterações posteriores, aplicando-se ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviço para fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, **na forma transportada**, às Unidades Prisionais: **Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa**, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, destinada aos presos e aos servidores públicos a serviço nas Unidades, conforme especificações e detalhamentos consignados no Anexo I, parte integrante do Edital de Licitação, modalidade **Pregão Eletrônico nº 46/2019** e deste Contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº **46/2019** e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo do Edital, inclusive no tocante a prazos.

2.2. A contratação de serviço de fornecimento contínuo de refeições será realizada na forma **transportada**, entendida como sendo a preparação e distribuição de refeições nas dependências da CONTRATADA, ficando sob inteira responsabilidade da mesma a aquisição de equipamentos e a adequação das instalações às necessidades técnicas dos equipamentos e utensílios onde serão acondicionadas, preparadas e distribuídas as refeições, conforme descrito e especificado no Anexo I do Edital de Licitação **Pregão Eletrônico nº 46/2019** e do presente Instrumento.

2.3. A execução do objeto contratual deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Este contrato tem vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da publicação de seu extrato no órgão oficial de imprensa, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

3.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.1.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.1.3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

3.1.4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

3.1.5.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



3.1.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.7. Antes de completar 12 (doze) meses de execução da prestação do serviço, em prazo razoável, deverá a Administração realizar juízo técnico e econômico para comprovar a manutenção das condições de vantajosidade, inclusive verificando a projeção do valor a ser reajustado, bem como, comprovar a manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação.

3.1.8. Os preços reajustados não poderão ultrapassar o valor máximo para execução dos serviços no período, previsto no Caderno De Aquisição E Contratação De Serviços Para Fornecimento De Refeições.

3.1.9. Caso seja constatada a desvantajosidade técnica ou econômica, deverá ser realizada negociação com o contratado.

3.1.10. Não havendo anuência da empresa pelo preço de referência, deverá ser iniciado novo procedimento licitatório, concordando as partes, desde já, com a rescisão do vínculo contratual, sem direito a indenização, em 30 (trinta) dias contados da adjudicação do objeto naquele certame, dispensada notificação prévia.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____) conforme proposta vencedora detalhada nos autos do processo SEI nº _____.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária, e daquelas que vierem a substituí-las:

1451.06.421.208.4601.0001.339039.03.0.10.1

5.2. Nos exercícios seguintes, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento pelo serviço de fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, destinado aos presos e aos servidores públicos a serviço nas Unidades, na forma **transportada**, será efetuado na forma do art. 40, XIV, “a” da [Lei Federal 8.666/93](#), em parcelas mensais e consecutivas, por crédito na conta corrente da Contratada, em um dos bancos que o fornecedor indicar, através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, de 30 (trinta) dias após apresentação das Notas Fiscais, que deverão ser encaminhadas à Subsecretaria de Segurança Prisional, conforme sua solicitação, mediante comprovação da quitação mensal das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, de acordo com o art. 71, da [Lei Federal 8.666/93](#), observados o trâmites internos da Secretaria de Estado de Administração Prisional - SEAP.

6.2. A Superintendência de Planejamento, Orçamento e Finanças só providenciará o pagamento caso haja grade mensal e Nota Fiscal, devidamente assinadas por 2 (dois) funcionários responsáveis pelo recebimento das refeições e lanches, atestando que a CONTRATADA cumpriu o disposto no item 2.3 da Cláusula Segunda. Esses documentos deverão ser emitidos no 1º (primeiro)



dia útil do mês subsequente ao fornecimento de refeições e lanches prontos, bem como encaminhados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fornecimento da alimentação (refeições e lanches prontos), de acordo com modelo a ser fornecido pelo representante da Administração.

6.3. A CONTRATADA deverá especificar nas Notas Fiscais o valor correspondente ao número de refeições/lanches efetivamente fornecidos no mês de referência.

6.4. Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação do fornecimento, o(a) diretor(a) da Unidade Prisional, comunicará o fato à nutricionista da CONTRATADA, responsável pela UAN, que providenciará a substituição das refeições e/ou lanches, conforme previsto nos subitens 9; 10; 32 e 33 do Item VII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, do Anexo I do Edital **Pregão Eletrônico nº 46/2019**.

6.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

6.6. A CONTRATANTE não arcará com eventuais acréscimos estabelecidos nas Notas Fiscais que não estiverem previstos neste Instrumento.

6.7. A CONTRATADA deverá informar na Nota Fiscal o nome e o número do banco, a Agência e a Conta Corrente para crédito do pagamento, além do nome da Unidade Prisional e o número deste Contrato.

6.8. Em caso de não aprovação da Nota Fiscal por motivo de incorreção, rasura ou imprecisão, a mesma será devolvida à Contratada para a devida regularização, caso em que os prazos referidos no “caput” e na Cláusula Quinta começarão a fluir a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente regularizada.

6.9. Junto à Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar, ainda, as guias de recolhimento GFIP e GPS dos empregados fixos e alocados na execução dos serviços, devidamente quitadas, referentes ao mês anterior ao da emissão da Nota Fiscal.

6.10. Se não forem apresentados os documentos mencionados nesta Cláusula, será suspenso o pagamento até a regularização das pendências, podendo a Contratante instaurar Processo Administrativo que poderá ocasionar a rescisão da avença na hipótese reiterada da falha.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas ou do orçamento a que a contratação se referir.

7.2. Ultrapassado este lapso, o valor poderá ser reajustado, observado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo, realizado mediante apostila.

7.3. A apuração do índice acumulado de reajuste será pelo período de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial deste período o **mês anterior** ao mês da data-limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que a contratação se referir.

7.4. O direito a que se refere o 7.2 desta cláusula deverá ser efetivamente exercido até 30 (trinta) dias antes de completar o prazo previsto no caput, sob pena de preclusão.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização e o acompanhamento da fiscalização deste Contrato será exercida **pelo(a) Diretor(a) das Unidades: Lote 204 – Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa, ora denominados(as) Gestores (as)**, competindo-lhe anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, bem como determinar as providências



para regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos da Resolução SEDS nº 1.195/2011, cabendo-lhe ainda:

- 8.1.1. Realizar a conferência diária do quantitativo de refeições fornecidas aos comensais, mantendo o registro por tipo de refeição servida no Sistema de Gerenciamento de Alimentação (SIGA).
 - 8.1.2. Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica no Sistema de Gerenciamento de Alimentação (SIGA).
 - 8.1.3. Aprovar as faturas de prestação de serviços somente em relação às refeições e aos lanches efetivamente fornecidos.
 - 8.1.4. Validar a “Grade Mensal do Fornecimento de Refeições” e o “Espelho de Nota Fiscal” no Sistema de Gerenciamento de Alimentação (SIGA), verificando e ratificando de acordo com os quantitativos de refeições e lanches efetivamente fornecidos.
- 8.2. A fiscalização da CONTRATANTE e o gestor terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências da CONTRATADA, podendo:
- 8.2.1. Examinar a qualidade dos gêneros alimentícios, solicitando a substituição imediata de gêneros e/ou alimentos que apresentem condições impróprias para consumo.
 - 8.2.2. Verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos e utensílios.
 - 8.2.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, cuja ocorrência não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE.
 - 8.2.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar no todo ou em parte o fornecimento das refeições e lanches, se consideradas em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

9. CLÁUSULA NONA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência e no Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 10.1.1. Fiscalizar a execução deste Contrato de forma permanente, dando o aceite nos serviços prestados a contento.
- 10.1.2. Comunicar à Superintendência quaisquer alterações na execução deste Contrato que possam gerar modificações em Cláusulas e condições.
- 10.1.3. Registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos detectados e comunicar, antes de expirada a vigência contratual as irregularidades à Diretoria de Contratos e Convênios caso as decisões e medidas corretivas ou sancionatórias a serem adotadas se situarem fora de seu âmbito de competência.
- 10.1.4. Decidir sobre eventuais alterações neste Contrato, nos limites permitidos por Lei, para melhor adequação de seu objeto.
- 10.1.5. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, a respeito da supressão ou acréscimo contratuais, encaminhando o respectivo Termo Aditivo para ser assinado.
- 10.1.6. Analisar e aprovar os cardápios elaborados pela CONTRATADA, assim como as eventuais alterações que se façam necessárias, a qualquer tempo.



10.1.7. Acompanhar diariamente o preparo das refeições, verificando o quantitativo através das medidas caseiras por refeição informada pela CONTRATADA, fornecido e separando, aleatoriamente, duas amostras, sendo:

10.1.7.1. Uma amostra destinada para degustação e verificação da apresentação, temperatura, composição e qualidade da alimentação fornecida;

10.1.7.2. Outra amostra destinada para eventual análise microbiológica, devendo, na ocasião, ser devidamente identificada (data e tipo da refeição – almoço ou jantar) e mantida sob refrigeração durante 72 (setenta e duas) horas.

10.1.8. Assegurar a gestão e/ou fiscalização dos serviços contratados, de forma a acompanhar a execução contratual, cabendo:

10.1.8.1. Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o cumprimento da execução do escopo contratado, verificando o cumprimento dos horários estabelecidos, as quantidades de refeições e descartáveis previstos, a compatibilidade com o cardápio estabelecido, registrando eventuais ocorrências.

10.1.8.2. Realizar a conferência diária do quantitativo de refeições fornecidas aos comensais, mantendo o registro por tipo de refeição servida.

10.1.9. Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica.

10.1.10. Aprovar as faturas de prestação de serviços das refeições efetivamente fornecidas, podendo reter somente o valor correspondente às refeições não aprovadas e rejeitadas, nos termos da Cláusula Quarta até a conclusão do Processo Administrativo instaurado para avaliação do ocorrido, o qual será encerrado com ato decisório da Autoridade competente sobre a incidência ou não da penalidade. Julgada procedente a justificativa apresentada, o valor retido será restituído à CONTRATADA, convertendo-se em penalidade caso seja considerada improcedente.

10.2. Sem prejuízo das disposições das Cláusulas deste Contrato e Anexos do Edital de Licitação **Pregão Eletrônico nº 46/2019**, e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, **constituem encargos específicos da CONTRATADA** pela prestação do serviço:

10.2.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato;

10.2.2. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.3. Cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, de seguro, higiene e segurança do trabalho, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas;

10.2.4. Observar as disposições legais que regulam o exercício de sua atividade como empresa legalmente habilitada para a prestação do serviço objeto deste Contrato;

10.2.5. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, envolvidos na execução do Contrato;

10.2.6. Assumir, relativamente a seus empregados e prepostos, todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, inclusive em caso de acidente de trabalho, ainda que verificados nas dependências da CONTRATANTE, os quais com esta não terão qualquer vínculo empregatício;



- 10.2.7. Responsabilizar-se pelas providências judiciais ou extrajudiciais para a solução das questões ligadas a danos causados a terceiros, por culpa ou omissão sua ou de seus prepostos, e tomá-las a seu próprio nome e às suas expensas;
- 10.2.8. Todas as ações trabalhistas, decorrentes da execução do Contrato que diretamente ou indiretamente responsabilizem a CONTRATANTE em seus processos, terão os valores destas ações judiciais glosados dos pagamentos das faturas em nome da CONTRATADA e suas respectivas liberações somente ocorrerão quando, judicialmente, a CONTRATANTE for excluída da lide pela Justiça desta responsabilidade;
- 10.2.9. Colaborar com a fiscalização da CONTRATANTE em qualquer fase de desenvolvimento deste Contrato, proporcionando-lhes assistência e facilidades necessárias ao exercício de suas funções;
- 10.2.10. Apresentar-se à CONTRATANTE sempre que solicitada, através do representante credenciado;
- 10.2.11. Participar de reuniões com a CONTRATANTE, sempre que convocado, acatando toda determinação que se refira à fiel e melhor execução do contrato;
- 10.2.12. Observar a programação dos serviços constantes do cronograma de trabalho e suas eventuais alterações;
- 10.2.13. Afastar, após notificação, todo empregado ou prestador de serviços que, a critério da CONTRATANTE, proceder de maneira desrespeitosa para com os empregados e clientes desta, além do público em geral, garantindo que o mesmo não seja remanejado para um outro serviço da CONTRATADA na CONTRATANTE;
- 10.2.14. Reforçar ou substituir os seus recursos de pessoal, equipamento e ferramentas, se for constatada a sua inadequação para realizar os serviços;
- 10.2.15. Responsabilizar-se integral e diretamente pelo serviço contratado e mencionado em quaisquer dos documentos que integram o presente termo de Contrato, nos termos da legislação vigente;
- 10.2.16. Emitir a Nota Fiscal, de acordo com o espelho fornecido pela Unidade, no primeiro dia útil do mês subsequente ao fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, e encaminhá-la à CONTRATANTE.
- 10.2.17. A Contratada deverá encaminhar para a Contratante, mensalmente, cópia da Guia de recolhimento do FGTS, do INSS, GFIP, a relação dos empregados da Unidade de Alimentação e Nutrição – UAN prestadora dos serviços contratados, e a Certidão Negativa de Débitos com o INSS e FGTS.
- 10.2.18. A Contratada deverá apresentar e manter em local de fácil acesso a Metodologia de Execução das Refeições e lanches prontos.
- 10.2.19. **Manter com a CONTRATANTE endereço eletrônico devidamente atualizado.**

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

11.1. São prerrogativas da CONTRATANTE:

- 11.1.1. Modificar, unilateralmente, este Contrato, respeitando todos os direitos da CONTRATADA e os limites estabelecidos no §1º, do art. 65 da [Lei Federal 8.666/93](#);
- 11.1.2. Rescindir, unilateralmente, este Contrato, para melhor adequação às finalidades do interesse público;
- 11.1.3. Fiscalizar a execução deste Contrato, determinando mudanças em procedimentos, a fim de preservar a integridade, o teor nutritivo e o valor calórico da alimentação (refeições e lanches prontos), bem como os padrões de higiene e qualidade exigidos neste Instrumento;



11.1.4. Suspende, preventivamente, a execução do Contrato, por até 120 (cento e vinte) dias, na hipótese de risco à saúde dos presos e dos servidores públicos a serviço na Unidade, risco à ordem pública em função de descumprimento contratual, cabendo a imediata instauração de Processo Administrativo Punitivo para devida apuração dos fatos, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

11.1.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial deste ajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

12.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pelo Estado de Minas Gerais serão observadas as determinações que se seguem.

12.2. O Estado de Minas Gerais exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

12.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

12.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do contratante;

12.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

12.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

12.2.5. “prática obstrutiva” significa:

12.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do contratante ou outro órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

12.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do contratante ou outro órgão de Controle de investigar e auditar.

12.3. O Estado de Minas Gerais rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

12.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ANTINEPOTISMO

13.1. É vedado a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



14.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência e no **Manual de Sanções Administrativas**, anexo IV do Edital de Licitação, Pregão Eletrônico nº **46/2019**, , respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o disposto na [Lei 14.212, de 31 de janeiro de 2002](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15.2. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

15.3. Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos seguintes casos:

15.3.1. Pelo atraso na entrega das refeições;

15.3.2. Pelo descumprimento ou cumprimento irregular das Cláusulas contratuais;

15.3.3. Pela lentidão no cumprimento do Contrato, impossibilitando o fornecimento no prazo estabelecido;

15.3.4. Pelo atraso injustificado no fornecimento do objeto contratado;

15.3.5. Pela paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

15.3.6. Pela subcontratação total ou parcial do objeto, não sendo considerada, para tal fim, a manufatura dos pães.

15.3.7. Pelo não atendimento às determinações regulares da Autoridade designada pela Unidade para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;

15.3.8. Por prática reiterada de faltas na execução, anotadas pela CONTRATANTE;

15.3.9. Pela decretação de falência da empresa ou instauração de insolvência civil de sócio da empresa;

15.3.10. Pela dissolução da sociedade;

15.3.11. Pela alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

15.3.12. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade máxima da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no Processo Administrativo a que se refere este Contrato;

15.3.13. A CONTRATANTE poderá valer-se das prerrogativas instituídas pelo art. 80, da [Lei Federal 8.666/93](#), sem prejuízo da aplicação de qualquer das sanções previstas neste Contrato e na legislação aplicável.

15.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

15.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.6.3. Indenizações e multas.



15.7. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.8. As partes entregarão, no momento da rescisão, a documentação e o material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

15.9. No procedimento que visar à rescisão do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, inclusive a suspensão da execução do objeto.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

16.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS.**

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – TOLERÂNCIA**

18.1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, alteração contratual.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

19.1. A publicação do extrato do presente instrumento, no órgão oficial de imprensa de Minas Gerais, correrá a expensas da CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/1993.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.



RODRIGO MACHADO DE ANDRADE

Subsecretário de Segurança Prisional

WILSON GOMES DA SILVA JÚNIOR

Subsecretário de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente por **Daniele Lopes Cruz, Servidor(a) Público(a)**, em 05/04/2019, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4140375** e o código CRC **6EB4AB54**.

Referência: Processo nº 1450.01.0019173/2019-89

SEI nº 4140375

Criado por [05873696632](#), versão 32 por [05873696632](#) em 05/04/2019 10:58:25.



MANUAL DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

8.666/1993 e também no artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002. Por outro lado, essas disposições carecem de um caminho na direção da uniformidade, da padronização e maior transparência quando de sua aplicação.

A Administração Pública ao analisar os processos administrativos punitivos além de observar os instrumentos normativos vigentes, deverá, nessa medida, integrar a legislação de modo a garantir a aplicação das sanções administrativas de forma equânime, primando pela observância do princípio da isonomia, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Assim, este manual tem por objetivo estabelecer parâmetros e critérios para que os servidores da Secretaria de Estado de Administração Prisional possam ser orientados na aplicação de sanções administrativas por descumprimento contratual ou inexecução do objeto por parte do licitante ou do contratado.

DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual;

Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001. Que institui o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual;

Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008. Que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, nas formas presencial e eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;

Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o cadastro geral de fornecedores – CAGEF -, previsto no art. 34 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e regulamenta a Lei nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, que institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP;

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Resolução nº 01, de 13 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a Comissão Processante Permanente no âmbito da SEAP e dá outras providências; Resolução nº 49 GAB. SEAP, de 23 de outubro de 2017. Regulamenta o Processo Administrativo Punitivo para aplicação de sanções administrativas e inscrição de licitantes e contratados no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, no âmbito da Secretaria de Estado de Administração Prisional – SEAP.

DAS DEFINIÇÕES

Para fins deste manual, aplicam-se as seguintes definições: advertência escrita: sanção administrativa formalizada mediante comunicação formal, reservada para infrações leves e enquanto o contrato ainda estiver vigente, com indicação da infração normativa ou contratual e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção. Preferencialmente aplicada quando se tratar da primeira penalidade ou em ocorrência de que não decora situação gravosa ou que acarrete prejuízos à Administração;

antecedente: registro de sancionamento administrativo imposto pela SEAP, precedente no tempo em prazo não superior a 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado administrativo do PAP (Processo Administrativo Punitivo) até a data do cometimento da nova infração no mesmo contrato, excluído o caso de reincidência específica;

declaração de inidoneidade: sanção administrativa mais grave aplicável a quem tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos de licitação ou quando demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. Nesse caso, o infrator fica impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do contratante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que aquele ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso IV, do art.38, do Decreto 45.902/2012;

falta de igual natureza: refere-se à inobservância do mesmo dispositivo normativo ou contratual por parte de um mesmo infrator ou ainda quando a infração cometida embora previstas em dispositivos normativos distintos apresente características comuns;

infrator: toda aquela pessoa física ou jurídica que descumpre obrigações normativas ou contratuais; multa: sanção administrativa de natureza pecuniária considerada de grau médio, podendo ser aplicada em conjunto com as demais;

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

reincidência específica: ocorre quando o infrator repete falta de igual natureza, durante a execução do mesmo contrato, após o trânsito em julgado administrativo do PAP da infração anterior;

suspensão temporária: sanção administrativa grave em que o infrator fica impedido de participar de processos licitatórios e impedido de contratar com a Administração Pública, por prazo definido no art. 6º, da Lei nº 13.994, de 2001, e no art. 47 do Decreto nº 45.902/2012;

Impedimento de licitar: sanção administrativa grave, prevista na Lei nº 10.520/2003, em que o infrator fica impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, conseqüentemente, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

DAS SANÇÕES

O descumprimento total ou parcial das disposições contratuais, assim como o atraso injustificado na sua execução, poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas ao contratado, descritas a seguir:

Advertência;

Suspensão temporária;

Declaração de inidoneidade;

Impedimento de licitar; e

Multa.

No caso de ser a multa aplicada superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou se efetuar a cobrança por meio judicial.

As sanções previstas nas letras a, b, c e d poderão ser aplicadas cumulativamente com aquela prevista na letra e, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.

A sanção administrativa de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, cumprindo os requisitos estabelecidos na lei nº 8.666/93.

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

As sanções devem ser aplicadas mediante decisão fundamentada da SEAP, assegurando o direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal.

Da sanção de advertência

A critério da SEAP, a sanção de advertência será aplicada ao infrator que cometer infração classificada como leve e quando não houver reincidência específica.

Da sanção de suspensão temporária

A sanção de suspensão temporária poderá ser aplicada à infração classificada como grave, cumulativamente ou não a sanção de multa, e terá duração não superior a dois anos.

Da sanção de declaração de inidoneidade

A sanção de declaração de inidoneidade deve ser aplicada, cumulativamente ou não com a sanção de multa, a quem tenha sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação ou quando demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Da sanção de impedimento de licitar

A sanção de impedimento de licitar poderá ser aplicada, cumulativamente ou não com a sanção de multa, a quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo de seu cadastramento no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores.

Da sanção de multa

A multa pode ser imposta isoladamente ou em conjunto com outra sanção, não devendo ultrapassar o valor previsto em lei, respeitando os limites mínimos e máximos estabelecidos no contrato ou instrumento normativo aplicável à espécie.

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





5% (cinco por cento) quando houver, de forma imediata, a cessação da infração e a reparação total dos danos ao serviço;

Número do documento: 19101411042754800000087050472



Grave.

Número do documento: 19101411042754800000087050472



Quando da adoção de nova metodologia isso não acarretará na revisão de multa anteriormente aplicada, salvo quando a anterior não estiver em

Número do documento: 19101411042754800000087059472



Acesso em: 16 out. 2017. BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial da União da República do Brasil. Brasília, DF: 30 jul.2002. MINAS GERAIS. Constituição (1989). Constituição do Estado de Minas Gerais. 14 ed. Belo Horizonte, MG: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2011. MINAS GERAIS. Lei nº 14.184, de 30 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG: 01 fev. 2002. MINAS GERAIS. Lei nº 13.994, de 18 de setembro de 2001. Institui o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG: 19 set. 2001. MINAS GERAIS. Decreto nº 44.786, de 18 de abril de 2008. Contém o regulamento da modalidade de licitação denominado pregão, nas formas presencial e eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Diário Oficial do

Número do documento: 191014111042754000000087050472





- #### IV – DAS SANÇÕES PREVISTAS CONTRATUALMENTE

20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento/serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprios ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

Número do documento: 16101411042754000000087050472



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

V – CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES A fim de estabelecer a presente metodologia de cálculo, as obrigações legais e contratuais assumidas pelos contratados foram classificadas, como se, em tese, estivessem sendo desrespeitadas. Para isso, foram estabelecidos três fatores de gravidades, quais sejam: leve, média e grave.

V.1. Grupo I – Infração leve

Não adquirir gêneros alimentícios agrícolas (hortifrutigranjeiros) da unidade prisional, quando ela os oferecer e os preços forem compatíveis com os de mercado;

Não elaborar cardápios diferenciados para datas especiais: (Semana Santa, Natal, Ano Novo, Festas Juninas), observadas as características de atendimento, sem custos adicionais;

Não fornecer o cardápio completo para afixação em local visível ao atendimento nas dependências da Contratante;

Não colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, deixando de ter encarregados atuando como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da Contratada esperadas com essas medidas;

Deixar de manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;

Deixar de identificar pontos de uso/hábitos e vícios de desperdícios de água e de treinar e orientar os empregados sistematicamente contra hábitos e vícios de desperdício;

Deixar de adotar procedimentos corretos, com o uso adequado da água, para utilizá-la com economia, sem desperdício e sem deixar de garantir a adequada higienização do ambiente, dos alimentos e utensílios, bem como dos empregados;

Não observar as regras sobre a eficiência energética;

Deixar de adquirir equipamentos consumidores de energia que apresentem o melhor desempenho sob o ponto de vista de eficiência energética;

Deixar de verificar na aquisição dos equipamentos, quando possível, o selo PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica e o selo

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial;

Deixar de manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

Deixar de apagar as luzes dos ambientes não ocupados e acender quando desnecessário;

Não realizar a manutenção adequada dos equipamentos que apresentem mau funcionamento, ou estejam danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas;

Não realizar toda a instalação (elétrica, gás, vapor, etc) nas dependências da UAN de acordo com as normas INMETRO e os padrões internos estabelecidos para seu adequado funcionamento;

Deixar de realizar periodicamente verificações nos sistemas de aquecimento e refrigeração;

Não desenvolver mecanismos para que: haja uma boa dissipação de calor e economia de energia elétrica; ventilação no local de instalação; e inexistência de sujeira no condensador do sistema de refrigeração;

Deixar de verificar o local de instalação dos sistemas de aquecimento para que correntes de ar não apaguem as chamas;

Não observar as regras de redução de produção de resíduos alimentares e melhor aproveitamento dos alimentos;

Não desenvolver junto a seus empregados programas de racionalização do uso de energia;

Não observar as regras sobre o programa de coleta seletiva de resíduos sólidos; Não observar as regras sobre os produtos biodegradáveis;

Não observar as regras sobre controle de poluição sonora;

Não obedecer na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além de normas e procedimentos internos da Contratante relativos à engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade;

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Não emitir Nota Fiscal, de acordo com o espelho fornecido pelas unidades prisionais, até o quinto dia útil do mês subsequente ao fornecimento de alimentação e encaminhá-la à Contratante.

V.2. Grupo II – Infração média

Não servir as refeições (exceto o item salada) em embalagens de alumínio descartável nº 8;

Não servir a salada em embalagens de alumínio descartável nº 4 ou nº 7;

Não servir os lanches (pão francês/doce com margarina) em embalagem própria e o café, leite e suco, em recipiente térmico (café/suco em garrafas térmicas e leite em sua embalagem original acondicionado em caixas de isopor);

Servir no recipiente térmico utilizado para o café o suco;

Não fornecer o leite em sua embalagem original de 200ml e sem estar acondicionados em caixas de isopor;

Não servir as refeições dos servidores no refeitório, em balcões térmicos, em pratos porcionados;

Não transportar as refeições e lanches devidamente acondicionados em condições adequadas de higiene e conservação até o(s) local(is) definidos pela Contratante, bem fechadas e sem estarem revisadas;

Deixar de servir as sobremesas (mamão, melancia, creme, gelatina, arroz doce e pudim) e as frutas do jantar na quantidade especificada em gramas e em embalagens de alumínio descartável nº 4 (quatro), nº 7 (sete) ou pote de plástico descartável;

Não acondicionar e transportar as sobremesas em creme, gelatina, arroz doce e pudim em recipientes térmicos (caixa de isopor) e/ou fazendo uso de gelo;

Não manter a quantidade de veículos para transporte da alimentação, em número suficiente, ou não manter os veículos para transporte das alimentações dentro das condições e especificações técnicas normativas exigidas para o transporte do quantitativo de refeições e lanches estipulados para a unidade prisional;

Não zelar e não promover reparos nos equipamentos e utensílios, no todo ou em parte, necessários a execução o objeto licitado;

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Não fornecer todos os utensílios (copos descartáveis, pratos e talheres) necessários para que os comensais realizem as suas refeições ou fornecê-los em material não autorizado pelo diretor da unidade prisional;

Não fornecer todos os utensílios (pratos e talheres) necessários para que os comensais (servidores) realizem suas refeições ou fornecê-los em desacordo com o material autorizado pelo diretor da Unidade Prisional; Não manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo, de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas;

Não apresentar à Contratante, quando solicitado, os laudos dos exames de saúde de seus empregados; Não manter os empregados dentro de padrão de higiene recomendado pela legislação vigente, fornecendo uniformes e equipamentos de proteção individual específico para o desempenho das funções;

Não manter a qualidade e uniformidade no padrão de alimentação e do serviço, independentemente das escalas de serviços adotada;

Não manter absoluta higiene no armazenamento, manipulação, preparo e transporte dos alimentos;

Não promover treinamentos periódicos específicos, teóricos e práticos de toda a equipe de trabalho, por meio de programa de treinamento destinado aos empregados operacionais, administrativos e técnicos, abordando os aspectos de higiene pessoal, ambiental, dos alimentos, técnicas culinárias e, obrigatoriamente, a prevenção de acidentes de trabalho e combate a incêndio; Não encaminhar, mensalmente, para a Assessoria da SULOG com antecedência de 10 dias úteis, para avaliação e aprovação, o cardápio mensal, com os quantitativos finais de todas as refeições, a ser utilizado nos meses subsequentes, elaborado por profissional de nível superior, nutricionista, detentor de registro regularizado junto ao CRN, que se responsabilizará pela total execução do serviço contratado;

Não submeter à avaliação e aprovação da Diretoria de Apoio à Gestão Alimentar – DGA da Contratante, até o quinto dia útil de cada mês, o cardápio mensal a ser utilizado no mês subsequente, elaborado por profissional de nível superior, nutricionista, detentor de registro regularizado junto ao CRN, que se responsabilizará pela total execução do cardápio aprovado;

Não atender as solicitações de dietas especiais para aqueles sentenciados que possuam prescrição de médicos/nutricionistas;

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





Aplicar produtos para o controle de pragas sem adotar todas as medidas de prevenção e sem utilizar os produtos registrados no Ministério da Saúde;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Não exercer o controle de qualidade de produtos para higienização e outros materiais de consumo necessários, observando o registro nos órgãos competentes;

Não manter planejamento de esquemas alternativos de trabalho ou planos de contingências para situações emergenciais tais como: falta de água, energia elétrica/gás, vapor, quebra de equipamento, greve e outros, visando assegurar a manutenção do atendimento adequado;

Não manter na unidade de Alimentação e Nutrição, em situação de emergência, os equipamentos necessários à sua operacionalização, desconsiderando a necessidade de substituições e/ou complementação de equipamentos e utensílios dentro do prazo de 08 (oito) dias úteis;

Não realizar o transporte das refeições e dos lanches, enquanto não concluída a reforma da UAN, em veículo apropriado e definidos pelas normas da Vigilância Sanitária;

Não encaminhar trimestralmente, todos os documentos que comprovem o número de funcionários e seus respectivos salários e jornada de trabalho, conforme apresentado na planilha e formação de preços. Os documentos deverão conter informações dos últimos três meses;

Não arcar com todas as despesas provenientes da aquisição de equipamentos e materiais necessários a uma boa operacionalização dos banheiros e/ou vestuários dos funcionários da UAN, quando for de sua exclusividade;

Não zelar e não promover reparos ou substituições nos equipamentos e utensílios de sua propriedade, quando houver a necessidade operacional de substituição dos equipamentos e utensílios, no todo ou em parte, necessários à execução do objeto licitado;

Não enviar requerimentos/avisos de alteração nos cardápios aprovados à contratante com no mínimo 24h de antecedência do fornecimento dos referidos cardápios, a fim de garantir tempo hábil mínimo para avaliação da Contratante das mudanças propostas;

Não se responsabilizar a Contratada, para o caso de fornecimento contínuo de refeições na forma administrada, pela aquisição de equipamentos e a adequação das instalações às necessidades técnicas dos equipamentos e utensílios onde serão acondicionadas, preparadas e distribuídas as refeições.

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:27

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=191014111042754800000087050472>

Número do documento: 191014111042754800000087050472

Num. 88369103 - Pág. 96

ANEXO DEI 0026/2019-2019-00190263-36474631(2035SE91080.0160205290202060394pg.019690 / pg. 197



Não preparar e não produzir a alimentação de acordo com a tabela de especificação, constante no anexo do contrato, aprovada pela Diretoria de Contratos e Convênios DCC/SEDS para atendimento dos servidores e sentenciados na Unidade;

Não preparar, produzir e fornecer as refeições e lanches dentro das instalações da Unidade Prisional somente para atender o objeto desta licitação;

Deixar de preparar, produzir e fornecer as refeições e lanches na Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) da empresa, para atender o objeto da licitação e não fornecer os mesmos aos comensais da Unidade Prisional, observados o padrão de alimentação estabelecido, o número de comensais, os tipos de refeições e os respectivos horários previstos:

Para alimentação transportada, inobservar a distância máxima de 30 km entre a unidade de produção e a unidade prisional;

Deixar de cumprir o horário de distribuição acordado entre a Contratada e a Contratante para o fornecimento de alimentação;

Impedir e/ou dificultar total acesso do(s) servidores(es) desta secretaria, encarregado(s) de fiscalizar a execução do objeto licitado, nas dependências da Unidade de Alimentação e Nutrição - UAN da unidade prisional e/ou da contratada, independentemente de notificação ou aviso prévio;

Descumprir os prazos definidos pela inspeção técnica, visando à regularização de não conformidades ao contrato:

Para o caso de alimentação transportada, deixar a contratada de instalar e organizar a Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) e de arcar com todas as despesas de adaptação para a produção de refeições e lanches, destinado à Unidade Prisional:

Não manter pessoal em condições de saúde compatível com suas atividades, deixando de realizar, às suas expensas, exames periódicos de saúde, inclusive exames específicos de acordo com as normas vigentes;

Deixar de manter na Unidade de Alimentação e Nutrição, NUTRICIONISTAS detentores de registro regularizado junto ao Conselho Regional de

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Nutricionistas (CRN) e/ou Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), de acordo com as normas vigentes do CRN/CFN;

Não zelar pela alimentação fornecida preservando a integridade no seu preparo; Não promover a reparação, correção ou substituição, às suas expensas, no total ou em parte, da alimentação (refeições e lanches) preparada e produzida, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de produtos empregados, ou ainda, que não atenderem aos padrões de qualidade e higiene exigidos pelas normas higiênicas sanitárias da Vigilância Sanitária e pela Contratante;

Utilizar ou estocar gêneros alimentícios na área de armazenamento, sem condições técnicas de qualidade e fora do prazo de validade para a produção da alimentação;

Armazenar gêneros alimentícios sem apresentação do rótulo original, assim como, enlatados oxidados e/ou danificados;

Deixar de se responsabilizar única e exclusivamente pela origem da matéria prima (quando não for proveniente da unidade prisional) e pela qualidade dos alimentos com que serão produzidas as refeições;

Deixar de manter os alimentos não consumidos imediatamente após o preparo, a uma temperatura superior a 60°C (para contratos novos) e 65°C (para contratos antigos) até o momento final da distribuição e para o caso de saladas e sobremesas a uma temperatura inferior a 10°C (para contratos novos) e 7° C (para contratos antigos);

Deixar de se responsabilizar pela qualidade dos alimentos fornecidos, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes;

Deixar de suspender o consumo de alimentos in natura ou preparados, quando houver suspeita de deterioração ou contaminação desses e não guardando amostras para análise microbiológicas;

Não executar o controle dos gêneros e de produtos alimentícios utilizados, quanto à qualidade, estado de conservação, acondicionamento, condições de higiene, prazo de validade, procedência, e ainda, o registro nos órgãos competentes, quando previsto na legislação em vigor;

Não disponibilizar, por ocasião da entrega diária de cada refeição, pelo menos 2 (duas) refeições além do quantitativo solicitado, para degustação e guarda da amostra pela Contratante;

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Cobrar ou identificar as refeições que servirão de amostra;

Não se responsabilizar a Contratada pelos danos ou prejuízos que vier a causar à contratante, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço;

Deixar de instalar e organizar a UAN e deixar de arcar com todas as despesas de adequação da unidade para o cumprimento total do objeto do contrato;

Deixar de efetuar o pagamento mensal das despesas operacionais (energia elétrica, água e telefonia) utilizadas na Unidade de Alimentação e Nutrição da unidade prisional e de encaminhar os comprovantes juntamente com os comprovantes juntamente com as notas Fiscais de fornecimento da alimentação;

Não instalar 1 balança digital na unidade de alimentação e nutrição da empresa e outra na Unidade Prisional impossibilitando que a Contratante faça o controle aleatório dos quantitativos servidos diariamente;

Não instalar 1 balança digital na unidade de alimentação e nutrição da empresa possibilitando que a Contratante faça o controle aleatório dos quantitativos servidos diariamente;

Não transportar as refeições em caixas térmicas, devidamente higienizadas; Fornecer as refeições e os lanches inobservando a gramatura estipulada; Manter ou transportar no mesmo compartimento de um veículo, alimentos prontos para o consumo com outros alimentos, substâncias estranhas e produtos tóxicos que possam contaminá-los;

Transportar alimentos conjuntamente com pessoas e animais;

Não transportar as refeições e lanches até o local determinado pela Contratante; Não entregar, nos locais definidos pela Contratante, as marmitas e/ou potes plásticos bem fechados e sem estarem revirados;

Não se responsabilizar o Contratado pelos exames médicos para obtenção dos laudos, incluindo para os empregados oriundos dos termos de parceria com o sistema prisional;

Não encaminhar a Contratada para a Contratante, mensalmente, cópia da Guia de Recolhimento do FGTS, do INSS, GFIP, a relação dos empregados da UAN prestadora de serviços, e a Certidão Negativa de Débitos com o INSS e FGTS;

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





Alterar os cardápios aprovados sem prévia anuência da Contratante; Utilizar-se de carnes com aponeuroses, tendões e excesso de tecido adiposo.

Número do documento: 19101411042754800000087059472



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

VI – DOS CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DAS MULTAS

A aplicação da metodologia de cálculo do valor das sanções de multa relativa à inobservância das regras estabelecidas em contratos de fornecimento de alimentação em benefício dos servidores e sentenciados considera: a gravidade da infração; o valor máximo que a multa pode alcançar; o valor do contrato mantido pela pessoa jurídica junto à SEAP; o número de ocorrências indicativas do descumprimento normativo.

No caso, é estabelecida uma relação de pesos para cada uma das disposições normativas (=cláusulas contratuais e legais), além de se considerar as circunstâncias agravantes e atenuantes como concorrentes para a fixação da penalidade.

VII - FÓRMULA DE CÁLCULO

O valor base das sanções de multa relacionado à inobservância das regras estabelecidas nos contratos de prestação de serviços para o fornecimento de alimentação em benefício dos servidores e sentenciados é determinado pela seguinte fórmula:

$$V_b = 0,01 \times \left(\frac{FG_{grave} \times I_g}{Q_{tg}} + \frac{FG_{médio} \times I_m}{Q_{tm}} + \frac{FG_{leve} \times I_l}{Q_{tl}} + T \right) \times V_c$$

Logo,

$$V_b = 0,01 \times \left(\frac{4 \times I_g}{Q_{tg}} + \frac{3 \times I_m}{Q_{tm}} + \frac{2 \times I_l}{Q_{tl}} + T \right) \times V_c$$

Onde:

Vb: valor base referente as infrações sobre as quais ainda serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes;

FG: Fator de gravidade referente à gradação da infração, podendo assumir os seguintes valores: 4 (quando grave); 3 (quando média); e 2 (quando leve);

I: quantidade de cláusulas contratuais infringidas a depender do fator de gravidade: grave, médio e leve;

Qt: quantidade total de cláusulas contratuais classificadas de acordo com o fator de gravidade em: grave, médio e leve;

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

T: quantidade total de ocorrências apontadas pela fiscalização indicativas de descumprimento normativo que foram confirmadas durante o processamento do feito;

Vc: valor global do contrato.

A classificação do parâmetro “T” será realizada conforme quadro abaixo:

OCORRÊNCIAS	GRAU
De 01 à 10 ocorrências	0,2
De 11 à 20 ocorrências	0,4
De 21 à 30 ocorrências	0,6
De 31 à 40 ocorrências	0,8
Acima de 41 ocorrências	1

Após a fixação do valor base da multa, sobre essa incidirão as agravantes e as atenuantes de acordo com a situação fática. Caso a situação fática não se amolde a nenhuma das condutas elencadas no contrato ou edital, a área (=setor) responsável a enquadrará com base nos princípios legais.

A existência de valores diferenciados (peso) para uma quantidade específica de ocorrências tem o objetivo de possibilitar ao aplicador da sanção a valoração, no caso concreto, da conduta do Contratado, considerando que, de acordo com o número de ocorrências indicativas de infração contratual, é possível diferenciar a reprovabilidade da conduta do contratado de acordo com o número de ocorrências.

VIII – DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES Quando houver circunstâncias agravantes, sobre o valor da multa será acrescido os seguintes percentuais:

5% (cinco por cento) quando houver omissão ou declaração falsa perante a fiscalização;

5% (cinco por cento) quando o contratado utilizar de ardil, simulação ou emprego de qualquer artifício, visando encobrir a infração, embaraçar ou impedir a ação fiscalizatória;

5% (cinco por cento) ter o contratado obtido vantagem indevida ou diminuído a natureza ilícita da infração;

5% (cinco por cento) quando o infrator deixar de atender a recomendação da SEAP para tomar providências que evitem ou mitiguem as consequências da infração;

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

5% (cinco por cento) quando o contratado possuir antecedentes;

0,2% (zero vírgula dois por cento), para cada nova infração, quando o contratado incorrer em reincidência específica.

Quando houver a incidência de mais de um dos fatores acima indicados, esses deverão ser somados.

Quando houver circunstâncias atenuantes, o valor da multa poderá ser reduzido observando-se os seguintes percentuais:

5% (cinco por cento) quando houver, de forma imediata, a cessação da infração e a reparação total dos danos ao serviço;

5% (cinco por cento) quando o contratado for primário;

IX – OBSERVAÇÕES

Tendo em vista que o contrato firmado com o Contratado determina que a multa corresponderá a, no máximo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento/serviço, utilizou-se o parâmetro de 10% (dez por cento) para o estabelecimento da base de cálculo em todas as etapas da operação, isso para que ao final tenha-se o valor da multa base devida. Assim, os pesos atribuídos a cada um dos elementos da fórmula decorre desse percentual e, conseqüentemente, no máximo, poderá a multa base alcançar o valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

Ao final, havendo agravantes e atenuantes a serem observadas, a multa poderá alcançar o percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Secretário de Estado de Administração Prisional

Sérgio Barboza Menezes

Secretário Adjunto de Administração Prisional

Marcelo José Gonçalves da Costa Comissão Processante Permanente

Alan Johny Francisco da Silva

Belo Horizonte, 05 de maio de 2018

Sergio Barbosa Menezes Secretário de Estado de Administração Prisional

07 1105750 – 1

Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, 5º andar, Edifício Minas
CEP: 1630-900 - Belo Horizonte - MG



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:27

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042754800000087050472>

Número do documento: 19101411042754800000087050472

Num. 88369103 - Pág. 103

ANEXO SEI 002692322000010100263436474631(2035SE11080.0160205290202060394pg.20390 / pg. 204

Temos todos os softwares para todos os portais do Brasil, 64 Softwares no total armazenados via SERVIDOR DE LANCES .

Nossos analistas utilizam nossos Softwares com os parametros e limites fornecidos pelo contratante e realizam a Disputa com experiencia e estrategias especiais.

- Sua Empresa delegara esta função ao nosso setor de Licitações com a equipe especializada neste segmento desde 2005; analistas altamente competentes para realizar com destreza a função .

- Sua empresa nos fornecerá via email data, horario, login e senha , limite (preço minimo) do item ou lote em valor real a ser disputado;

- Servidor recebera as informações via email e estará logado na data e horario informados pelo contratante com antecedencia minima de 5 dias uteis ao evento ou sujeito á disponibilidade ;

- Servidor permanece logado por um periodo minimo de 3 hs (a partir do horario informado pelo contratante via email), podendo contratar mais horas a partir deste;

- Nossa equipe de analistas utiliza a velocidade do Software + estratégia propria de redução, dentro de seu preço limite informado;

- O contato entre usuario e a equipe atuante no momento do Pregão Eletronico, devera ocorrer via chat do Skype, pois no setor não ha telefones por motivos de segurança do contratante;

- Valor do Serviço: R\$ 350,00 + Software Brinde !!!

- Neste o contratante ganha de brinde o software correspondente do portal contratado para instalar em quantos computadores desejar e utilizar em CNPJs ilimitados...

Não é obrigatorio o agendamento do serviço de imediato , ficando disponivel em nosso sistema em data e horario á contratar , e o Software BRINDE será enviado imediatamente com o manual /guai de usuario imediatamente para auto instalação .

- Valor do Serviço sem software BRINDE - R\$ 350,00

OBS: OPTANDO POR RECEBER O REFERIDO SOFTWARE BRINDE, O CONTEMPLADO DEVERA POSSUIR NOÇÕES BASICAS DE INFORMATICA E NOÇÕES MINIMAS DE PROGRAMAÇÃO, OU IGUAL OU SUPERIOR AOS CONHECIMENTOS E EXPERIENCIA DE NOSSA EQUIPE ESPECIALIZADA EM DISPUTA EM PREGÃO ELETRONICO DESDE 2005, QUANDO INICIOU ESSA MODALIDADE DE DISPUTA EM PREGÃO ELETRONICO AQUI NO BRASIL.

SOMOS OS ORIGINAIS , DESDE 2008 , UTILIZAMOS SOFTWARES QUE NUNCA TRAVAM, PARA REALIZAR SUA DISPUTA E MANTER SUA EMPRESA EM 1º LUGAR SEMPRE!!!

LANCES AUTOMÁTICOS CNPJ 23.530.063 /0001-55

Av. Dr. Yojiro Takaoka, 4384 , Alphaville

CEP:06541-038

Sao Paulo - SP



07/08/2019

Gmail - Fwd: LANCES AUTOMATICOS - SERVIÇOS DE DISPUTA EM PREGÃO ELETRONICO



11 2985 3200 /



96139 2410 (OI) Whatsaap

site: www.lancesautomaticos.com.br

Cibele Ap. Bonadio

Diretora de Vendas e Administrativo/ Juridico

il.google.com/mail/u/0?ik=d8ff78abd9&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1641243804830096467&simpl=msg-f%3A16412438... 3/3



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:28

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042803000000087050474>

Número do documento: 19101411042803000000087050474

Num. 88369105 - Pág. 3

ANEXO 01 - Edital 01/0020623/2019-00100293(3647463)(2035SE91080.016020529020206094pg.020690 / pg. 207

<div></div> <div>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</div> <div>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</div>					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.530.063/0001-55 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/10/2015	
NOME EMPRESARIAL CIBELE APARECIDA BONADIO 11401020879					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LANCES AUTOMATICOS					PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-02 - Promoção de vendas					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)					
LOGRADOURO AV YOJIRO TAKAOKA		NÚMERO 4384		COMPLEMENTO	
CEP 06.541-038	BAIRRO/DISTRITO ALPHAVILLE		MUNICÍPIO SANTANA DE PARNAIBA		UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO lancesautomaticos@me.com		TELEFONE (11) 2985-3200			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2015		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/08/2019** às **18:49:55** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.530.063/0001-55 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/10/2015
NOME EMPRESARIAL CIBELE APARECIDA BONADIO 11401020879			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LANCES AUTOMATICOS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-02 - Promoção de vendas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV YOJIRO TAKAOKA		NÚMERO 4384	COMPLEMENTO
CEP 06.541-038	BAIRRO/DISTRITO ALPHAVILLE	MUNICÍPIO SANTANA DE PARNAIBA	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO lancesautomaticos@me.com		TELEFONE (11) 2985-3200	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/08/2019** às **18:49:55** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





MAURICIO DE PALLA RIVERA
DIRECTOR GENERAL

Número do documento: 19101411042903900000087061687



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/533.278-6	J163314675873	29/08/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
546.245.416-34	ANTONIO CARLOS BATISTA
107.206.146-51	RAISSA NIKELE BATISTA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte. Segunda-feira, 29 de Agosto de 2016

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5832681 em 01/09/2016 da Empresa A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA, Nire 31209569684 e protocolo 165332786 -
29/08/2016. Autenticação: 7A2CFE21E837165AF785358E47D33919BD0DB94. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este
documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/533.278-6 e o código de segurança PRbD Esta cópia foi autenticada
digitalmente e assinada em 01/09/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA-GERAL

pág. 2/10



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:29

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042903900000087051687>

Número do documento: 19101411042903900000087051687

Num. 88370318 - Pág. 2

ANEXO SEI 7100020160002302020001010020343647463 (2035SE91080.01602052902020603946021090 / pg. 211

A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

PRIMEIRA – ENDEREÇO

1



pág. 3/10



CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de "A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA", sediada Avenida Josué de Queiroz, nº 1995, bairro Pio XII, CEP: 36305-144, São João del Rei, MG, inscrita no CNPJ sob o nº **06.121.429/0001-13**, conforme Contrato Social registrado na JUCEMG sob o nº **31209569684**.

A sociedade possui filiais, a de **número 1 (LAVRAS)**, inscrita no CNPJ sob o nº 06121429000202, sito a Rua Misseno de Pádua, 635, Lj1 R MUNI, bairro Centro, Lavras, MG, CEP: 37200-000, registrada na JUCEMG sob o nº 4347921 em 27/05/2010, NIRE nº 31902059349; capital social: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) tendo como objeto social a exploração no ramo de **RESTAURANTE, LANCHONETE, COMÉRCIO DE FRIOS E LATICÍNIOS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PRESÍDIO E FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ.**

Número 2 (SANTA CRUZ), inscrita no CNPJ sob nº 06121429000385, sito a Rua Antônio Chaves de Miranda, nº 26, bairro Centro, Santa Cruz de Minas, MG, CEP: 36.328-000, registrada na JUCEMG sob o nº 4745931 em 29/12/2011, NIRE nº 31902188238; capital social: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) tendo como objeto social a exploração no ramo de **RESTAURANTE, LANCHONETE, COMÉRCIO DE FRIOS E LATICÍNIOS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PRESÍDIO E FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ.**

Número 3 (CENTRO), inscrita no CNPJ sob nº 06121429000466, sito a Rua Frei Norberto, nº 42, 2º piso Mercado Municipal, bairro Centro, São João Del Rei, MG, CEP: 36.300-110, registrada na JUCEMG sob o nº 4892390 em 24/07/2012, NIRE nº 31902229261; capital social: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) tendo como objeto social a exploração no ramo de **RESTAURANTE, LANCHONETE, COMÉRCIO DE FRIOS E LATICÍNIOS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PRESÍDIO E FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ.**

Número 4 (CTAN), inscrita no CNPJ sob nº 06121429000547, sito a Rodovia Br-494, Sn, Campus Ctan – Ufsj, Bairro Vila São Paulo (Fabricas), São Joao Del Rei, MG, CEP: 36301360, registrada na JUCEMG sob o nº 4917586 em 31/08/2012, NIRE nº 31902238201; capital social: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) tendo como objeto social a exploração no ramo de **RESTAURANTE, LANCHONETE, COMÉRCIO DE FRIOS E LATICÍNIOS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PRESÍDIO E FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ.**

Número 5 (VARGINHA), inscrita no CNPJ sob nº 06121429000628, sito a Av Dr Eugenio Paiva Ferreira, 255, Presídio Regional, Bairro Padre Vitor, Varginha, MG, CEP: 37.048-340, registrada na JUCEMG sob o nº 4943245 em 18/10/2012, NIRE nº 31902248087; capital social: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) tendo como objeto social a exploração no ramo de **RESTAURANTE, LANCHONETE, COMÉRCIO DE FRIOS E LATICÍNIOS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PRESÍDIO E FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ.**

2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5832681 em 01/09/2016 da Empresa A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA, Nire 31209569684 e protocolo 165332786 - 29/08/2016. Autenticação: 7A2CFE21E837165AF785358E47D339198D0DB94. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/533.278-6 e o código de segurança PRbD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/09/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETARIA-GERAL

pág. 4/10



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:29
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042903900000087051687>
Número do documento: 19101411042903900000087051687

Num. 88370318 - Pág. 4

ANEXO DEI ABA000100202923202903900000087051687(43647463)(2035SE91080.0160205290202060394pg.021290 / pg. 213

Número 7 (TEJUCO), inscrita no CNPJ sob nº 06121429000890, sito à Av. General Osório, 255, bairro Tejuco, São João Del Rei, MG, CEP: 36300-168, registrada na JUCEMG sob o nº 5375965 em 19/09/2014, NIRE nº 31902381747, capital social: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) tendo como objeto social a exploração no ramo de **RESTAURANTE, LANCHONETE, COMÉRCIO DE FRIOS E LATICÍNIOS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PRESÍDIO E FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ.**

Número 8 (MATOSINHOS), inscrita no CNPJ sob nº 06121429000970, sito à Rua José Falconieri dos Santos, 47, salas 02, 07 e 08, bairro Matosinhos, São João Del Rei – MG, CEP: 36.305-032, registrada na JUCEMG sob o nº 5375965 em 19/09/2014, NIRE nº 31902381755, capital social: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) tendo como objeto social a exploração no ramo de **RESTAURANTE, LANCHONETE, COMÉRCIO DE FRIOS E LATICÍNIOS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PRESÍDIO E FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ.**

ANTONIO CARLOS BATISTA	com 99 quotas no valor de R\$	871.200,00
RAISSA NIKELE BATISTA	com 01 quotas no valor de R\$	8.800,00
TOTALIZANDO	100 quotas no valor de R\$	880.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem por objetivo a exploração no ramo de RESTAURANTE, LANCHONETE, COMÉRCIO DE FRIOS E LATICÍNIOS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PRESÍDIO E FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades na data de 02/02/2004 e seu prazo de duração continua por tempo indeterminado, sendo o término do exercício social em 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA QUINTA: As cotas são indivisíveis, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.



Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade caberá a ambos sócios **ANTONIO CARLOS BATISTA** e **RAISSA NIKELE BATISTA**, com os poderes e atribuições de sócios-administradores, assinando em conjunto e/ou separadamente pela sociedade, em comum acordo entre os sócios no que convier. Autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer das quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O falecimento ou interdição de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, esta continuará com os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou interditado os quais exercerão o direito às cotas através do co-proprietário, devidamente credenciado pelos demais, por escrito para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os sócios declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal. Ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime familiar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da comarca de São João del Rei, MG, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O presente documento foi elaborado conforme a vigente Lei n.º 8.934 de 18.11.1994, com exigências e procedimentos introduzidos pelo Decreto n.º 1.800 de 30.01.1996 e pela Lei n.º 10.406 de 10.01.2002.

E por estarem justos e combinados, firmam o presente instrumento indo a arquivo na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

São João del Rei – MG, 25 de julho de 2016.


ANTONIO CARLOS BATISTA


RAISSA NIKELE BATISTA





Registro Digital

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/533.278-6	J163314675873	29/08/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
546.245.416-34	ANTONIO CARLOS BATISTA
107.206.146-51	RAISSA NIKELE BATISTA

Página 1 de 1



W. O. Miller
DIRECTOR OF HALL ALCOVE
MOUNTAIN VIEW, TEXAS

pág. 8/10



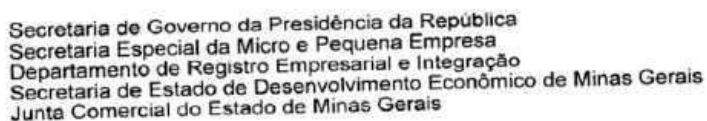
Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:29

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042903900000087051687>

Num. 88370318 - Pág. 8

Número do documento: 16101411042903900000087051687

Número do documento: 191014111042903900000087051687



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo		Assinante(s)
CPF	Nome	
546.245.416-34	ANTONIO CARLOS BATISTA	
107.206.146-51	RAISSA NIKELE BATISTA	


Documento Principal	
Assinante(s)	
CPF	Nome
546.245.416-34	ANTONIO CARLOS BATISTA
107.206.146-51	RAISSA NIKELE BATISTA

Belo Horizonte, Quinta-feira, 01 de Setembro de 2016

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5832681 em 01/09/2016 da Empresa A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA, Nire 31209569684 e protocolo 165332786-29/08/2016. Autenticação: 7A2CFE21E837165AF785358E47D33919BD0DB94. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe o nº do protocolo 16/533.278-6 e o código de segurança PRbD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/09/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

 pág. 9/10

MANUEL DE VALLA ROMERO
SECRETARIO GENERAL

ĐÁP. 9/10



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:29

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042903900000087051687>

Num. 88370318 - Pág. 9

Número do documento: 19101411042903900020087051687

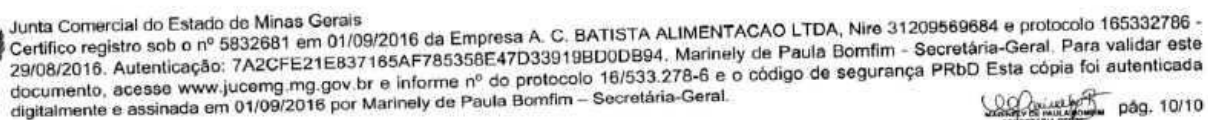
Número do documento: 101014110429039000000087051687



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
040.762.376-09	WILSON LUIZ DE FREITAS DIAS
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, Quinta-feira, 01 de Setembro de 2016



SECRETARIA DE PAULA ROMERO
pág. 10/10



Assinado eletronicamente por: CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO - 14/10/2019 11:04:29

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101411042903900000087051687>

Número do documento: 19101411042903900000087051687

Num. 88370318 - Pág. 10

Número do documento: 101014110429039000000087051687



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS



CARTÓRIO SANTA CRUZ DE MINAS
Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas

Município Santa Cruz de Minas
Comarca de São João Del Rei

BEL. IGOR VIEIRA XAVIER
Oficial de Registro e Tabelião



LIVRO N.º 59-N

FLS. 005

ATA NOTARIAL LAVRADA POR SOLICITAÇÃO DE **A. C. BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA**, como abaixo se declara:

Saibam quantos esta ata notarial virem que, aos **vinte e dois** dias do mês de **maio** do ano **dois mil e dezenove (22/05/2019)**, nesta cidade de Santa Cruz de Minas, Comarca de São João del-Rei, MG, em Cartório, perante mim Tabelião/Escrevente Substituta, compareceu(ram) como solicitante(s) **A.C. BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ 06.121.429/0001-13, com sede na avenida Josué de Queiroz, nº 1995, bairro Matozinhos, em São João Del Rei, MG, CEP 36305-144, inscrita na JUCEMG, em 25/02/2004, sob o NIRE 31209569684, neste ato representada, conforme cláusula sétima da 8ª alteração contratual e consolidação da sociedade registrada na JUCEMG sob o nº 5832681 em 01/09/2016, por **ANTÔNIO CARLOS BATISTA**, brasileiro, divorciado, empresário, CPF 546.245.416-34, RG MG-4.156.458-PC/MG, nascido em 04 de fevereiro de 1966, natural de São João Del Rei, MG, filho de Sebastião Geraldo Batista e Maria Trere Batista, residente e domiciliado na rua Nossa Senhora de Fatima, nº 65, nas Águas Santas, em Tiradentes, MG, em passagem por esta cidade, endereço eletrônico: *acbatistaalimentacao@hotmail.com*. O(a)s presente(s) reconhecido(a)s como o(a)s próprio(a)s por mim através de documento(s) de identificação apresentado(s), do que dou fé. A(s) parte(s), outorgante(s), através de seu(s) representante(s), declara(m), sob as penas da lei, de que seu estatuto social/contrato social permanece(m) inalterado(s) e de acordo com a(s) ultima(a) alteração apresentada(s). Reconheço-lhe(s) a capacidade para o ato. Pelo(a)s(as) solicitante(s), através de seu representante, acima qualificado(a)s, me foi dito que participou de pregão eletrônico sob o nº 046/2019, em 09 de maio de 2019, promovido pelo Estado de Minas Gerais, Secretaria de Administração Prisional, e que, suspeitando de fraude nos lances ofertados, uma vez que os mesmos ocorreram em espaço de tempo muito exíguo durante o procedimento e, sentindo-se lesado, gostaria de formalizar através deste instrumento público o intervalo de tempo entre os lances ocorridos durante o citado pregão eletrônico. Vale destacar que o presente instrumento é dotado de fé pública e de força de prova pré-constituída em que se constata FIELMENTE os fatos, as coisas, pessoas ou situações para comprovar a sua existência ou o seu estado. Segue meu testemunho, sem a emissão de juízo de valor ou manifestação de vontade: **“Às 12:44 (doze horas e quarenta e quatro minutos) do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove (22/05/2019), acessei pelo computador do Cartório a página da internet ‘Portal de Compras do**

B4673274





Estado de Minas Gerais' (<https://www1.compras.mg.gov.br/>), após, dirigi-me ao link 'Consulta a Pregões' (<https://www1.compras.mg.gov.br/processocompra/pregao/consulta/consultaPregoes.html>), inseri o número do certame 046, do ano de 2019, relativo ao órgão ou entidade '1450 - Secretaria de Estado de Administração Prisional'. Feito o acesso, apareceu o pregão sob o número do processo de compra/planejamento 1451044 000046/2019, da Secretaria de Estado de Administração Prisional, da unidade administrativa de compra 'Diretoria de Compras', cujo objeto de licitação é o 'fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, destinadas ao Presídio de Resende Costa e o Presídio de São João Del Rei', ocorrido em 09 de maio de 2019, critério de julgamento 'por lote'. Pude observar ainda que o tipo de licitação foi o de 'menor preço', o início da sessão do pregão ocorreu às 11:00:23. Em sequência, ao clicar no link para visualizar a sessão de lances, (<https://www1.compras.mg.gov.br/processocompra/pregao/consulta/dados/lotes/lancesLote.html?idLote=422247&idPregao=135387>) tive acesso às seguintes informações, e as transcrevo aqui, *ipsis litteris*, das páginas de 1 a 10:

Identificação do fornecedor/Valor do lance (RS)/Data do lance/Hora do lance

1 - F000177	8.844.960,00	09/05/2019	11:50:19
2 - F000185	8.845.000,00	09/05/2019	11:50:18
3 - F000177	8.849.952,00	09/05/2019	11:50:13
4 - F000185	8.850.000,00	09/05/2019	11:50:11
5 - F000177	8.854.966,00	09/05/2019	11:50:05
6 - F000185	8.855.000,00	09/05/2019	11:50:04
7 - F000177	8.859.970,00	09/05/2019	11:49:55
8 - F000185	8.860.000,00	09/05/2019	11:49:54
9 - F000177	8.862.969,00	09/05/2019	11:49:46
10 - F000185	8.863.000,00	09/05/2019	11:49:45
11 - F000177	8.864.964,00	09/05/2019	11:49:39
12 - F000185	8.865.000,00	09/05/2019	11:49:37
13 - F000177	8.869.952,00	09/05/2019	11:49:28
14 - F000185	8.870.000,00	09/05/2019	11:49:27
15 - F000177	8.872.000,00	09/05/2019	11:49:15
16 - F000185	8.873.000,00	09/05/2019	11:49:19
17 - F000177	8.873.957,00	09/05/2019	11:49:04
18 - F000185	8.874.000,00	09/05/2019	11:49:03
19 - F000177	8.875.000,00	09/05/2019	11:48:48
20 - F000177	8.883.000,00	09/05/2019	11:48:35
21 - F000177	8.884.961,00	09/05/2019	11:48:29
22 - F000185	8.885.000,00	09/05/2019	11:48:28
23 - F000177	8.888.000,00	09/05/2019	11:48:13
24 - F000177	8.889.974,00	09/05/2019	11:47:59
25 - F000185	8.890.000,00	09/05/2019	11:47:58
26 - F000177	8.894.954,00	09/05/2019	11:47:51
27 - F000185	8.895.000,00	09/05/2019	11:47:50
28 - F000177	8.898.977,00	09/05/2019	11:47:43
29 - F000185	8.899.000,00	09/05/2019	11:47:42





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS



CARTÓRIO SANTA CRUZ DE MINAS
Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas

Município Santa Cruz de Minas
Comarca de São João Del Rei

BEL. IGOR VIEIRA XAVIER
Oficial de Registro e Tabelião



LIVRO N.º 59-N

FLS. 006

30 - F000177	8.900.000,00	09/05/2019	11:47:30
31 - F000185	8.904.000,00	09/05/2019	11:47:34
32 - F000177	8.905.972,00	09/05/2019	11:47:24
33 - F000185	8.906.000,00	09/05/2019	11:47:23
34 - F000177	8.907.970,00	09/05/2019	11:47:16
35 - F000185	8.908.000,00	09/05/2019	11:47:12
36 - F000177	8.909.950,00	09/05/2019	11:47:09
37 - F000185	8.910.000,00	09/05/2019	11:47:02
38 - F000177	8.912.000,00	09/05/2019	11:47:03
39 - F000177	8.912.964,00	09/05/2019	11:46:54
40 - F000185	8.913.000,00	09/05/2019	11:46:53
41 - F000177	8.914.962,00	09/05/2019	11:46:48
42 - F000185	8.915.000,00	09/05/2019	11:46:47
43 - F000177	8.919.972,00	09/05/2019	11:46:38
44 - F000185	8.920.000,00	09/05/2019	11:46:37
45 - F000177	8.923.968,00	09/05/2019	11:46:32
46 - F000185	8.924.000,00	09/05/2019	11:46:31
47 - F000177	8.924.977,00	09/05/2019	11:46:24
48 - F000185	8.925.000,00	09/05/2019	11:46:24
49 - F000177	8.929.973,00	09/05/2019	11:46:17
50 - F000185	8.930.000,00	09/05/2019	11:46:16
51 - F000177	8.933.973,00	09/05/2019	11:46:10
52 - F000185	8.934.000,00	09/05/2019	11:46:08
53 - F000185	8.935.000,00	09/05/2019	11:46:00
54 - F000177	8.935.000,00	09/05/2019	11:46:04
55 - F000177	8.937.953,00	09/05/2019	11:45:57
56 - F000177	8.938.000,00	09/05/2019	11:45:50
57 - F000185	8.938.000,00	09/05/2019	11:45:51
58 - F000177	8.939.968,00	09/05/2019	11:45:40
59 - F000185	8.940.000,00	09/05/2019	11:45:39
60 - F000177	8.941.956,00	09/05/2019	11:45:31
61 - F000185	8.942.000,00	09/05/2019	11:45:31
62 - F000177	8.944.950,00	09/05/2019	11:45:24
63 - F000185	8.945.000,00	09/05/2019	11:45:17
64 - F000177	8.947.000,00	09/05/2019	11:45:17
65 - F000177	8.947.956,00	09/05/2019	11:45:06
66 - F000185	8.948.000,00	09/05/2019	11:45:05
67 - F000177	8.949.972,00	09/05/2019	11:45:00
68 - F000185	8.950.000,00	09/05/2019	11:44:59
69 - F000177	8.950.974,00	09/05/2019	11:44:52
70 - F000185	8.951.000,00	09/05/2019	11:44:52

84673275





71 - F000177	8.951.965,00	09/05/2019	11:44:41
72 - F000185	8.952.000,00	09/05/2019	11:44:40
73 - F000177	8.953.968,00	09/05/2019	11:44:30
74 - F000185	8.954.000,00	09/05/2019	11:44:29
75 - F000177	8.955.000,00	09/05/2019	11:44:20
76 - F000185	8.958.000,00	09/05/2019	11:44:21
77 - F000177	8.958.951,00	09/05/2019	11:44:07
78 - F000185	8.959.000,00	09/05/2019	11:44:04
79 - F000177	8.959.960,00	09/05/2019	11:44:00
80 - F000185	8.960.000,00	09/05/2019	11:43:57
81 - F000177	8.960.973,00	09/05/2019	11:43:53
82 - F000185	8.961.000,00	09/05/2019	11:43:50
83 - F000177	8.961.972,00	09/05/2019	11:43:46
84 - F000185	8.962.000,00	09/05/2019	11:43:41
85 - F000177	8.962.952,00	09/05/2019	11:43:40
86 - F000185	8.963.000,00	09/05/2019	11:43:36
87 - F000177	8.963.976,00	09/05/2019	11:43:33
88 - F000185	8.964.000,00	09/05/2019	11:43:14
89 - F000177	8.965.000,00	09/05/2019	11:43:17
90 - F000185	8.966.000,00	09/05/2019	11:43:07
91 - F000177	8.967.000,00	09/05/2019	11:43:10
92 - F000185	8.968.000,00	09/05/2019	11:42:56
93 - F000185	8.970.000,00	09/05/2019	11:42:47
94 - F000177	8.974.000,00	09/05/2019	11:42:42
95 - F000185	8.974.000,00	09/05/2019	11:42:44
96 - F000177	8.975.000,00	09/05/2019	11:42:29
97 - F000185	8.975.000,00	09/05/2019	11:42:35
98 - F000185	8.976.000,00	09/05/2019	11:42:24
99 - F000177	8.977.000,00	09/05/2019	11:42:23
100 - F000185	8.978.000,00	09/05/2019	11:42:18
101 - F000177	8.979.000,00	09/05/2019	11:42:09
102 - F000185	8.979.000,00	09/05/2019	11:42:10
103 - F000185	8.980.000,00	09/05/2019	11:42:02
104 - F000177	8.984.000,00	09/05/2019	11:41:55
105 - F000185	8.985.000,00	09/05/2019	11:41:48
106 - F000177	8.989.000,00	09/05/2019	11:41:44
107 - F000185	8.990.000,00	09/05/2019	11:41:33
108 - F000177	8.994.000,00	09/05/2019	11:41:27
109 - F000185	8.995.000,00	09/05/2019	11:41:19
110 - F000185	8.996.000,00	09/05/2019	11:41:10
111 - F000177	8.996.500,00	09/05/2019	11:41:15
112 - F000185	8.997.000,00	09/05/2019	11:41:04
113 - F000177	8.998.000,00	09/05/2019	11:40:49
114 - F000185	8.999.900,00	09/05/2019	11:40:45
115 - F000185	8.999.999,99	09/05/2019	11:40:35
116 - F000185	9.000.000,00	09/05/2019	11:40:27
117 - F000177	9.000.500,00	09/05/2019	11:40:33
118 - F000177	9.000.790,00	09/05/2019	11:40:20
119 - F000185	9.001.000,00	09/05/2019	11:40:15





161 - F000185	9.049.000,00	09/05/2019	11:37:10
162 - F000177	9.049.632,00	09/05/2019	11:37:04
163 - F000185	9.050.000,00	09/05/2019	11:37:03
164 - F000177	9.068.000,00	09/05/2019	11:36:58
165 - F000177	9.069.719,00	09/05/2019	11:36:48
166 - F000185	9.070.000,00	09/05/2019	11:36:47
167 - F000177	9.070.627,00	09/05/2019	11:36:40
168 - F000177	9.071.000,00	09/05/2019	11:36:32
169 - F000185	9.071.000,00	09/05/2019	11:36:38
170 - F000185	9.072.000,00	09/05/2019	11:36:30
171 - F000177	9.073.000,00	09/05/2019	11:36:16
172 - F000185	9.073.000,00	09/05/2019	11:36:23
173 - F000185	9.074.000,00	09/05/2019	11:36:11
174 - F000177	9.075.000,00	09/05/2019	11:36:04
175 - F000185	9.077.000,00	09/05/2019	11:36:03
176 - F000177	9.078.000,00	09/05/2019	11:35:54
177 - F000185	9.078.000,00	09/05/2019	11:35:55
178 - F000185	9.079.000,00	09/05/2019	11:35:45
179 - F000185	9.080.000,00	09/05/2019	11:35:37
180 - F000177	9.084.000,00	09/05/2019	11:35:47
181 - F000185	9.085.000,00	09/05/2019	11:35:30
182 - F000185	9.087.000,00	09/05/2019	11:35:18
183 - F000177	9.087.000,00	09/05/2019	11:35:19
184 - F000185	9.089.000,00	09/05/2019	11:35:08
185 - F000185	9.090.000,00	09/05/2019	11:35:00
186 - F000177	9.090.000,00	09/05/2019	11:35:04
187 - F000185	9.094.000,00	09/05/2019	11:34:53
188 - F000177	9.095.000,00	09/05/2019	11:34:46
189 - F000185	9.096.000,00	09/05/2019	11:34:46
190 - F000185	9.097.000,00	09/05/2019	11:34:38
191 - F000185	9.099.000,00	09/05/2019	11:34:21
192 - F000177	9.100.000,00	09/05/2019	11:33:58
193 - F000164	9.150.000,00	09/05/2019	11:34:23
194 - F000182	9.850.000,00	09/05/2019	11:40:46
195 - F000126	9.889.000,34	09/05/2019	11:39:30
196 - F000182	9.890.000,00	09/05/2019	11:33:57
197 - F000185	9.899.000,00	09/05/2019	11:33:52
198 - F000185	9.900.000,00	09/05/2019	11:33:44
199 - F000177	9.950.000,00	09/05/2019	11:33:49
200 - F000182	9.970.000,00	09/05/2019	11:33:44

Analisando os horários dos lances ofertados, percebe-se que o intervalo entre algumas ofertas feitas pelo usuário F000177 ocorre em um (1) segundo, por exemplo, nas linhas 1, 5, 7, 9, 13, 17, 21, 24, 26, 28, 32, 39, 41, 43, 45, 49, 56, 58, 65, 67, 71, 73, 75, 132, 142, 146, 151, 153, 158, 165, 174 e 176, e, às vezes, em menos de um (1) segundo, como por exemplo, nas linhas 47, 60, 69, 134, 136, 144 e 188 da listagem acima transcrita – *numeração das linhas feitas por mim para facilitar a instrução*. Analisando ainda a linha de tempo dos lances ofertados, conforme transcrição acima, observo que o usuário F000185, em um (1) segundo, fez somente





CARTÓRIO SANTA CRUZ DE MINAS
Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas

Município Santa Cruz de Minas
Comarca de São João Del Rei

BEL. IGOR VIEIRA XAVIER
Oficial de Registro e Tabelião

LIVRO N.º 59-N

FLS. 008

LIVRO N.º 59-N

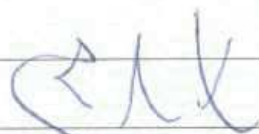
os lances das linhas 84 e 119, e, com intervalo menor de um (1) segundo, fez os lances das linhas 63, 125 e 130. Consta que, segundo a solicitante, através de seu representante, o usuário identificado como F000185 se refere a ela, ora outorgante. Pude observar também que, em alguns momentos, como nas linhas 121/122, 149/150, 158/159, 168/169, 171/72, 176/177, 179/180, 182/183 e 185/186, apresenta sequência cronológica falha (em relação aos horários), apesar dos valores dos lances serem idênticos. Já nas linhas 37, 38, 96, 97, 98, 138, 139, 192, 193, 194, 195, 198 e 199, além das falhas na sequência cronológica, os valores ofertados são distintos. Era o que tinha a declarar e que foi por mim verificado e presenciado". O(a)s solicitante(s) aceita(m) esta ATA NOTARIAL em todos os seus termos e conteúdo. Todos os documentos citados neste instrumento público foram aqui acessados, extraídos, exibidos e arquivados de acordo com a Lei 15.424/2004, modificada pela Lei 19.414/2010 e Lei 20.379/2012, Provimento 260/CGJ/2013, e a pedido da(s) parte(s). Foi arquivada a certidão simplificada emitida em nome da solicitante, emitida em 30 de abril de 2019, pela JUCEMG. Sendo tão somente o que tinha a certificar, encerro a lavratura da presente ATA NOTARIAL, nos termos dos art. 6º e 7º, inciso III, da Lei Federal nº 8935/94. Lavrada a presente ata notarial e lida pela(s) parte(s), achou(ram) conforme, aceitou(ram) e assina(m), comigo Tabelião, dispensada a presença de testemunhas, consoante o artigo 215, parágrafo 5º, do Código Civil. As exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do presente ato foram cumpridas. Este Cartório faz parte da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC, todos os atos e sinais públicos aqui praticados/emitidos podem ser encontrados/conferidos no site www.censec.org.br. Foram arquivadas, a pedido da(s) parte(s), nos termos da Lei 15.424/2004, modificada pela Lei 19.414/2010 e Lei 20.379/2012, e Provimento nº 260/CGJ/2013, dezenove folhas. Ata Notarial (1202-1): Emol.: R\$97,29 - TFJ R\$32,42 - Recompe R\$5,84 - Total R\$135,55. Ata Notarial – por folha acrescida 2x (1203-9): Emol: R\$10,00 – TFJ: R\$3,30 – Recompe: R\$0,60 – Total: R\$13,90. Arquivamento (8101): Emol.: R\$113,62 – TFJ R\$37,81 – Recompe R\$6,84 – Total R\$160,55. Assina: Antônio Carlos Batista. Traslado no(s) papel(is) de segurança nº AB 4673274, AB 4673275, AB 4673276 e AB 4673277. Eu, Igor Vieira Xavier, Tabelião desta Cidade, a digitei, dou fé e assino em público e raso.

Santa Cruz de Minas, MG, em 22 de maio de 2019.

Em test. da verdade,



34673277



Igor Vieira Xavier
OFICIAL

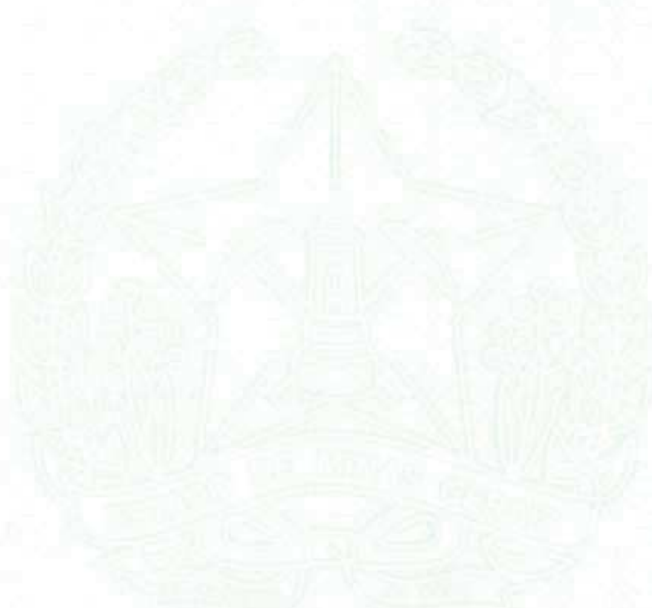


PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA
Cartório Santa Cruz de Minas - Registro Civil e Tabelionato de Notas

Selo Digital: CPD72341
Código de Segurança: 0894.9026.2271.0312



Cod. e Quantidade do(s) ato(s) Praticado(s)
1 (1203), 1 (1202), 19 (8101)
Emol: R\$228,89 + Tx.judic: R\$71,88 = Total: R\$300,77
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br/>





CARTÓRIO SANTA CRUZ DE MINAS

Registro Civil e Tabelionato de Notas

Rua Juvenal Chaves, 193 - Cep 36328-000 - Tel.: (32) 3371-4858 - Santa Cruz de Minas
Comarca de São João Del Rei - MG - E-mail: cartoriosantacruzminas@gmail.com - www.seucartorio.com

Data: 22 / 05 / 2019 **RECIBO**

AUTENTICAÇÃO (EMOL. R\$ 5,00 - TFJ R\$ 1,65 - REC. R\$ 0,30 - ISSQN R\$ 0,10 - TOTAL R\$ 7,05).....	R\$	—
<u>19</u> ARQUIVAMENTO (EMOL. R\$ 5,98 - TFJ R\$ 1,99 - REC. R\$ 0,36 - ISSQN R\$ 0,12 - TOTAL R\$ 8,45).....	R\$	<u>160,55</u>
CONFEC. DE CARTÃO (EMOL. R\$ 5,00 - TFJ R\$ 1,65 - REC. R\$ 0,30 - ISSQN R\$ 0,10 - TOTAL R\$ 7,05).....	R\$	—
RECONHEC. DE FIRMA (EMOL. R\$ 5,00 - TFJ R\$ 1,65 - REC. R\$ 0,30 - ISSQN R\$ 0,10 - TOTAL R\$ 7,05).....	R\$	—
CERTIDÃO (EMOL. R\$ 31,09 - TFJ R\$ 6,65 - REC. R\$ 1,86 - ISSQN R\$ 0,62 - TOTAL R\$ 40,22).....	R\$	—
<u>1</u> OUTROS <u>Ata notarial 1202 (9729-5242-5,16)</u>	R\$	<u>137,50</u>
<u>2</u> <u>Folha anexada a de 1203 (5,00 - 1,65 - 0,30)</u>	R\$	<u>14,10</u>
	R\$	

Recebi(emos) de A.C. BATISTA ALMEIDA
LTDA

TOTAL R\$ 312,15



IGOR MEIRA XAVIER
OFICIAL



EM BRANCO
REGISTRO CIVIL E FORTAS DE SANTA CRUZ DE MARIAS





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais

Procuradoria de Direitos Difusos, Obrigações e Patrimônio

Ofício AGE/PDOP nº. 12309/2020

Belo Horizonte, 23 de abril de 2020.

Referência: Contencioso/AGE nº 5159084-76.2019.8.13.0024 A. C. BATISTA
ALIMENTACAO LTDA

Destinatário: SEJUSP/AJ - SEJUSP/AJ

Senhor(a) Assessor(a)-Chefe,

Enviamos, para conhecimento e providências, cópia da petição inicial e dos documentos recebidos nesta Advocacia-Geral do Estado, **bem como da decisão que deferiu a liminar para determinar a realização da perícia requerida pela autora com intuito de comprovar a utilização de softwares de robôs pela licitante Aparecida Regina CASSAROTTI EIRELLI, no pregão eletrônico 046/2019.**

No ensejo, solicitamos que sejam prestadas as informações e encaminhados eventuais documentos que possam subsidiar a elaboração da defesa do Estado de Minas Gerais, inclusive a indicação de perito assistente técnico e envio de quesitos técnicos relativos à perícia que será realizada.

Ressaltamos a necessidade de observância do prazo para atendimento das requisições de informações encaminhadas pela AGE, nos termos do art.1º, §1º, I, do Decreto Estadual nº 46.739/2015.

Solicitamos, ainda, que os arquivos sejam encaminhados, pelo SEI, para a unidade AGE/PDOP, com o tamanho máximo de 3MB.

Na oportunidade, reiteramos os protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

MARGARIDA MARIA PEDERSOLI

Procuradora-Chefe

Procuradoria de Direitos Difusos, Obrigações e Patrimônio

Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Margarida Maria Pedersoli, Procuradora do Estado**, em 23/04/2020, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13647528** e o código CRC **54C4973D**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Assessoria Jurídica

Memorando.SEJUSP/AJU.nº 2162/2020

Belo Horizonte, 24 de abril de 2020.

Para: Wilson Gomes da Silva Junior

Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

Para: David Silva Campos

Diretoria de Compras

Assunto: Processo: 5159084-76.2019.8.13.0024 Autor: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

Assunto: Pregão Eletrônico

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1080.01.0020529/2020-09].

Prezada,

Cumprimentando-a cordialmente, de ordem do Procurador de Estado, Chefe da Assessoria Jurídica da SEJUSP, em atenção ao Ofício AGE/PDOP nº. 12309/2020 (13647528), recebido por esta Assessoria Jurídica, encaminhamos para conhecimento e providências cabíveis, nos termos no Decreto nº 46.739, de 10 de abril de 2015, Decisão (13647463) **que deferiu a liminar para determinar a realização da perícia requerida pela autora com intuito de comprovar a utilização de softwares de robôs pela licitante Aparecida Regina CASSAROTTI EIRELLI, no pregão eletrônico 046/2019.**

Sendo o que se apresenta para o momento, antecipamos nossos cumprimentos e colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP
Coordenadoria do Núcleo de Contencioso



Documento assinado eletronicamente por **Renato Ribeiro Da Cunha Souza, Assessor(a) Jurídico(a)**, em 24/04/2020, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13697280** e o código CRC **3BDCFBA4**.

Fwd: 5159084-76.2019.8.13.0024 - A C BATISTA ALIMENTAÇÃO

Segunda, Abril 27, 2020 08:50 -03



PO OFICIO pooficio@advocaciageral.mg.gov.br

Para

Claudia Teixeira de Oliveira

--

Atenciosamente,
PO OFICIO
AGE

----- Original Message -----

Assunto: 5159084-76.2019.8.13.0024 - A C BATISTA ALIMENTAÇÃO

Data: Sábado, Abril 25, 2020 13:07 -03

De: "Nathalia Daniel Domingues" <nathalia.domingues@advocaciageral.mg.gov.br>

Para: "PO OFICIO" <pooficio@advocaciageral.mg.gov.br>

Em complemento ao Ofício AGE/PDOP nº. 12309/2020, solicitar à SEJUSP e à SEPLAG a indicação de assistente técnico para acompanhar a realização da prova requerida (perícia do sistema do Portal de Compras e outros para averiguar a participação de robôs em procedimento licitatório).

Por se tratar de matéria eminentemente técnica, afeta à área de tecnologia da informação, solicitar aos órgãos a apresentação dos quesitos a serem formulados em juízo. Encaminha-se, na oportunidade, os quesitos formulados pelo autor.

Esclarecer, ainda, se a disponibilização de sistemas e computadores do Estado pode acarretar, em alguma medida, violação de dever de sigilo.

Att.,

Nathália

 Indicação de Perito e Quesitos.pdf

333 KiB





Número: **5159084-76.2019.8.13.0024**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**

Órgão julgador: **5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **14/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 10.000,00**

Assuntos: **Provas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA (REQUERENTE)		CLAUDINEI LUIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
APARECIDA REGINA CASSAROTTI (REQUERIDO)			
Estado de Minas Gerais (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
95820195	03/12/2019 16:41	Indicação de Perito e Quésitos	Petição

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE
- MG**

AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA, já devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu procurador que essa subscrive em atendimento ao despacho proferido por essa serventia apresentar assistente técnico para acompanhamento de perícia qual seja:

ALEX VITORINO, Estado Civil: Casado, Nacionalidade: Brasileiro, Naturalidade: Mendes/RJ CPF. 053.993.346-58 RG: MG-12026559 SSP/MG, Filiação: Pai não declarado e Maria Aparecida de Figueiredo Vitorino, Endereço : Rua Delegado José Lima 90, apto 302 - Guarda-Mor São João del-Rei/MG CEP 36309-022, Formação Graduado em Sistemas de Informação Especialista em Segurança da Informação Mestrando em Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica.

Na oportunidade Apresenta também quesitos periciais, quais sejam:

Queira o nobre perito esclarecer os seguintes pontos:

Quesitos Periciais

- **Portal de Compras MG**
 - É possível validar os recursos antirobô do Portal de Compras MG?
 - Caso existam mecanismos antirobô, esses estão de acordo com as recomendações de políticas de segurança da informação do governo estadual/federal?
 - É possível validar em frações de milésimos de segundo, a nível de banco de dados, os lances realizados pelos participantes do referido pregão?
 - É possível identificar quais IP's públicos foram utilizados por cada participante por meio de logs de sistema?
 - É possível validar se um mesmo participante utilizou mais de um IP para realização dos lances?
- **Provedores de internet (ISP)**
 - É possível identificar qual usuário/cliente está vinculado aos IP público utilizados no referido certame (provedor utilizado por cada participante)?



- É possível validar se os usuários/clientes desses provedores utilizam IP's públicos dinâmicos ou estáticos?
- **Equipamentos Utilizados no Certame**
 - É possível avaliar o tempo de uso do equipamento?
 - Os detentores dos equipamentos possuem a nota fiscal de aquisição dos equipamentos? Caso afirmativo, é possível identificar a configuração original do equipamento?
 - É possível identificar a quantas formatações o disco rígido do equipamento foi submetido?
 - É possível determinar o intervalo temporal dos arquivos gravados no disco rígido do equipamento?
 - É possível identificar algum indício de existência de instalação de software de automatização de lances, conhecido como "robôs"?
 - É possível identificar no histórico dos navegadores do equipamento a utilização de aplicação (software) de automatização de lances, conhecida como "robôs"?
 - Por meio da utilização de técnicas e aplicações de recuperação de dados, é possível identificar se o equipamento foi alterado (a nível de hardware/software) desde a data do referido certame?
 - Por meio da utilização de técnicas e aplicações de recuperação de dados, é possível identificar a existência de indícios de instalação de software de automatização de lances no equipamento?

Termos em que,
Pede Deferimento

São João Del Rei, 10 de outubro de 2019.

Claudinei Luiz do Nascimento
OAB/MG159.010





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais

Procuradoria de Direitos Difusos, Obrigações e Patrimônio

Ofício AGE/PDOP nº. 12553/2020

Belo Horizonte, 27 de abril de 2020.

Referência: Contencioso/AGE nº 5159084-76.2019.8.13.0024 A. C. BATISTA
ALIMENTACAO LTDA

Destinatário: sejusp/aju, SEPLAG/AJA JUDICIAL - sejusp/aju

Senhor(a) Assessor(a)-Chefe,

Enviamos, para conhecimento e providências, documentos e manifestação (13713336,13713290,13647528) do(a) procurador(a) do Estado responsável pelo acompanhamento da(o) ação/expediente.

Solicitamos, ainda, o envio dos documentos/informações ali apontados.

Na oportunidade, reiteramos os protestos de apreço e consideração.

MARGARIDA MARIA PEDERSOLI

Procuradora-Chefe

Procuradoria de Direitos Difusos, Obrigações e Patrimônio

Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Margarida Maria Pedersoli, Procuradora do Estado**, em 27/04/2020, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13713425** e o código CRC **BC324740**.

Referência: Processo nº 1080.01.0020529/2020-09

SEI nº 13713425

Av. Afonso Pena, nº 4000 - Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte - CEP 30130-008



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Judicial

Memorando.SEPLAG/AJA JUDICIAL.nº 1255/2020

Belo Horizonte, 27 de abril de 2020.

Para: Rodrigo Ferreira Matias

Subsecretário do Centro de Serviços Compartilhados

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1080.01.0020529/2020-09].

Prezada,

De ordem do Senhor Assessor - Chefe SEPLAG/AJA, Rafael Ferreira Toledo, remeto-lhe, para ciência e providências cabíveis, o presente expediente, que versa acerca dos **Autos n.º 5159084-76.2019.8.13.0024**, tendo como parte **A. C. Batista Alimntação LTDA**.

Ressalta-se a necessidade de observância **do prazo máximo de 05 dias, contados do recebimento**, para atendimento das requisições de informações encaminhadas pela AGE (art.1º, §1º, I, do Decreto Estadual nº 46.739/2015).

Destaca-se, ainda, que, nos termos do art. 7º do Decreto Estadual nº 46.739/2015, o órgão que não dispuser da informação a ser prestada à AGE deverá encaminhar ao órgão que entender como competente a requisição que lhe tiver sido enviada.

Atenciosamente,

Assessoria Jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Árlia de Souza Soares, Servidor(a) Público(a)**, em 27/04/2020, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13740568** e o código CRC **0B5A510D**.

Referência: Processo nº 1080.01.0020529/2020-09

SEI nº 13740568



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Centro de Serviços Compartilhados

Processo nº 1080.01.0020529/2020-09

Belo Horizonte, 27 de abril de 2020.

Procedência: Despacho nº 193/2020/SEPLAG/CSC

Destinatário(s): Ana Luiza Camargo Hirle; Rodrigo Soares Vasconcelos Teixeira

DESPACHO DO GABINETE DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Assunto: Encaminha Memorando. SEPLAG/AJA JUDICIAL.nº 1255/2020 que refere-se ao Ofício AGE/PDOP nº. 12309/2020 e ao Ofício AGE/PDOP nº. 12553/2020.

- ☐ Para Analisar
- ☐ Para Resposta
- ☐ Para Arquivar
- ☐ Para Assinar
- ☒ Para Conhecimento
- ☒ Para Providências
- ☐ Informar o gabinete sobre providências adotadas
- ☐ Outros:

CONSIDERAÇÕES:

Senhores,

Gentileza atentarem ao prazo de resposta.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Gabrielle Fontes, Assessor(a)**, em 27/04/2020, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13742885** e o código CRC **1E52BC56**.

Referência: Processo nº 1080.01.0020529/2020-09

SEI nº 13742885



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Assessoria Jurídica

Memorando.SEJUSP/AJU.nº 2211/2020

Belo Horizonte, 28 de abril de 2020.

Para: Wilson Gomes da Silva Junior

Subsecretário de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

Assunto: Processo: 5159084-76.2019.8.13.0024, Autor: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA, Assunto: Pregão Eletrônico.

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1080.01.0020529/2020-09].

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, de ordem do Procurador de Estado Chefe da Assessoria Jurídica da SEJUSP, e em atenção ao Ofício AGE/PDOP nº. 12553/2020(13713425), recebido por esta Assessoria Jurídica, bem como Processo anexo (13647463)(13713290), **requisito**, com fulcro no art. 1º, §1º, II, c/c art. 2º, IV, do Decreto estadual n. 46.739/15, que sejam encaminhados informações e documentos aptos a subsidiar a defesa do Estado de Minas Gerais, especialmente:

indicação de assistente técnico para acompanhar a realização da prova requerida (perícia do sistema do Portal de Compras e outros para averiguar a participação de robôs em procedimento licitatório). E apresentação dos quesitos a serem formulados em juízo.

Sendo o que se apresenta para o momento, antecipamos nossos cumprimentos e colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP
Coordenadoria do Núcleo de Contencioso



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Rodrigues Ladeira de Carvalho, Assessor(a) Jurídico(a)**, em 28/04/2020, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13763948** e o código CRC **FE7FE4E4**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

Processo nº 1080.01.0020529/2020-09

Belo Horizonte, 29 de abril de 2020.

Procedência: Despacho nº 45/2020/SEJUSP/SULOT

Destinatário(s): STIC

Assunto: Processo: 5159084-76.2019.8.13.0024, Autor: A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA, Assunto: Pregão Eletrônico.

DESPACHO

Prezado Adão,

Conforme consta no memorando 2211 da AJU, gentileza indicar um servidor "**indicação de assistente técnico para acompanhar a realização da prova requerida (perícia do sistema do Portal de Compras e outros para averiguar a participação de robôs em procedimento licitatório). E apresentação dos quesitos a serem formulados em juízo.**"

Atenciosamente,

GILCÉLIA APARECIDA DE O. RAMOS

Assessora Chefe

Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia



Documento assinado eletronicamente por **Gilcelia Aparecida de Oliveira Ramos, Assessor(a) Chefe**, em 29/04/2020, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13813278** e o código CRC **C969A422**.

Referência: Processo nº 1080.01.0020529/2020-09

SEI nº 13813278



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Superintendência de Diretrizes e Inovação na Gestão Logística e Patrimonial

Memorando.SEPLAG/SUDILOG.nº 18/2020

Belo Horizonte, 04 de maio de 2020.

Para: Rafael Ferreira Toledo

Assessor-chefe Jurídico-Administrativo

Assunto: Encaminha informações: Contencioso/AGE nº 5159084-76.2019.8.13.0024 A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1080.01.0020529/2020-09].

Senhor Assessor-chefe,

Em atenção ao Memorando.SEPLAG/AJA JUDICIAL.nº 1255/2020 (13740568), que remete expediente para ciência e providências cabíveis, prestamos as informações a seguir.

Compulsando o "Anexo 5159084-76.2019.8.13.0024" (13647463), encontramos **manifestação do órgão de controle externo, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE, no processo de Denúncia 1066880, efetuada pelo denunciante A.C. Batista Alimentação Ltda., cujo assunto é:**

A. C. BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA, OFERECE DENÚNCIA EM FACE DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PREGÃO ELETRÔNICO 046/2019 - PROCESSO DE COMPRA 1451044000046/2019, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.OBJETO: FORNECIMENTO DE CONTÍNUO DE REFEIÇÕES E LANCHES PRONTOS, NA FORMA TRANSPORTADA, ÀS UNIDADES PRISIONAIS: PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI E PRESÍDIO DE RESENDE COSTA, EM LOTE ÚNICO, ASSEGURANDO UMA ALIMENTAÇÃO BALANCEADA E EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS. AS REFEIÇÕES DEVERÃO SER DESTINADAS A PRESOS E SERVIDORES PÚBLICOS A SERVIÇO NAS UNIDADES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTO CONSIGNADOS NO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL. (Consulta ao processo realizado por meio de acesso ao endereço https://www.tce.mg.gov.br/pesquisa_processo.asp, acesso em 04.05.2020, às 15 hs)

Verifica-se, portanto, se tratar do mesmo processo de compras para o qual é solicitada a perícia nos autos judiciais.

Destacamos o conteúdo da decisão proferida pela Primeira Câmara, nesse processo:

DENÚNCIA. MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO. FORNECIMENTO CONTÍNUO DE REFEIÇÕES E LANCHES PRONTOS PARA UNIDADES PRISIONAIS. APRESENTAÇÃO DE LANCES EM

princípios da economicidade, celeridade e eficiência devem ser sopesados em conjunto com o da isonomia.

Quanto ao uso de robôs em procedimentos licitatórios, mister destacar que não existe norma federal e nem norma estadual que determinem a sua proibição.

A União, na oportunidade em que regulamentou o tema, não proibiu o uso de robôs, tendo estabelecido apenas um intervalo mínimo temporal para o registro de lances na sessão:

Art. 1º Subordinam-se ao disposto nesta Instrução Normativa os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, bem como os órgãos e entidades que firmaram Termo de Adesão para utilizar o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Art. 2º Na fase competitiva do pregão, em sua forma eletrônica, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 4 de outubro de 2013)

(Instrução Normativa nº 3, de 16 de dezembro de 2011, revogada pela Instrução Normativa nº 210, de 20 de novembro de 2019)

Por fim, ainda quanto a essa regulamentação, é importante esclarecer que a sua aplicação, enquanto esteve em vigor, era restrita ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, não sendo aplicável ao sistema estadual de suporte à realização dos procedimentos licitatórios, o Portal de Compras MG.

Quanto aos **quesitos periciais** incluídos no documento "Anexo Indicação de Perito e Quesitos" (13713290), sugerimos a inclusão das seguintes perguntas a serem respondidas na perícia que será realizada:

- Portal de Compras MG
 - É possível validar se o funcionamento do Portal de Compras MG impediu a apresentação de lance pelo REQUERENTE?
 - É possível validar se a sistemática adotada pelo Portal de Compras MG implicou em prejuízo financeiro ao erário, impedindo o registro de propostas de menor valor na licitação?
 - É possível afirmar, de acordo com o funcionamento do Portal de Compras MG, que a utilização de um software robô determina que o licitante que está utilizando-o seja o vencedor de um certame licitatório?

Quanto à indicação de perito assistente, esclarecemos que o desenvolvimento do Portal de Compras MG é realizado pela equipe técnica do Laboratório Synergia do Departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, e que a sua hospedagem, gestão de banco de dados, e disponibilização é realizada pela Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE. Assim, são indicados os técnicos do Synergia, Emanuel Romano de Oliveira, CPF 036.600.386-01, e da PRODEMGE, André Elias Leles Vilaça, CPF 068.857.686-93, para acompanhar a realização das atividades de perícia.

Ficamos à disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Rodrigo Soares Vasconcelos Teixeira

Diretor Central de Sistemas de Logística e Patrimônio

Ana Luiza Camargo Hirle

Superintendente de Diretrizes e Inovação na Gestão Logística e Patrimonial



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Camargo Hirle, Superintendente**, em 04/05/2020, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Soares Vasconcelos Teixeira**, **Diretor(a)**, em 04/05/2020, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13943823** e o código CRC **F2B16C16**.

Referência: Processo nº 1080.01.0020529/2020-09

SEI n° 13943823



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Judicial

Ofício SEPLAG/AJA JUDICIAL nº. 533/2020

Belo Horizonte, 05 de maio de 2020.

À Senhora

Margarida Maria Pedersoli

Procuradoria de Direitos Difusos, Obrigações e Patrimônio/Advocacia Geral do Estado

Assunto: Resposta ao Ofício AGE/PDOP nº. 12309/2020

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1080.01.0020529/2020-09].

Senhora Procuradora,

De ordem do Senhor Procurador do Estado da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Rafael Ferreira Toledo, e reportando-nos ao Ofício AGE/PDOP nº. 12309/2020, remeto a Vossa Senhoria, para conhecimento, o Memorando.SEPLAG/SUDILOG nº 18/2020 de lavra da Superintendência de Diretrizes e Inovação na Gestão Logística e Patrimonial desta Pasta, com informações acerca dos **Autos nº 5159084-76.2019.8.13.0024**, tendo como parte **A. C. Batista Alimntação LTDA**.

Atenciosamente,
Assessoria Jurídica



Documento assinado eletronicamente por **Árlia de Souza Soares, Servidor(a) Público(a)**, em 05/05/2020, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13987623** e o código CRC **A332A98A**.

Referência: Processo nº 1080.01.0020529/2020-09

SEI nº 13987623

Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-901



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Diretoria de Compras

Memorando.SEJUSP/DCO.nº 555/2020

Belo Horizonte, 06 de maio de 2020.

Para: Madson Alves de Oliveira Ferreira
Assessor Jurídico - Chefe (SEJUSP)

Assunto: Contencioso/AGE nº 5159084-76.2019.8.13.0024 A. C. BATISTA ALIMENTACAO LTDA

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1080.01.0020529/2020-09].

Prezado Assessor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Memorando.SEJUSP/AJU.nº 2162/2020 (13697280) que tratou do **encaminhamento da decisão** que deferiu a liminar para determinar a realização da perícia requerida pela autora com intuito de comprovar a utilização de softwares de robôs pela licitante Aparecida Regina CASSAROTTI EIRELLI, no pregão eletrônico 046/2019", assim como o Memorando.SEJUSP/AJU.nº 2211/2020 (13763948) no qual **requisitou** a indicação de assistente técnico para acompanhar a realização da prova requerida (perícia do sistema do Portal de Compras e outros para averiguar a participação de robôs em procedimento licitatório). E apresentação dos quesitos a serem formulados em juízo, seguem informações para subsidiar a defesa do Estado face à **Tutela Cautelar Antecedente 5159084-76.2019.8.13.0024**, requerida por A.C. Batista Alimentação Ltda, em trâmite na 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte.

Oportunamente, para subsidiarmos a defesa do Estado, salientamos que todas as informações pertinentes à sessão do pregão eletrônico 46/2019, as informações que foram prestadas por esta pasta ao Tribunal de Contas em sede da Denúncia nº 1066880 e a manifestação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, à época dos fatos, quanto a ausência de indícios de irregularidades, estão dispostas no processo SEI nº 1450.01.0096865/2019-30, de ciência desta Assessoria Jurídica quando promoveu a defesa do Estado em sede do Mandado de Segurança 1.0000.19.094365-4/000, impetrado pela Requete A.C. Batista Alimentação Ltda.

Contudo, consoante o presente processo, é de suma importância ressaltar as providências adotadas por esta Diretoria de Compras junto a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MG, Processo SEI nº 1450.01.0072195/2019-21, diante da obtenção de acesso do Laudo Técnico produzido pela empresa Idoe Consultoria em TI (5569378), o qual naquela oportunidade foi submetido ao conhecimento do órgão gerenciador por meio do Ofício SEAP/DCO nº. 34/2019 (5578129), para manifestação desta quanto aos indícios de utilização de software de automatização de lances na sessão do pregão

realizado em 09/05/2019, a Subsecretaria de Gestão e Logística, consoante Ofício SEPLAG/CENTRAL nº. 133/2019 (5666781), assim se manifestou:

(...)

Temos, em nosso sistema, mecanismos implementados com a finalidade de coibir a utilização de tais ferramentas em nossos procedimentos.

A partir de determinações técnicas, o Portal já possui os mecanismos possíveis e necessários para coibir a atuação dos 'robôs'. Caso existam problemas na utilização da ferramenta, ou evidências de seu mal funcionamento em impedir a atuação automatizada, aqui discutida, em alguma sessão realizada, a documentação que demonstre o desvio apurado poderá ser remetida à SEPLAG, especificamente a Subsecretaria de Gestão Logística, para que seja considerada pelos analistas quem mantem o sistema.

Informamos ainda que a documentação apresentada foi remetida à equipe técnica responsável pela manutenção do sistema, na Diretoria Central de Sistemas de Logística e Patrimônio desta SEPLAG, e após análise recebemos a explicação que os lances do processo de Pregão Eletrônico 1451044 000046/2019 – disponível para acesso público no Portal de Compras – não apresentam, para os critérios tidos como regulares e parametrizados no sistema, qualquer irregularidade aparente. Verificou-se que os últimos 11 lances apresentados pela empresa vencedora do certame (código F000177) foram realizados com um mínimo de 6 segundos de intervalo entre si, conforme imagem abaixo. Todo o intervalo considerado nos parece factível, não indicam a utilização de ferramenta que tenha comprometido a disputa no envio de novas propostas de valor.

(...)

Cabe ressaltar que a regra principal para detecção de comportamento de envio de lances suspeito é de proximidade de lances pelo próprio licitante, caso diversos lances sejam enviados em um espaço de tempo não razoável para um humano. Não é controlado o tempo entre lances de licitante A e B, que pode ter sido o que causou suspeita na parte que realizou a reclamação. Mas mesmo considerando tal parâmetro, o comportamento observado na sessão discutida é plenamente razoável, apresenta variabilidade de tempo e valor, e ainda tempos factíveis de serem realizados por qualquer pessoa atenta participando da sessão.

Neste sentido, não foram constatadas em nossas análises indícios de irregulares na seção de lances do processo, nem situação que caracterizaria provável uso de “robô” que teria sido utilizado ilegalmente para cobrir lances. Não identificamos, assim, razões suficientes que consubstanciem qualquer ação da equipe que processou a licitação em revisão ao processo realizado e finalizado. (grifamos)

À vista disso, é importante registrar que o [Decreto Estadual nº 47727, de 02 de outubro de 2019](#), em vigor, dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e dá outras providências, expressa que a gestão do sistema Portal de Compras compete Diretoria Central de Sistemas de Logística e Patrimônio, vejamos:

Art. 65 – A Diretoria Central de Sistemas de Logística e Patrimônio tem como competência gerenciar, acompanhar e executar as atividades relativas aos sistemas informatizados de gestão logística e patrimonial, com atribuições de:



Documento assinado eletronicamente por **David da Silva Campos, Diretor**, em 08/05/2020, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Lopes Cruz, Coordenador(a)**, em 08/05/2020, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14025116** e o código CRC **FCEBF92C**.

Referência: Processo nº 1080.01.0020529/2020-09

SEI nº 14025116